

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O TERRITÓRIO CONTESTATÓRIO DAS RUAS A PARTIR DA PERSPECTIVA  
DAS INTERVENÇÕES VISUAIS EM PORTO ALEGRE**

ROSIÉLE MELGAREJO DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**O TERRITÓRIO CONTESTATÓRIO DAS RUAS A PARTIR DA PERSPECTIVA  
DAS INTERVENÇÕES VISUAIS EM PORTO ALEGRE**

ROSIÉLE MELGAREJO DA SILVA

ORIENTADOR: PROF. DR. PAULO ROBERTO RODRIGUES SOARES

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (PosGea/IG/UFRGS)

Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño (PosGea/IG/UFRGS)

Ivana Maria Nicola Lopes (Instituto de Letras e Artes/FURG)

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
Geografia como requisito para obtenção  
do Título de mestre em Geografia.

PORTO ALEGRE, AGOSTO DE 2010.

S586 Silva, Rosiéle Melgarejo da  
O Território contestatório das ruas a partir da  
perspectiva das intervenções visuais em Porto Alegre. /  
Rosiéle Melgarejo da Silva. – Porto Alegre :  
UFRGS/PPGEA, 2010.  
131 f. il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR,  
2010.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

1. Geografia. 2. Intervenções Visuais. 3. Território. 4.  
Paisagem. 5. Cidade Baixa, Porto Alegre. I. Título.

CDU 911.3:32

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS  
Renata Cristina Grun CRB 10/1113

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é só meu. Por mais clichê que pareça essa frase ela é a que mais expressa o sentimento desses agradecimentos. O caminho trilhado durante esse trabalho não está materializado exatamente no que se encontra escrito aqui, mas sim em mim. É claro que o trabalho sofre um processo grande de transformação e de reflexão, mas nesse caso, e talvez em maior parte dos casos, o grande resultado se encontra comigo, pois minha mudança de postura com relação ao próprio tema da pesquisa, a geografia e a vida se deve a esse período das mais diversas vivências, agradeço a todos que fizeram parte de todas elas.

Agradeço primeiramente a minha família, que mesmo distantes se fazem presentes em cada momento. Foram eles que deram toda a liberdade para pensar e buscar o que eu sentia que precisava e a coragem para enfrentar as dificuldades. Agradeço todo o amor dessa família que não tem dimensões e nem conhece fronteiras.

Não poderia esquecer da minha segunda família que são meus amigos. Primeiramente os que convivem diariamente comigo e suportam os altos e baixos do meu humor, aqueles dias que eu não falava em outra coisa se não em intervenções visuais e me escutaram atentamente, ou mesmo naqueles dias em que eu não queria ouvir falar em intervenções mais e entenderam sem tocar no assunto. Sendo assim, muito obrigado Lari, Pipoca e Diele que mesmo não morando mais conosco acompanhou boa parte do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço a todos os amigos que me acompanharam em conversas em torno do chimarrão, na mesa de bar em torno da cerveja ou mesmo em viagens que não possuem a dimensão das colaborações que trouxeram para as minhas reflexões.

Mesmo aqueles colegas em eventos que não deram muito crédito a essa pesquisa, que fizeram duras críticas ou mesmo que trataram com total indiferença o meu muito obrigado, pois do contrário eu não teria refletido tanto sobre a relevância deste trabalho. A todos aqueles colegas que solidariamente me indicaram bibliografias e trouxeram informações de intervenções dos mais diversos lugares do país os meus sinceros agradecimentos.

Pode ser mais um clichê agradecer ao meu orientador, mas é sincero! Pois ele acreditou desde o início no meu potencial para desenvolver a pesquisa e na relevância do tema para o diálogo geográfico. Espero que não tenha se decepcionado. Muito obrigado por toda a

busca em encontrar bibliografia específica no tema, o que não foi fácil e por todas as conversas e questionamentos levantados que exigiam que eu avançasse nos estudos.

Agradeço a todos os colegas de mestrado, professores, funcionários e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de fazer parte de uma universidade pública que DEVERIA ser direito de todos.

Os meus enormes agradecimentos aos entrevistados que atenciosamente responderam ao meu e-mail ou aceitaram em responder a entrevista e a Toniolo por me receber em sua casa para uma conversa, pois todos foram essenciais para cada reflexão e idéia que se encontra neste trabalho.

Agradeço por fim, aos meus amigos novamente, mas não todos. Quero fazer um agradecimento especial para aqueles amigos que ainda sonham e que não deixaram a rotina, o trabalho e a falta de dinheiro consumir com seus sentimentos. Que gostam de sentar e dialogar sobre tudo que ainda somos capazes de construir. Isso não desmerece tantos outros, mas o meu muito obrigado em especial, pois os meus sonhos sobrevivem em função dos sonhos de vocês.

Não preciso que me digam, de que lado nasce o sol. Porque bate lá o meu coração. Sonho e escrevo em letras grandes de novo pelos muros do país. João, o tempo, andou mexendo com a gente sim. John, eu não esqueço, a felicidade é uma arma quente. (BELCHIOR)

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo tratar das relações de poder na prática das intervenções visuais, a fim de colaborar para ampliar a compreensão e leitura das paisagens na cidade. As relações de poder foram apreendidas através da observação e vivência com interventores visuais da cidade de Porto Alegre a fim de descobrir como se dá a relação entre esses grupos, deles com a sociedade e de como a intervenção em si interfere, não só na paisagem estritamente, mas nas relações sociais do espaço da rua de maneira geral. Nesse sentido foi apresentado um recorte de paisagem que é a que sofre a intervenção, foram tratadas em seguida as relações de poder descobertas através de entrevistas e acompanhamento da área de estudo, que foi o bairro Cidade Baixa, para se chegar numa redescoberta da paisagem. Essa nova paisagem construída após uma perspectiva territorial mostra uma realidade menos generalizante e preconceituosa das intervenções. Assim, a pesquisa demonstra a partir das diferentes relações de poder que se estabelecem nessa prática que a intervenção é um mero instrumento e que se torna necessário numa cidade que consome cada vez mais com os espaços de livre expressão. As paredes e muros da cidade são suportes para esses grupos que contam a história dos descontentes que independente do que está ali registrada a intenção desta pesquisa é que essa história não se perca.

Palavras-chaves: intervenções visuais; território; paisagem, Cidade Baixa.

## **ABSTRACT**

This current research objective is dealing with power relationship in visual intervention practice, to collaborate to increase the understanding and reading the landscape in the city. The power relationship was understood through the observation and inhabit with visual interventors in Porto Alegre to uncover how is the relationship between these groups, them with society and how intervention interfears, not only in the landscape, but in the social relations of the street space in many ways. This mode was stated a landscape cut who suffer the intervention, and was threated the power relationship found through interview and escort to the study area, the Cidade Baixa district, to achieve a rediscovery of the landscape. This new landscape built after a territorial perspective shows a less generalizing and biased reality of the interventions. This way, this research shows from the different power relationship established in this practice that the intervention its merely a tool and become necessary in a city what consumes more and more the free speech spaces. The city walls and gates are holder to this groups that tells the unhappy story apart from what is there registered, this research purpose is this store not to loose.

**Key-words: visual intervention; territory; landscape; Cidade Baixa**

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Rua José do Patrocínio entre a rua Joaquim Nabuco e av. Venâncio Aires.....	14
Figura 2 – Rua Luis Afonso, entre a rua João Alfredo e a rua José do Patrocínio .....	18
Figura 3 – Rua João Alfredo, esquina com a rua Luis Afonso .....	19
Figura 4 – Rua José do Patrocínio, entre rua República e a rua Lopo Gonçalves .....	19
Figura 5 – Av. Praia de Belas, esquina com a rua República .....	20
Figura 6 – Rua República, entre a rua José do Patrocínio e a rua João Alfredo .....	22
Figura 7 – Travessa Comendador Batista, entre a rua Sarmento Leite e a rua República .....	27
Figura 8 – Intervenção do ano de 1968 .....	29
Figura 9 – Rua José do Patrocínio, entre a rua Otávio Correa e a rua Luis Afonso .....	34
Figura 10 – Rua Lopo Gonçalves, entre rua Gen. Lima e Silva e rua José do Patrocínio .....	35
Figura 11 – Rua Borges de Medeiros, nas escadarias .....	40
Figura 12 – Travessa do Carmo, entre rua João Alfredo e rua José do Patrocínio .....	41
Figura 13 – Rua da República, entre a rua João Alfredo e a rua José do Patrocínio .....	42
Figura 14 – Rua da República, entre a rua João Alfredo e a rua Décio Martins da Costa .....	43
Figura 15 – Rua João Alfredo, esquina com a rua Lopo Gonçalves .....	44
Figura 16 – Rua João Alfredo, entre a rua Joaquim Nabuco e a rua Venâncio Aires .....	45
Figura 17 – Rua Lopo Gonçalves, entre a rua Gen. Lima e Silva e a rua José do Patrocínio ..	46
Figura 18 – Rua Bento Gonçalves .....	59
Figura 19 – Rua Gen. Lima e Silva, entre a rua República e a rua Luis Afonso .....	60
Figura 20 – Av. André da Rocha, entre a rua Gen. Lima e Silva e a rua 24 de maio .....	64
Figura 21 – Reportagem do Jornal Zero Hora, 1984 .....	69
Figura 22 – Reportagem do Jornal do Comércio, 1984 .....	70
Figura 23 – Reportagem do Jornal Correio do Povo, 1984 .....	71
Figura 24 – Travessa Comendador Batista, entre a rua Sarmento Leite e a rua República .....	84
Figura 25 – Cartão Postal da Ponte de Pedra do Largo dos Açorianos .....	90
Figura 26 – Ponte de Pedra do Largo dos Açorianos .....	91
Figura 27 – Rua João Alfredo, entre a rua República e a rua Luis Afonso .....	93
Figura 28 – Rua João Alfredo, entre a rua Luis Afonso e a rua Lopo Gonçalves .....	101
Figura 29 – Rua João Alfredo, entre a rua Joaquim Nabuco e a av. Aureliano de Figueiredo Pinto.....	102

Figura 30 – Rua Gen. Lima e Silva, esquina com a rua Lopo Gonçalves .....102

Figura 31 – Rua da República, esquina com a rua José do Patrocínio .....105

### **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 : Mapa de Localização do bairro Cidade Baixa no município de Porto Alegre .....81

Mapa 2 : Mapa de Localização das intervenções visuais no bairro Cidade Baixa, POA .....82

## SUMÁRIO

<b>INTRODUZINDO ALGUNS PASSOS PELAS RUAS .....</b>	<b>12</b>
 <b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>OBSERVANDO AS SOMBRAS NO FUNDO DA CAVERNA .....</b>	<b>14</b>
1.1. Que sombras e que cavernas são essas? .....	15
1.2. O Método .....	20
1.3. Os voos da imaginação da Geografia Urbana .....	23
1.4. O voos pelas intervenções visuais .....	32
 <b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>PARA LÁ DA CAVERNA: O TERRITÓRIO .....</b>	<b>35</b>
2.1. A Caverna .....	36
2.2. Os territórios no decorrer do tempo .....	38
2.3. Territórios das Intervenções .....	61
 <b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>O CASO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE .....</b>	<b>64</b>
3.1. Uma cidade às avessas .....	65
3.2. TONIOLO .....	67
3.3. Um universo de interventores .....	72
3.4. Os alambrados e cercas vão segurar Porto Alegre? .....	77
3.5. Uma cartografia das intervenções visuais .....	79
 <b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>AS SOMBRAS: PAISAGENS .....</b>	<b>84</b>
4.1. O que são os vultos nas paisagens? .....	85
4.2. As diversas paisagens que se descobrem dos vultos .....	94
4.3. Na caverna: o cotidiano .....	99

**CAPÍTULO 5****O DESVEAR DAS SOMBRAS: CONFLITO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO .105**

5.1. O desvelar ou a construção de novas sombras? .....106

5.2. A rua é pública? .....108

5.3. Os processos segregacionistas .....110

**PARA FINALIZAR: VIDA AO POLÊMICO .....116****REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....120****ANEXOS**

ANEXO 1.....125

ANEXO 2 .....127

ANEXO 3 .....129

ANEXO 4 .....130

## INTRODUZINDO ALGUNS PASSOS

O cotidiano urbano está, cada vez mais, aprisionando as pessoas em um emaranhado de informações sobrepostas, formando um mosaico no campo visual da cidade que torna confusa a reflexão sobre sua condição. Se tomarmos como referencial a percepção visual da cidade, não sabemos identificar se estamos em Nova York, Pequim ou São Paulo, pois foi imposta uma padronização das formas e dinâmicas urbanas na sociedade capitalista. Essa padronização tem como ideal refletir a racionalização do urbano de forma a fazer com que as pessoas não escapem da ordem imposta, da mesma forma que a arquitetura das fábricas, desde a Revolução Industrial, era construída com o intuito de incentivar o rendimento do trabalho e manter sob controle o operariado.

O morador da cidade se encontra, assim, sem saber o que fazer, pois não consegue refletir frente a tantas informações que parecem dizer muitas coisas ao mesmo tempo, num primeiro momento, mas que não desvendam os seus questionamentos numa análise mais aprofundada. Ele se encontra como no “Mito da Caverna” de Platão (1993), aprisionado numa caverna onde só o que consegue ver são as sombras no fundo dela. Ele sabe que essas sombras parecem velar um processo ao qual ele está alienado, mas ele não consegue alcançar as sombras, pois está aprisionado nas pernas e nos braços pelo caminho corrido na cidade, sem tempo no caminho do trabalho para observar e refletir.

Mas, assim como na fábrica se encontrou a greve como instrumento de mostrar que ele não estava totalmente alienado ao processo, os moradores da cidade sempre vão encontrar seus meios de protestar contra o que é imposto e de mostrar que sempre podem se construir instrumentos alternativos.

Com essa proposta se construiu esse trabalho que pode dialogar com o “Mito da Caverna” de Platão (1993) e separar algumas peças do mosaico da morfologia sensível da cidade, a fim de desvelar um pouco esse processo racionalizante e entender como alguns instrumentos possuem a função de transgredir, como é o caso das intervenções visuais.

Poderia começar esse estudo refletindo sobre a paisagem, já que é o conceito na Geografia que trata de imediato com a morfologia sensível da cidade, porém vou propor um caminho diferente para a análise dessas peças do mosaico, que será através do estudo do território, pois acredito que as relações de poder são a questão chave no estudo dessa geografia das cidades.

Não será deixada de fora a reflexão sobre paisagem, assim como tantos outros conceitos na Geografia que, se abordados sozinhos, fragmentam o estudo científico, porém, em função do tempo destinado para a elaboração deste trabalho, optou-se por privilegiar o território e através da análise das relações de poder materializadas pelos interventores compor o quadro das idas e vindas na cidade.

No primeiro capítulo, apresenta-se o tema, dando algumas informações sobre o universo a ser explorado neste trabalho. Traz um diálogo sobre o método, refletindo como ele funcionou ao tratar das intervenções visuais. Apresenta como se deu a construção dos estudos em Geografia Urbana que possibilitam, na atualidade, estudos na perspectiva de temas como esse, assim como de estudos que trouxeram subsídios para o tema de forma específica.

O segundo capítulo apresenta o conceito de território usado e um diálogo com concepções diferenciadas do mesmo conceito, porém que colaboraram na construção do conceito na forma como vai se apresentar nas intervenções visuais.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso que foi feito a partir de análises da cidade de Porto Alegre, no bairro Cidade Baixa, mais especificamente. Nesse mesmo capítulo, é apresentada uma cartografia, resultado dessa análise, de forma a ilustrar como as intervenções visuais estão distribuídas nessa área de estudo.

No quarto capítulo, trata-se da importância do estudo da paisagem através do tema das intervenções visuais. Uma discussão sobre a construção desse conceito, sobre o prisma em que paisagem será tratada e sua relação com o cotidiano são outros aspectos que dialogam nesse capítulo.

Por fim, o quinto capítulo trata dos processos segregacionistas a partir do conflito entre o público e o privado, questionando a relação da rua nesse contexto.

Assim, é dando vida ao polêmico que será proposta uma outra caminhada pela cidade, por ruas ainda não visitadas, por paredes desconhecidas, riscos e cores ocultadas pela naturalização dos signos na cidade.

1. OBSERVANDO AS SOMBRAS  
NO FUNDO DA CAVERNA



Figura 1 – Rua José do Patrocínio entre a rua Joaquim Nabuco e avenida Venâncio Aires

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

### 1.1. QUE SOMBRAS E QUE CAVERNAS SÃO ESSAS?

A sociedade surpreende pela velocidade e ousadia de seus inventos e descobertas, demonstrando uma grande capacidade de ultrapassar o que julga serem suas limitações. Sua criatividade, porém, não tem transformado e, por diversas vezes, acentua as grandes desigualdades que separam indivíduos por sua classe social.

Os grandes centros urbanos se tornaram como resultado dessa dialética entre transformações e manutenções da ordem vigente num emaranhado de informações que trazem dificuldades para o mapeamento convencional. Fronteiras se sobrepõem, aparecem e desaparecem de forma aleatória o tempo todo. Acredito que jamais foi tão visível na cidade, em um simples enquadramento, identificar elementos que oprimem e libertam interagindo de forma dialética tão explícita. Também não posso afirmar que a cidade seja somente um emaranhado de imagens à espera de uma decodificação, mas quero demonstrar que podemos fazer um mapeamento alternativo ao que costumamos ver na Geografia e fazer uma análise delas, e esse é um dos objetivos desse trabalho.

E como o pensamento geográfico se comporta frente a esse objeto de estudos que acompanha a todos em seus trajetos urbanos diários? Como os conceitos de território e paisagem se comportam quando aplicados ao campo visual da cidade? As instâncias governamentais, em seus projetos arquitetônicos, tentam de diversas maneiras, através de um processo de higienização, transportar para o campo visual uma falsa idéia de ordem, porém não conseguiram, até então, realizar totalmente esse intento, pois outros grupos que vivem na cidade se fazem representados, contrariando a ordem e a obediência.

A sociedade construiu sua história demarcando territórios, dominando, explorando a natureza e mesmo outras comunidades. Em maior parte, isso não se deu de forma pacífica, pois, em alguns momentos, ocorreram confrontos, e essa demarcação, no sentido da posse de territórios, fez-se por meios bem mais devastadores. A sociedade, contudo, construiu outras necessidades que não só a da posse da terra, estritamente falando, e os conflitos se tornaram cada vez mais complexos no decorrer histórico. Entram, dessa forma, territórios enquanto identidade, pertencimento e conflitos que ultrapassaram estritamente o momento do confronto corporal para outras instâncias em que os desejos se materializaram. Assim, construíram-se territórios do desejo que, mesmo em momentos de “paz”, mostraram que a história é uma construção da dialética dos diferentes, dos contrários e dos conflitos nem sempre resolvidos. E

mesmo em tempos de guerra, esse território do desejo, das vontades contrárias ao que estava mais fortemente presente se expressa em meios alternativos, como na arte e como nos diz Henri Lefebvre:

“Necessária como a ciência, não suficiente, a *arte* traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição. Além do mais, e sobretudo, a arte restitui o sentido da obra; ela oferece múltiplas figuras de tempos de espaços apropriados: não impostos, não aceitos por resignação passiva, mas metamorfoseados em obra.” (LEFEBVRE, 2001, p. 115)

De diferentes formas, a sociedade materializou esses territórios do desejo, porém um deles e que será tratado no referente trabalho é o do *graffiti*, tratado aqui como intervenções visuais e que, a seguir, irei justificar os motivos que me levaram por optar por esse conceito.

O termo italiano *graffito* deriva do latim *graphium* que seria um estilete de ferro ou bronze, utilizado para escrever sobre tábuas de cera, e a palavra Geografia deriva do étimo grego *graphein* que significa escrever ou riscar, logo duas diferentes maneiras de intervir que irão se encontrar neste trabalho.

A prova de que a sociedade desenvolveu outras formas de territorializar as suas necessidades, que não eram somente pela posse da terra, são os achados arqueológicos que mostram intervenções de *graffitis* desde os primórdios da sociedade, como as figuras encontradas nas Grutas de Lascaux, na França e os escritos em Pompéia, que expressavam os conflitos já presentes naquela sociedade. E essa prática não se limitou aos primórdios, mas se estende por diversos momentos da história onde as intervenções visuais se mostram como alternativa à forma de poder vigente. Mesmo em momentos de forte confronto, onde os meios de comunicação são suprimidos, o movimento chamado “Rosa Branca”, inconformado com o regime de Hitler durante a Segunda Guerra Mundial, territorializava suas idéias através das tintas. E os movimentos estudantis, durante as décadas de 1960/70, mesmo com a repressão, encontravam no *graffiti* uma forma de manter visível uma oposição. Assim, os territórios que tratam de identidade e pertencimento se construíram tão fortes como a necessidade de sobrevivência, exatamente porque não se separam desses últimos, ou como chamou Henri Lefebvre, uma necessidade que se traduz no direito à cidade:

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.” (LEFEBVRE, 2001, p. 135)

O presente trabalho se concentra no território das intervenções visuais na atualidade para investigar se ele consiste em um território individualizado, com uma lógica própria, ou se ele é somente um aspecto da multiplicidade das relações de poder nas grandes cidades. O graffiti também não ficou imutável durante o passar dos anos e, contemporaneamente, é relacionado com a “pichação” na idéia de classificar as intervenções visuais da cidade, que não passam de uma forma de depreciar algumas intervenções em relação a outras.

Na distinção feita entre graffiti e pichação, a primeira é elevada a um nível superior, por ser uma expressão artística, enquanto a segunda é tratada de forma pejorativa, tratar-se-ia de um “vandalismo” sem propósito. Esse é um recurso de linguagem para agregar argumentos contra a pichação, pois a concepção do que seja arte é muito mais ampla que uma concepção do que seja “bonito” ou “feio”. Não se quer dizer com isso que a prática então chamada de “graffiti” seja igual a da “pichação”, porém que ambas possuem o mesmo valor enquanto intervenção visual na cidade, que é o foco da pesquisa.

Como todo o trabalho científico tem como função decodificar esses signos, ou pelo menos deveria, e não reproduzi-los, meu trabalho chamará de “intervenções visuais” tudo aquilo que intervém na dimensão visual da cidade, incluindo colagens ou o que for considerado como graffiti, desde que de forma ilegal, ou seja, sem permissão, de forma espontânea e sem um controle externo do conteúdo.

A seguir, alguns exemplos desses signos vistos pelas ruas da cidade, que serão abordados nesse trabalho. Na foto número 2, o que os meios de comunicação e a população, de forma geral, conhecem por pichação, na foto número 3, um stencil, tratada com mais detalhes a seguir, na foto número 4, uma colagem, conhecida pelo nome de Lambe-lambe e, na foto número 5, o que seria classificada como um graffiti, mesmo entendendo, como já foi dito, que essa classificação tem outros objetivos que o de tipificar, e que aqui, serão tratadas como intervenções visuais.



Figura 2 – Rua Luis Afonso entre a rua João Alfredo e a José do Patrocínio

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

O stencil, na figura número 3, é uma forma curiosa de intervenção urbana, pois diferente de todas as outras, é feita a partir de um molde, com a arte previamente pensada, muito usada por sua rapidez de aplicação nos suportes da rua. Essa rapidez na sua aplicação facilita a ação dos interventores que podem agir de forma veloz e discreta, sem correr o risco de serem pegos. O significado do termo stencil expressa bem esse objetivo, do latim *scintilla*, ele significa centelha ou faísca. Num primeiro olhar, essa prática parece ser uma simples repetição de imagens pela cidade, porém ganha uma vida diferente em cada suporte e contexto em que é colocada e, assim, compõe diferentes diálogos, diversos mesmo na constância da repetição, ou como expressa Guido a seguir:

“Cada version, cada imagen repetida es única; distinguida por gotas de pintura, colores modificadas, alternaciones en la textura del fondo y atmosferas cambiantes. Los ambientes adyacentes se adaptan y reasignan significado al stencil, tanto como el stencil en sí cambia y reconstruye el sentido y la significación del espacio.” (GUIDO, 2007, p. 12)



Figura 3 – Rua João Alfredo, esquina com a rua Luis Afonso

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.



Figura 4 – Rua José do Patrocínio entre rua República e Lopo Gonçalves

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.



Figura 5 – Avenida Praia de Belas, esquina com a República

Fonte: Rosiéle Silva, out/2009.

Assim, esses são os signos que serão tratados que se delineiam através de territórios conflituosos, pois tratam de uma construção divergente da leitura habitual de cidade em que o perigo não é empecilho para esses interventores. Mas quem são esses interventores? Quais são seus objetivos? De que formas intervêm na leitura e constituição do urbano? Esses são alguns dos questionamentos que nortearam a investigação, a reconstituição de centros de encontro, como diria Henri Lefebvre, para construir um método Geográfico para tratar desse tema. Como Henri Lefebvre, mais detalhadamente, explica a seguir:

“Os habitantes (quais? Cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca.” (LEFEBVRE, 2001, p. 79)

## 1.2.O MÉTODO:

O método usado é dialético. Existe certo receio da minha parte em assumir, explicitamente, o método no qual se construíram as bases deste trabalho. Receio esse baseado nos diversos avisos que me foram dados de que essa escolha implicaria muita responsabilidade. Mas o faço, motivada por Henri Lefebvre (...) “Existe alguma proposição

que não implique responsabilidade? Não existe. Que pensa inocentemente? Ninguém.” (LEFEBVRE, 1975, p. 30).

Segundo Henri Lefebvre, ser dialético é assumir a realidade vivida, desde a realidade concreta, aparentemente estanque, até a dimensão das relações, dos processos e da dimensão mais subjetiva e abstrata da vivência, ou seja, conceber a realidade enquanto relação sujeito-objeto, subjetivo-objetiva ou ainda de ser-existência. Porém, para eu me reconhecer no processo dialético, eu preciso assumir essa postura e, mesmo correndo todos os riscos (sempre se corre riscos), compreender a dialética no/do fenômeno estudado.

A renúncia dos riscos na questão metodológica pode comprometer todo o processo de reflexão ou o que Henri Lefebvre (1975) chamou de “pensamento vivo”, que seria o pensamento que busca a superação teórica e metodológica e compromete, não somente quem assume a dialética, como quem gostaria, mas renuncia por receio. No entanto, assumir riscos faz parte do processo produtivo do conhecimento e, no meu caso, não será diferente. E se o conhecimento provém da experiência humana no decorrer histórico, experimentemos!

A metodologia se constituirá dessa forma, como uma estratégia para revelar a essência do fenômeno das intervenções visuais através de análise do aparente, levando em conta, ao mesmo tempo, que essa essência se traduz no aparente, se dissimula nele, intervindo nos discursos e juízos feitos numa análise superficial, que terei como objetivo desvendar.

Assim, a fotografia constituir-se-á como recurso essencial para, concomitante com as reflexões, dialogar num sentido aparente-concreto, a fim de desestabilizar a forma de ver o campo visual para possibilitar entender a relação de poder que se esconde através dela. Ela se faz como um referente importante para o leitor que possui contato com essa realidade, mas não possui intimidade com ela, pois deixa que todos esses signos passem despercebidos no seu cotidiano.

A revisão bibliográfica trará autores de correntes diversas, contraditórios, mas não contrários entre si a fim de dialogar com os pontos críticos na análise da relação de poder e, conseqüentemente, na relação territorial do espaço visual da cidade. Assim como autores que se dedicaram, de alguma forma, a retratar as intervenções visuais através dos mais diversos temas e nos mais diversos lugares, mas que possuem pontos em comum que serviram para as reflexões de como essa ação se dá de forma mais específica em Porto Alegre.

Foram feitas também entrevistas no decorrer da constituição do trabalho que ilustram os mais diversos diálogos que tive com interventores visuais da cidade de Porto Alegre,

alguns que não moram nesta cidade, mas intervêm nela, e outros do interior do Rio Grande do Sul que possuem sua prática nessas outras cidades onde residem, mas que, de forma geral, tornaram-me mais íntima do fenômeno, desde o seu planejamento até a execução, dessa forma de ver a cidade e de orientar meu olhar investigativo. Essas entrevistas não serão transcritas integralmente, mas sim terão trechos usados sempre que forem necessários ou convenientes no assunto em pauta.

Os problemas urbanos não são simples, práticos e nem da ordem de ações pontuais, pois são complexos, profundos e velar esses problemas, como limpar e manter paredes limpas, por exemplo, somente dificulta a reflexão sobre a situação da sociedade urbana, e não só dela, como de tantas outras relações de poder que estão inscritas nela. Logo, não é o caso de eliminar caminhos, olhares, possibilidades, tintas e cores diferentes do convencional, e sim, de preparar o olhar para entender sua existência, sua localização e o que querem dizer ou manifestar, como Henri Lefebvre nos diz: “Quem afirmar não poder “pensar” a relação dialética entre o ser e o nada tem apenas de olhar em torno de si para encontrar um número ilimitado de representações dessa relação, a mais impressionante das quais é a relação entre a vida e a morte.” (LEFEBVRE, 1975, p. 191)

E assim, tratado o método, feito o caminho a ser percorrido, é só liberar os vãos da imaginação e se permitir ver uma cidade cheia de intervenções visuais com outros olhos e sabores que será apresentada a seguir.



Figura 6 – Rua República, entre José do Patrocínio e João Alfredo

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

### 1.3. OS VOOS DA IMAGINAÇÃO DA GEOGRAFIA URBANA:

A organização socioespacial é constituída de conflitos e contradições próprias da lógica do sistema capitalista. Contradição que cabe à coexistência de práticas que são regidas em função das leis de mercado e de práticas de indivíduos que, frente à força do capital, apropriam-se do espaço e o reorganizam espacialmente, na medida do possível, o mais próximo de seus desejos o cotidiano. E que, conseqüentemente, refletem-se através dos conflitos, que contrariam um pretensão caos urbano que se organiza através de lógicas alternativas, pois, tanto do lado de quem domina, quanto de quem resiste, coexistem lógicas que se contrapõem, onde cada um busca, em suas ações, as suas próprias necessidades, ora em prol da reprodução do capital, ora pela reprodução do ser social. Essa lógica entre dominantes e dominados, contudo, não é tão simples assim, pois, muitas vezes, quem aparece como dominado reafirma uma prática dominante e vice-versa e, por esse motivo, faz-se tão importante a análise do geógrafo, assim como de todos das ciências sociais, no estudo de como vem se configurando a distribuição espacial dessas relações conflituosas e, ao mesmo tempo, contraditórias.

Tratar da organização socioespacial é um trabalho minucioso que exige reflexões, para que uma análise geral não se confunda com uma análise generalizante. Mas um ensaio desse projeto científico pode ser propiciado pela dimensão que as categorias geográficas, como território, paisagem, lugar e região, por exemplo, têm tomado na atualidade. Pensar as dimensões que a categoria território alcança tem se mostrado, dentre os estudiosos da ciência geográfica, como uma grande ferramenta de reflexão sobre as lógicas das relações conflituosas, já que evoca as relações de poder, conceito fundante dessa categoria, não mais somente na perspectiva político-administrativa, como no campo da cultura e da economia, por exemplo, e não mais de forma particularizada, como de forma mais abrangente, colaborando enormemente para o pensamento holístico na geografia.

A categoria de análise que tem colaborado para as pesquisas no campo das organizações territoriais conflituosas é a dimensão espaço-temporal do cotidiano em espaços públicos, que juntos falam de práticas onde o homem imprime sua ação no território, não só demarcando-o, como também agindo contra forças que vão de encontro às suas necessidades, como assim se faz a prática das intervenções visuais, por exemplo.

Mas essa ampliação da abordagem teórica e metodológica não surgiu por acaso na Geografia Urbana e está baseada em uma construção reflexiva de diversos autores, que perceberam as limitações que as suas proposições tinham frente ao questionamento da realidade e se propuseram a construir um instrumento de compreensão para a construção da sociedade na, com e pela cidade. E como a realidade não se encontra estática, à medida que os questionamentos se constroem, junto se faz a geografia urbana que, dessa forma, encontra-se em movimento.

E já que a construção do conhecimento geográfico não foi fruto do acaso, o que segue é um pouco da história da Geografia Urbana, com momentos importantes para o entendimento das linhas de estudos atuais. Dessa forma, segue, de forma resumida, a trajetória, que passa pela Ecologia Humana, pela Geografia Tradicional e pelo Materialismo Histórico e Dialético e, assim, vai desvendando como se chegou ao nível teórico e metodológico em que se encontra.

A título de sistematização, a Ecologia Urbana se organiza em duas fases: na primeira, Escola de Chicago, com uma produção anterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), caracterizada por refletir os padrões espaciais através de fatores sociobiogênicos e behavioristas; e, em uma segunda fase, localizada, então, no pós-guerra que se caracterizaria por um enfoque na visão sistêmica da relação da sociedade e do meio ambiente.

Os primeiros representantes dessa escola foram Robert Ezra Park, Ernest Watson Burgess e Roderick Mckenzie. Em suma, essa primeira fase defendia a eficácia dos fatores biológicos, o comportamento humano regido por princípios darwinianos e as relações simbólicas como relegadas ao secundário na organização social. Suas críticas foram direcionadas exatamente para a consideração, em segundo plano, dos fatores simbólicos e culturais em prol dos econômicos. Deixou, porém, como legado o modelo da zona concêntrica, criada por Burgess, que foi a primeira tentativa em relacionar organização social e espaço, que se tornou muito importante para geografia urbana, mas que deve ser usado com ressalvas, já que os padrões urbanos atuais se diferenciam enormemente dos do início do século XX.

A Ecologia Urbana que se instaurou no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), semelhante a do primeiro período, substitui relações estáticas por um dinamismo na construção dos padrões urbanos, admitindo agora a sociedade urbana em constante mudança, o que vai ser uma evolução no pensamento geográfico e sociológico sobre o urbano.

Assim se caracterizam os estudos da chamada Ecologia Urbana, com suas limitações, pois não admitia uma sociedade dividida em classes, nem relações como de status e poder, principalmente, no campo simbólico. Não se descarta, no entanto, toda a sua produção e, mesmo direcionadas aos conceitos deterministas, estas tiveram seu valor para a crítica que dialogou com a Ecologia Urbana para formular as suas próprias teorias.

Essas são as principais características da Ecologia Urbana, assim como alguns autores principais, porém ela não se resume a isso. Muitos outros autores já começavam, nessa mesma época, a dialogar com outros aspectos, fenômenos e teorias que resultaram em renovações teóricas posteriores.

Esse é o caso de Georg Simmel, que mesmo com aspectos do contexto das teorias da Ecologia Urbana, fez reflexões muito importantes ainda hoje para a análise das grandes cidades. Para ele, o típico habitante da metrópole moderna possuía uma atitude que chamava de *blasé*, que não está muito longe das idéias proferidas aqui sobre o habitante, que mesmo vivenciando o dia a dia das cidades, recusa-se a observar e a admitir as intervenções visuais. Assim explica Georg Simmel, sobre o que seria a atitude *blasé*, numa conferência proferida por ele e publicada pela primeira vez em 1902:

Nesse fenômeno, os nervos encontram na recusa a reagir a seus estímulos a última possibilidade de acomodar-se ao conteúdo e a forma da vida metropolitana. A autopreservação de certas personalidades é comprada ao preço da desvalorização de todo o mundo objetivo, uma desvalorização que, no final, arrasta inevitavelmente a personalidade da própria pessoa para uma sensação de igual inutilidade. (SIMMEL, 1979, p. 17)

Predominou, porém, uma cidade encarada como cenário estático, não dando espaço para a formação de territórios através de relações conflituosas, já que a livre competição mediava as formas de interação. Assim como Robert Ezra Park coloca a seguir:

O velho adágio que descreve a cidade como ambiente natural do homem livre ainda permanece válido na medida em que o indivíduo encontra nas possibilidades, na diversidade de interesses e tarefas e na vasta cooperação inconsciente da vida citadina a oportunidade de escolher sua vocação própria e de desenvolver seus talentos individuais peculiares. A cidade oferece um mercado para os talentos específicos dos indivíduos. A competição pessoal tende a selecionar para cada tarefa específica o indivíduo mais adequado para desempenhá-la. (PARK, 1916, p. 36)

A segregação, a partir dessa corrente, é empregada como a forma de concentração populacional, conforme os fatores econômicos somente e da combinação dela com as forças de seleção. Assim como não se concebiam as contradições próprias do sistema capitalista,

muito menos se pensaria aqui que essas relações seriam construtoras de territorialização. Como Roderick Mckenzie expressa a seguir quando fala sobre segregação:

A segregação econômica descreve em grau de homogeneidade à proporção que ascendemos na escala econômica; tanto mais baixo é o nível econômico de uma área, quanto mais uniforme é a situação econômica dos habitantes, por serem mais limitadas as possibilidades de escolha. Mas à proporção que ascendemos na escala econômica, cada nível permite maior escolha e, portanto, há maior homogeneidade cultural. (MCKENZIE, 1926, p. 352)

Em seguida, segue a esse, outro momento histórico do conhecimento geográfico que estará intimamente ligado ao contexto político do Brasil. A Geografia agora já é institucionalizada como disciplina universitária, desde 1870, aproximadamente. Com o aparecimento da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, serão os professores convidados da França que irão influenciar a construção da Geografia como disciplina. Esse foi o contexto da chegada de Pierre Monbeig, que se torna um símbolo de tantos outros que iriam chegar ao Brasil. Monbeig chegou, por volta de 1930, e colocou em pauta, no campo metodológico, a busca pelo particular e único, e essa era uma grande preocupação dos autores na época, um método que caracterizasse a Geografia. Como o próprio Pierre Monbeig fala a seguir:

O que pode limitar o campo de estudo parece-me provir sobretudo das diferenças de métodos aplicados ao estudo de fenômenos deferentes: o geógrafo levantará os mapas da distribuição das densidades, das raças ou das profissões no interior da cidade e procurará explicá-lo; tais mapas serão indispensáveis ao sociólogo que os completará por outros que representarão fenômenos puramente sociais: mapas dos suicídios, da frequência escolar, das religiões. (MONBEIG, 1941, p. 281)

E tendo um método bem definido, seria atribuição da Geografia a produção de uma monografia urbana, onde o geógrafo deveria contribuir em gerar um material que colaborasse em dar uma idéia o mais próximo da realidade possível dos processos urbanos da época estudada. Esse guia geográfico será um dos grandes legados desse momento do conhecimento urbano, pois, além de dar um grande avanço na bibliografia urbana brasileira, gerando materiais que serviriam para consultas em outros momentos históricos, irá provocar grandes discussões que irão se seguir sobre método e teoria em Geografia Urbana. Esse autor irá contribuir para a diversidade teórica quanto às influências de Paul Vidal de la Blache que foram sua orientação e influenciam diversos autores nessa área no Brasil, onde se observa o privilégio da vontade humana sobre o “jogo ambiental”. Como ele faz referência a seguir:

“Somos, então, levados a inquirir o que estuda o geógrafo que se debruça sobre uma cidade. Para ele, a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano; qual é esse solo, quais são esses homens, eis as primeiras indagações a serem feitas”.(MONBEIG, 1941, p. 278)

Outra colaboração desse e de vários autores dessa corrente foi registrar, através da monografia urbana, estudos sobre o quadro natural em que nasceram as cidades, constituindo num material rico para seu futuro uso. E quando questionado sobre a importância desses estudos, respondia:

“Ter-se-á talvez a impressão de dizer verdades primárias e de descobrir a lua, mas não é mau ter os pés solidamente fixos ao solo e lembrar fatos mesmo muito conhecidos: isso constitui uma garantia contra voos da imaginação.” (MONBEIG, 1941, p. 283).

Mas ele não sabia quantos voos a geografia urbana ainda poderia alçar, e a quantos voos algumas pessoas se arriscariam em busca, não só de lugares mais altos, mas de construir territórios contestatórios por essas alturas, como ilustra a foto a seguir:

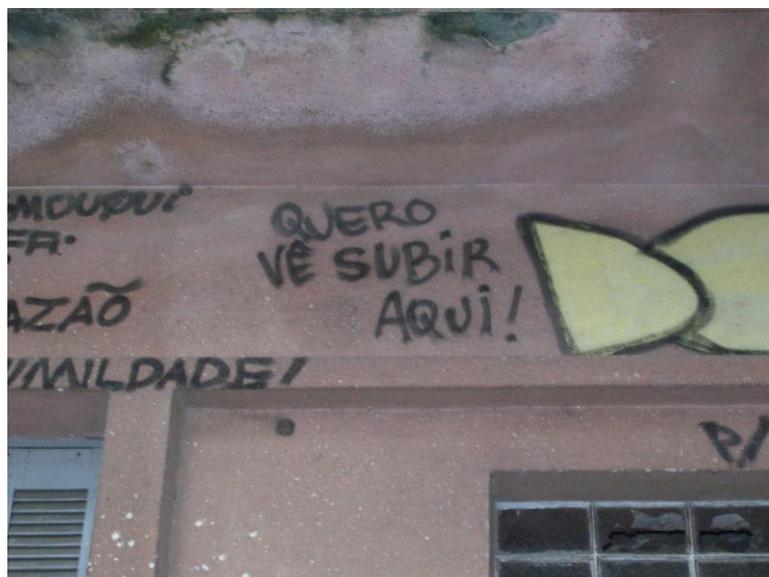


Figura 7 – Rua Travessa Comendador Batista entre a Rua Sarmiento Leite e a rua República

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

Dessa forma, como a Geografia iria tratar desses grupos que estavam se territorializando? A história da Geografia Urbana continuava e, em finais da década de 1950,

com o acúmulo de estudos e debates conceituais, propiciados inicialmente pelas assembleias da Associação de Geógrafos do Brasil (AGB), os embates teóricos e metodológicos se acirraram. Nesse cenário, a Ecologia Humana, que já vinha sendo exercida desde a década de 1920, é resgatada na figura de Donald Pierson, em uma busca metodológica pelo geral e uniforme nos seus estudos, que entram em conflito direto com a monografia urbana de Pierre Monbeig.

Até então, a influência mais forte era da academia francesa, porém esta começa agora a disputar espaço com a geografia quantitativa, ou tradicional, como muitos preferem chamar, trazida por intelectuais dos Estados Unidos, com o papel de consultores para dialogar em instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). E isso estava muito ligado ao contexto político do Brasil, pois se vivia um momento ditatorial, e a chegada desses intelectuais está atrelada ao papel que a estatística e a perspectiva quantitativa significavam para a forma com que se fazia planejamento urbano nesse sistema de governo. Mas isso veio a se mostrar como uma forte influência para muitos intelectuais da época.

No final da década de 1960 e início da de 1970, começam os estudos da chamada “new geography” que serão resultado dessa influência, para atender às necessidades do regime autoritário brasileiro que incentivou estudos sobre hinterlândias, hierarquias e redes, tendo como base os métodos quantitativos. Outros estudos foram substituídos ou tratados através dessa postura metodológica, como pesquisas sobre metrópoles, centralidade urbana, estudos urbano-regionais, agentes modeladores do espaço, fluxos e descentralização das atividades terciárias, relações com a produção do campo e os estudos inter-urbanos que tomaram espaço de pesquisas sobre o intra-urbano.

Outras produções, porém, mostram-se mais independentes e retomam os mesmos temas através de outras posturas, influenciados, nesse momento, pelos movimentos sociais da década de 1960. A título de exemplificação, duas produções de Roberto Lobato Correia, uma chamada “Estudo das relações entre cidade e região”, produzida em 1969, e outra chamada “Hinterlândias, hierarquias e redes”, de 1994, retomam temas polêmicos da fase quantitativa, porém através de uma perspectiva um pouco mais crítica. O texto intitulado “Estudos urbano-regionais na área de influência de Recife”, de Speridião Faissol, produzido em 1975, também é outro exemplo dessa produção, pois faz um trabalho sobre a urbanização e desenvolvimento

regional dos agentes modeladores do espaço, retomando a importância das atividades industriais.

Assim como a Geografia Urbana fez parte de um percurso de transformações e reformulações, os autores também, muitas vezes, tiveram sua história bibliográfica revisada e também suas áreas de estudo. Assim é o caso de Milton Santos, por exemplo, pois, se no trabalho intitulado “A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade”, produzido em 1959, encontra-se ainda um estudioso com preocupações típicas da geografia tradicional, já no trabalho “Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo”, de 1994, o espaço já não é tratado somente de forma indivisível, e sim, fragmentado em territórios que recriam a todo o momento valores de uso e de troca.

Os movimentos sociais da década de 1960 trouxeram muitos impactos para a produção geográfica na área urbana, exatamente porque o momento histórico era conflituoso. O ponto forte dessa década é o maio de 1968, onde estudantes universitários e secundaristas manifestam em Paris a insatisfação da ascensão do sistema capitalista no mundo inteiro. E se mostra como mais um marco no uso das intervenções visuais através das tintas, colagens e panfletagens para o uso em defesa do coletivo, como mostra a figura a seguir:



Figura 8: Intervenção do ano de 1968.

Fonte: Foto do jornal Manchete publicada no livro ‘68: a paixão de uma utopia’, de Daniel A.R. Filho e Pedro de Moraes. Retirado de

<http://www.graffiti76.com/guia.html>, 14/01/10.

Desses impactos, emergiu um grupo de estudiosos que se posicionavam criticamente frente aos processos urbanos que vinham se transformando, porém tomavam um posicionamento neoliberal na medida em que requeriam a intervenção estatal como alternativa para os efeitos do livre mercado. Assim, não rompeu com o modo neopositivista de pensar por não criticar a estrutura que produzia as injustiças sociais, mas tão e somente a neutralidade do Estado frente a elas. Já outros grupos de intelectuais, também influenciados pela conflituosa década de 1960, identificavam-se com materialismo histórico e dialético e defendiam uma Geografia Urbana que denunciasse a lógica capitalista na cidade e todas as relações contraditórias a qual estavam interligadas. O precursor dessa perspectiva foi Ariovaldo Umbelino de Oliveira que, por volta do final da década de 1970, lança trabalhos analisando a lógica da especulação imobiliária.

Assim, a produção da geografia urbana, na década de 1970, começou revigorada com uma larga produção influenciada pela vertente crítica, com variantes metodológicas, mas, de forma mais geral, identificadas com a forma dialética de analisar o espaço urbano que agora começa definitivamente a deixar de ser exterior às relações com a sociedade. E é nesse momento histórico do pensamento da Geografia Urbana que se encontrou um espaço para analisar as mais diferentes relações territoriais, incluindo outras perspectivas que não só a econômica, como mais recentemente a cultural também. Alguns autores revisaram aspectos de seus estudos influenciados pelos impactos da década de 1960, como, por exemplo, David Harvey que até o trabalho “A justiça social e a cidade”, originalmente produzido em 1973, assume claramente uma postura neoliberal, enquanto já em 2004, no livro “Espaços da Esperança”, passa a ter uma postura muito mais identificada como dialética, principalmente, se esse for comparado aos seus trabalhos anteriores. É interessante, porém, que isso não faz parte somente da bibliografia urbana brasileira, como dos próprios intelectuais da área, mostrando verdadeiramente o pensamento em movimento.

A produção contemporânea da geografia urbana e, mais precisamente, da geografia crítica, contou ainda com a chegada de autores como Henri Lefebvre, que irá ser uma grande influência para os autores da área, como foi para Ana Fani Alessandri Carlos, que expressa na passagem a seguir um pouco da dimensão do voo que a geografia urbana alçou e que Pierre Monbeig dizia ir além dos limites que essa ciência poderia alcançar:

Aponta, por sua vez, para a reprodução, e evidencia a perspectiva de compreensão de uma totalidade que não se restringe apenas ao plano do econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, o que pressupõe uma totalidade. Portanto, a noção de produção está articulada, inexoravelmente, àquela de reprodução das relações sociais lato sensu = em determinado tempo e lugar. Termo amplo envolve a produção e suas relações mais abrangentes, o que significa, neste contexto, o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia, deixar de incorporá-lo) para estender-se ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade. (CARLOS, 2001, p. 14)

Dessa forma, introduziu-se nas assembléias e discussões geográficas a abertura, através da introdução de reflexões acerca de território, cotidiano e espaços públicos como o da rua, como categorias de análise do ordenamento urbano. Como assim fala Maurício de Almeida Abreu em seus estudos:

E essa ordem seria a ordem do possível a cada momento, seria a maneira pela qual aqueles que produzem a cidade se inserem nas suas diversas estruturas de poder (econômico, político etc.), para exigir (pela prática ou pela força) o seu direito, também, à cidade. (ABREU, 1994, p. 265)

A realidade necessita de análises complexas dos seus processos urbanos, pois não respondem mais as necessidades científicas às teorias que reduzam o espaço à mercadoria, regido somente por leis do capital, ou ainda, traduzido em números que não respondem mais aos processos dinâmicos. Mas não se pode negar o que foi produzido, e sim, usar da produção para repensar uma geografia urbana que ultrapasse as barreiras já conhecidas, sem negar o passado, mas o ultrapassando, para, enfim, alçar voo.

Essa retomada na história da Geografia Urbana não quer dizer que a Geografia possuiu o privilégio de viver montagens e remontagens teóricas que a fez amadurecer, a ponto de se viver um momento onde temas e métodos variados estão sendo introduzidos na Geografia, apesar de necessitar de muitos avanços e transformações. Essa história é muito próxima de todas as ciências que estudam a sociedade, pois cada uma, com suas particularidades, presencia um processo de ampliação de abordagens e metodologias.

Encontrei esse tema das intervenções visuais e o próprio processo de territorialização, durante o processo de pesquisa bibliográfica, em materiais produzidos em outras áreas da ciência, além da geográfica, como vou demonstrar a seguir, prova de que a ciência faz parte

de um todo, de um contexto que trabalha junto e convida todos os cientistas sociais para fazerem o mesmo.

#### 1.4.OS VOOS PELAS INTERVENÇÕES VISUAIS:

Como foi dito, os trabalhos que versaram através do tema das intervenções visuais, cada um na sua forma, com os seus posicionamentos, alguns preferindo pichações, outros graffiti, outros buscando termos alternativos, compuseram a pesquisa bibliográfica que acredito ser importante retomar, de forma geral, para dar subsídio aos que possuem pretensões de fazer algum tipo de estudo, ou por curiosidade estejam dispostos a compor reflexões através desse tema.

Resumidamente, apresentarei alguns trabalhos que versam pelo tema, no sentido de ir mais ao encontro do que contrapor a postura que irei apresentar, assim, algumas obras foram suprimidas para não tornar essa revisão bibliográfica massiva.

Ivana Maria Nicola Lopes, com a tese de doutorado intitulada “Los Graffiti: un saber alternativo”, apresentada ao Departamento de História del arte, na Universidad de Barcelona, no ano de 1996, foi uma obra essencial para a construção das reflexões que estão contidas neste trabalho. Esta autora trata com o termo de “graffiti” as intervenções visuais, a fim de fazer referência a uma construção histórica anterior ao que comumente tratam, ligando sua prática com escritos feitos por outras sociedades na antiguidade, como em Pompéia, por exemplo, e traz essa prática como uma manifestação que é castrada ainda nos primeiros anos de idade do indivíduo. E como ela própria descreve: “El lenguaje hecho de imágenes – los graffiti – son signos de un discurso mágico que adquiere vida en la pared.” (LOPES, 1996, p. 133).

A dissertação de mestrado apresentada por Giovani Souza Andreoli, ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2004, é outro trabalho que balizou a pesquisa. Com a obra chamada “Grafismos Urbanos: composições, olhares e conversações”, este autor tratou das intervenções visuais através do uso do termo “grafismos”, fez uma análise no plano das inter-reações dos grafismos, da organização desse sistema internamente e com outras organizações.

Por último, o trabalho de dissertação de Lucenira Luciane Kessler, em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2008, foi um terceiro

trabalho que, junto com os outros dois recém comentados, orientaram toda a busca bibliográfica que se construiu. Esta autora vai chamar as intervenções visuais de “apropriações visuais” no espaço urbano da cidade de Porto Alegre e, através delas, observou suas linguagens e práticas, convivendo com grupos praticantes de onde resultou uma etnografia, ilustrada pelas diversas falas citadas no decorrer de seu trabalho.

A pesquisa bibliográfica não se limitou a esses três trabalhos, mas os chamaria de “espinha dorsal” do meu trabalho, por tratarem das intervenções visuais através de um ângulo de vista muito próximo e pela bibliografia de cada um facilitar minha busca por outras literaturas que trouxessem o máximo de informações e de reflexões que compuseram este trabalho. Um ponto em comum nessas três obras foi a superação da dicotomia dessa prática em pichação e grafite, que reproduz, sem questionar, essa forma de tratar o tema que, na maioria das vezes, encontra-se na mídia. Uma alternativa usada por esses autores foi usar um termo alternativo a essa dicotomia, sendo esse termo uma escolha não aleatória, e sim, construída a partir da postura frente ao tema, incentivando-me a fazer o mesmo, já que queria, como eles, superar uma distinção que não condiz com a minha postura frente ao assunto.

O tema das intervenções visuais é tratado em uma outra gama de trabalhos, artigos e livros, através da realidade do hip hop, que não vão estar contidos em citações diretas, indiretas ou mesmo nas reflexões. Não desconsidero essa prática dentro do movimento hip hop e, muito menos, sua importância, porém essa abordagem pertence a um universo simbólico que não é o objetivo do trabalho, a área que foi focada pertence a uma área caracterizada pela multiplicidade de universos simbólicos que é o espaço da rua na dimensão do cotidiano.

Observar as sombras no fundo de uma caverna não é fácil, porém essas informações e reflexões, trazidas por esses voos da geografia e das intervenções visuais, permitiram-me participar de um universo de desejos das práticas visuais na cidade de Porto Alegre que ampliaram o meu horizonte de reflexão sobre o diálogo travado entre interventores e caminhantes. Assim, o primeiro passo da metodologia dialética foi traçado, uma postura de se permitir observar para entender a sua existência a caminho do objetivo que é revelar o que está por trás desses discursos e práticas da intervenção visual.



Figura 9: Rua João Pessoa entre a rua Otávio Correa e a rua Luis Afonso.

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

## 2. PRA LÁ DA CAVERNA: O TERRITÓRIO



Figura 10 – Rua Lopo Gonçalves entre a Lima e Silva e a rua José do Patrocínio

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

## 2.1. A CAVERNA

O processo de globalização que se intensificou após a década de 1990, transformou forma e conteúdo de como concebemos o espaço. Com a globalização e a transformação técnica advinda dela, foi possível tomar conhecimento do mundo, ou seja, o mundo se tornou conhecido por inteiro através de fotografias de satélites. As novidades nas técnicas da informação permitiram, junto ao mundo conhecido, saber o que acontece em cada lugar da dimensão mundial. Mas ao mesmo tempo em que essas inovações parecem avanços, pois podem ser instrumento de compreensão para melhorar as condições de vida da sociedade, elas podem ser grandes aliadas dos detentores de capital. Enquanto podemos saber o que acontece em cada lugar do planeta, os meios de comunicação têm o controle do que, nesse volume de informações, deve ou não chegar ao nosso conhecimento, por exemplo.

Estes detentores de capital, representados pelas grandes empresas mundiais, fragmentam o espaço em territórios de poder por onde controlam e exploram sociedades e recursos naturais. Controlam, dessa forma, os meios de comunicação, difundindo ideologias que diminuam ao mínimo as possibilidades de uma postura contestatória.

Entende-se por ideologia, o conjunto de idéias construídas historicamente e difundidas pela classe dominante para legitimar e assegurar o seu poder político, econômico e cultural, como assim explica Marilena de Souza Chauí, em seu livro “O que é ideologia?”:

Nossa tarefa, aqui, será desfazer a suposição de que a ideologia é um ideário, qualquer conjunto encadeado de idéias e, ao contrário, mostrar que a ideologia é um ideário histórico, social e político que oculta a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. (CHAUÍ, 2001, p. 07)

O espaço, porém, não é simplesmente um meio indiferente, a soma solidária de lugares, ele é sim o resultado do trabalho social construído através de suas contradições. E a instância que melhor representa esse emaranhado de contradições é a do território, pois é através dele que se percebem as relações de poder as quais se dão de forma contraditória, ou seja, do embate de interesses diversos que compõem um terceiro momento caracterizado pela instabilidade. Esse momento que se dá no presente é o mais fértil, pois trata do instante em que as possibilidades ainda podem acontecer, onde tudo pode mudar ou, simplesmente, legitimar o que é imposto.

Entender o papel da ideologia enquanto instrumento do poder hegemônico, é fundamental, pois é com ela que se consegue tornar velada essa realidade de embates sucessivos, em troca da venda de uma realidade falsamente equilibrada, ou seja, de um território alienado. Assim, explica por que os territórios contestatórios não possuem visibilidade nos meios de comunicação, pois essa é a forma de se manter a idéia do falso equilíbrio, ignorando toda a instância de recusa desse processo de globalização da forma como está sendo imposto mundialmente.

Não tendo os meios de comunicação como um território de acesso para divulgar seu contraponto, os grupos que recusam o processo de globalização utilizam a contestação, construindo, conseqüentemente, territórios contestatórios, que utilizam, em grande parte, dos instrumentos ilegais para atuar, e essa é a realidade das intervenções visuais, seja sua mensagem explícita ou não.

Henri Lefebvre compara esse falso equilíbrio com o que os físicos denominam de “metaestável”, como ele explica a seguir:

Falso equilíbrio, falsa coerência, coesão ilusória, a sociedade arrasta esses elementos heteróclitos, heterogêneos, sobrevivências, uniões parasitárias, redundâncias. Sob o reino do Estado e da política absoluta, a sociedade forma apenas um falso sistema. Sua fachada sistemática só se mantém por uma ideologia, uma aparência. Não é um sistema que desmorona, é a ilusão de um sistema que se evapora, e a ilusão de uma racionalidade acabada. As motivações, como se diz, as imagens, os fantasmas justificativos desaparecem, em suma, as ideologias e os estimulantes. (LEFEBVRE, 1968, p. 145)

O significado da palavra território e da palavra contestação é resultado de uma construção histórica de como as sociedades se relacionam com a realidade em determinado momento, assim como acontece com tantos outros termos da língua portuguesa. Essa construção é ilustrada, teoricamente, pela relação dos significados que os termos foram adquirindo durante o processo histórico e que resultam no conteúdo que mantém a reflexão acesa e permite mudança de postura e reavaliação dos atos coletivos e individuais.

Fazer uma linha do tempo que exprima fielmente essa construção dependeria um outro trabalho, especialmente dedicado a essa questão, a da construção e das transformações que esses dois termos possuíram, mas, em função do tempo e do objetivo do trabalho, o que segue é um pequeno compêndio da dimensão das mudanças que esses termos adquiriram no decorrer histórico, de como isso influencia na posição da opinião pública com relação a

práticas na cidade, como é o caso das intervenções visuais e de como essa discussão entre diferentes posturas teórico-metodológicas pode colaborar para a reflexão neste trabalho.

## 2.2. OS TERRITÓRIOS NO DECORRER DO TEMPO

Segundo o dicionário Michaelis, o termo território possui um sentido de extensão de terra compreendido entre fronteiras ligadas ao poder político-administrativo, e pode expressar o que a grande parte da população entende por território, como se pode ver a seguir:

*sm (lat territoriu)* **1** Terreno mais ou menos extenso. **2** Porção da superfície terrestre pertencente a um país, Estado, município, distrito etc. **3** Jurisdição. **4** Região sob a jurisdição de uma autoridade. **5** Região um tanto populosa mas sem habitantes em número suficiente para constituir um Estado, sendo pois administrada pela União. **6** Área certa da superfície de terra que contém a nação, dentro de cujas fronteiras o Estado exerce a sua soberania, e que compreende o solo, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos. *T. flutuante, Dir:* o que é compreendido pelas águas que banham o território real da nação, pelo espaço aéreo superposto a este, pelos navios de guerra, em qualquer lugar em que se achem, e os navios mercantes em alto-mar ou em águas nacionais, abrigados sob a bandeira do país a que pertencem. (Dicionário Michaelis, <http://michaelis.uol.com.br/>, 15/02/10)

No entendimento que se construiu com o termo contestar ocorre algo semelhante, com a diferença, porém do número de possibilidades de uso do termo ser maior, o que permite estar mais presente nas reflexões da sociedade, como mostra o significado de contestar retirado do mesmo dicionário onde foi encontrado o de território expresso anteriormente:

(lat contestare) vtd **1** Provar com o testemunho de outrem: "Assim o contestam os livros sagrados" (Morais). vtd **2** Asseverar ou confirmar com razões. vtd **3** Negar a exatidão de. vtd **4** Contradizer: É notícia que ninguém contesta. vint **5** Opor: "Se alguém contestar (disseram), é mister que à liça venha" (Barão de Paranapiacaba). vtd **6** Contender. vtd **7** Impugnar: Contestar uma eleição. vint **8** Altercar, discutir, questionar: Não contesto, pois isso nada resolve. vint **9** Dizer como resposta; replicar: Não deixou de contestar às nossas indagações. Antôn (acepções 3, 4 e 5): admitir. Contestar o libelo, Dir: responder às acusações do autor da demanda. Contestar por negação, Dir: negar as acusações contidas nos articulados. (Dicionário Michaelis, <http://michaelis.uol.com.br/>, 15/02/10)

Teoricamente, na área da Geografia, os conceitos que mais comumente se relacionam com a dimensão do visível e de seus significados é o de paisagem, mas outros conceitos como de território também dialogam com os sinais impressos na cidade e este enfatiza as relações de poder nela presentes. A dimensão do que é visível já constitui um debate teórico, pois se

pode considerar como visível o que é visualizado a olho nu, assim como uma diversidade de possibilidades que vai depender da perspectiva do observador.

Se prestarmos atenção em um ponto do visível, como é o caso das marcas deixadas pelas intervenções visuais nas ruas da cidade, deixando de lado juízos de valor, ou seja, se o ato é correto ou não, visualizam-se marcas que se repetem por diferentes pontos da cidade. Uma marca que se repete não precisa, necessariamente, multiplicar-se em forma de réplica pelas ruas, pois, quando se começa a observar mais detalhadamente as imagens que aparecem cotidianamente nas ruas, é possível ver como determinadas imagens, diálogos ou escritos possuem uma semelhança de estilo ou de proposta e, quando se consegue entrar em contato com um interventor, aquelas imagens que supostamente se pareciam, ou se encaixavam no emaranhado da paisagem urbana, na verdade, seguem uma lógica própria, pois são obras de um interventor ou grupo em específico. Levando em conta que cada interventor ou grupo de interventores constroem uma lógica na sua prática que corresponde à relação que essas pessoas possuem com a materialidade da cidade, cada intervenção, na rua, tem uma razão de ser no emaranhado de intervenções e uma função nas relações de poder que só pode ser percebida por quem estiver disposto a ampliar percepções na cidade.

Quanto mais se observa e se reflete sobre a relação de poder que cada intervenção pode levar, mais profunda se torna a abstração que se possui da cidade. Esse exercício é importante ser privilegiado, pois existe uma grande dificuldade da maioria das pessoas em perceber que tudo está interligado na cidade e que refletir sobre uma determinada ação proporciona a possibilidade de visualizar, com mais clareza, o mosaico em que se transformaram as relações de poder atuais. O que acontece, no entanto, com a ação das intervenções visuais é uma criminalização que constrói um distanciamento das pessoas com relação a essa prática, que as impede de refletir sobre elas e, conseqüentemente, de ver partida uma realidade complexa. Isso não é privilégio das intervenções visuais, pois existem diversas práticas nas relações de poder que são criminalizadas pela maior parte dos meios de comunicação que influenciam nesse estágio de cegueira coletiva e que só torna o mosaico mais confuso aos olhos da população em geral. Tratar desses assuntos e questioná-los se torna uma ação importante para questionar como se dá essa relação de poder, se não esconde grupos privilegiados em detrimento de outros que se submetem.

Grupos ou pessoas demarcam a cidade conforme lógicas próprias que não são alheias à cidade, pois estão imbricadas em sua dinâmica. As intervenções visuais, dessa forma, não só

interferem na dinâmica da cidade, como são influenciadas por ela. Não chegam a ser um efeito, ou consequência dos processos de globalização, pois é uma prática que antecede esses processos, mas vão indicar, no decorrer dos anos, intencionalidades que estarão relacionadas com o contexto histórico. Essas diferentes intencionalidades não são restritas a um período histórico, conforme elas vão se conformando na cidade, vão tendo que dialogar com formas passadas e, assim, constituindo uma variedade de objetivos numa mesma prática que não deve ser ignorada.

Atualmente, as intervenções visuais estão ocupando muitos espaços nos meios de comunicação, sendo que, em maior parte, de forma criminalizada. As intervenções, contudo, podem estar apontando para a radicalização das instabilidades, advindas das relações de poder e, estudar essa instabilidade, que é velada através dos territórios construídos pelas marcas deixadas, é um caminho para dar subsídios a uma discussão sobre o assunto. Todas as marcas possuem um ponto em comum, a territorialização de suas práticas, que elegem algumas áreas da cidade e, assim, mostram pistas de uma lógica pensada e que diz muito de como a cidade é vista por esses grupos.

Nas fotografias a seguir, percebe-se a mesma marca, com algumas pequenas variações impressas em diferentes pontos da cidade. Essa marca caracteriza-se por reproduzir uma imagem conhecida como TAG entre os interventores visuais. TAG é a designação de um codinome e pode ser um desenho ou um escrito, assumido e associado à intervenção realizada e espalhado pelas inscrições nas paredes se mostra como uma forma de pertencimento ao grupo, como pode ser visto a seguir:



Figura 11: Rua Borges de Medeiro, nas escadarias.

Fonte: Rosiéle Silva, jan/2009.



Figura 12: Travessa do Carmo, entre a rua João Alfredo e a rua José do Patrocínio.

Fonte: Rosiéle Silva, jan/2009.



Figura 13 – Rua da República entre a rua João Alfredo e a rua José do Patrocínio.

Fonte: Rosiéle Silva, jan/2009.



Figura 14 – Rua da República entre a rua João Alfredo e a rua Décio Martins da Costa

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.



Figura 15 – Rua João Alfredo, esquina com a Lopo Gonçalves.

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.



Figura 16 – Rua João Alfredo, entre a rua Joaquim Nabuco e a rua Venâncio Aires  
Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.



Figura 17 – Rua Lopo Gonçalves, entre a rua Gen. Lima e Silva e a rua José do Patrocínio  
Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

As relações de poder podem ser visualizadas em formas mais e menos explícitas. Na forma mais explícita, ou no campo do visível a olho nu, as marcas, que se repetem por determinadas áreas da cidade, obedecem a lógicas, confrontam-se com outros grupos ou são de tom provocativo para quem observa e questionam concepções naturalizadas, como a sociedade de consumo, por exemplo. Numa forma menos explícita, ou de forma mais dissimulada, os discursos difundidos nos meios de comunicação de maior alcance, em sua maioria, julgam o ato de intervir visualmente como errado, advindo de “vandalismos”, “desvios de comportamento” que devem ser combatidos através da criminalização, o que já é comum no Brasil, porém, atualmente, em algumas cidades, como na cidade de Porto Alegre, ainda não é um crime inafiançável, mesmo já tendo projetos encaminhados na Câmara de Vereadores com esse fim.

Essa perspectiva de conceber território não é recente e nem independente, adveio de um diálogo entre diferentes autores, que leva em conta outras áreas além da geografia. Recentemente, essas perspectivas vêm se ampliando e apontam para um longo caminho a ser percorrido, mas, se forem levados em conta os instrumentos teóricos que já foram desenvolvidos, o futuro é promissor.

Dessa forma, pode-se começar a dialogar com alguns autores, não tendo como objetivo mostrar que essa discussão se reduz a eles, mas sim, para ilustrar um pouco da diversidade e da linha do tempo de uma construção teórica disponível para a reflexão desse tema. Robert Sack, em *Human Territoriality*, não aprofunda ainda uma grande complexidade em torno no conceito de território, porém, para o contexto histórico dessa obra, que data 1988, a multiescalaridade com que trata o termo torna essa obra uma referência para os estudos territoriais, principalmente, quando se trata do espaço da casa e do trabalho. Assim comenta Robert Sack:

Territorialidade para humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar as pessoas e coisas controlando áreas. Territórios políticos e propriedade privada da terra podem ser suas formas mais familiares, mas territorialidade ocorre em graus variados em numerosos contextos sociais. É usada em relações cotidianas e em organizações complexas. Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. (SACK, 1988, p. 05, tradução da autora)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Territoriality for humans is a powerful geographic strategy to control people and things by controlling area. Political territories and private ownership of land may be its most familiar forms but territoriality occurs to varying degrees in numerous social contexts. It is used in everyday relationships and in complex organizations. (SACK, 1988, p. 05, texto original)

Robert Sack acreditava que o geógrafo não deveria excluir os modelos de seus estudos e diz ser necessária a construção de modelos críticos, a partir de três facetas relacionadas da territorialidade. São elas: uma forma de classificação por área, uma forma de comunicação através de limite e uma forma de controle que irá evoluir para o cruzamento entre dez tendências e quatorze combinações, resultando em duas classificações: quando a tendência é importante e quando a tendência é extremamente importante, com o objetivo que o próprio autor comenta a seguir: “Estas quatorze combinações, junto com as dez tendências primárias são razões potenciais/causas, consequências/efeitos de territorialidade que é unido a nossa definição.” (SACK, 1988, p. 40, tradução da autora)<sup>2</sup>

A sua concepção de território caracteriza-se como expressão de intencionalidades de um indivíduo ou grupo de afetar/influenciar o comportamento humano, a fim de controlar o acesso, fenômenos e pessoas, afirmando controle sobre uma área geográfica que assim será identificada, segundo ele, como um território. Para ele, o indivíduo não é confinado somente de forma explícita, mas existem outras formas de confinamento menos explícitas a fim de que ele seja domesticado. Ele trata dessa perspectiva através da construção de territórios nos conjuntos arquitetônicos na cidade, que influenciaria no comportamento dos trabalhadores no lugar de trabalho, por exemplo, estimulando um “bom” funcionamento do trabalho, em outras palavras, estimularia a subjugação do operário.

O princípio arquitetônico como formador de territorialidade das prisões, da mesma forma, encarregar-se-ia de disciplinar os encarcerados e irá influenciar as instituições no século XIX. Uma reflexão que poderia ser inserida, nesse contexto, é até que ponto a arquitetura da cidade como um todo não influenciaria o comportamento humano a se tornar disciplinado, justificando, assim, o repúdio a tudo que foge dessa norma, como é o caso das intervenções visuais. Essas territorialidades não provocam grandes transformações, segundo o autor, mas inseridas no contexto capitalista, elas poderiam provocar consequências inesperadas.

Uma outra colaboração que dialoga com as intervenções visuais é a concepção de que território não necessariamente seja fixado ao espaço, podendo ter outro caráter, além do

---

<sup>2</sup> These fourteen combinations along with the ten primary tendencies are potential reasons/causes, consequences/effects of territoriality that are linked to our definition. (SACK, 1988, p. 40, texto original)

político administrativo e até se “mover” e, ainda, o caráter de comunicação como uma propriedade da territorialidade. Como assim ele comenta:

Segundo, por definição, territorialidade tem que conter uma forma de comunicação. Isto pode envolver um marcador ou pode assinar como é achado comumente em um limite. Ou uma pessoa pode criar um limite por um gesto como apontar. Um limite territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma declaração sobre direção em espaço e uma declaração sobre posse ou exclusão. (SACK, 1988, p. 21, tradução da autora)<sup>3</sup>

Outro autor a ampliar essa discussão em torno de território foi Claude Raffestin que, com o texto intitulado *Repères pour une théorie de la territorialité humaine*, de 1988, propõe um diálogo um pouco mais recente que também irá incitar a refletir mais sobre as intervenções visuais. Esse autor mostra muitas colaborações nesses diálogos, pois introduz dinâmismos de processos e relações que, segundo ele, não podem ser facilmente decodificadas em mapas e esquemas, diferente do que acreditava Robert Sack nesse ponto.

Esse autor não desconsidera totalmente o uso de representação através de mapas e modelos, como ele expressa nessa passagem: “Cada tipo de mapa, como modelo de algo, revela preocupações diferentes e dá uma territorialidade específica” (RAFFESTIN, 1988, p. 265, tradução da autora).<sup>4</sup> Esses processos e relações considerados muito difíceis de cartografar e representar de uma forma simples, deveriam abusar do discurso, do diálogo como instrumento de elucidação, o que justifica o uso de outros instrumentos, que não substituem, mas complementam o trabalho do geógrafo, assim como das intervenções visuais, por exemplo, o uso da fotografia.

O diálogo não só é instrumento de decodificação de processos socioespaciais, como também se faz como um exercício para o próprio estudioso, a fim de refinar o seu olhar, já que também é leitor da realidade que pretende dialogar e que não deve se colocar como observador neutro e afastado para justificar uma falsa neutralidade, pois, enquanto um indivíduo histórico, o cientista social se envolve com o tema estudado, o que não significa perda de criticidade.

---

<sup>3</sup> Second, by definition, territoriality must contain a form of communication. This may involve a marker or sign such as is commonly found in a boundary. Or a person may create a boundary through a gesture such as pointing. A territorial boundary may be the only symbolic form that combines a statement about direction in space and a statement about possession or exclusion. (SACK, 1988, p. 21, texto original)

<sup>4</sup> Chaque type de carte, en tant que modele de quelque chose, révèle des préoccupations différentes et donc une territorialité spécifique. (RAFFESTIN, 1988, p. 265, texto original)

A concepção de territorialidade, de Claude Raffestin, combinaria dois processos, um territorial (TDR) e outro informativo (IDO). Assim, os mediadores, ligamentos, nós e redes, combinados com os processos de comunicação, constituir-se-iam no que ele chamaria de “territorialidade humana”. Essa teoria concebe território como um conjunto de relações e processos do indivíduo com a diversidade e o exterior a ele através de sinais, como ele comenta na hipótese da obra:

Para o momento, constitui um eixo de reflexão que se baseia na hipótese que as relações exteriores e a diversidade são condicionadas largamente pelas modificações que ocorrem nos sistemas de sinais. Estas mudanças de sinais forçam a adaptações para manter a autonomia da coletividade. (RAFFESTIN, 1988, p. 276, tradução da autora)<sup>5</sup>

Paul Claval é outro autor que colabora no diálogo sobre o território, quando discute no texto intitulado *O território na transição da pós-modernidade*, de 1999, uma concepção que ultrapasse os limites físicos e explícitos a que esse conceito vinha até então sendo atrelado. Segundo ele, os produtos da cultura, como a identidade, são capazes de definir territórios, estando no encontro da idéia deste trabalho, que as relações territoriais dialogam dimensões explícitas e implícitas, concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, assim, agrega variáveis na reflexão que não exclui as dimensões mais antigas com que o território foi atrelado, pois as fronteiras políticas administrativas em várias situações se mostram muito presentes na contemporaneidade. No trecho a seguir, o autor explicita sua forma de ver as relações territoriais:

As relações que os grupos mantêm com seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham. (CLAVAL, 1999, p. 11)

O autor fala de um momento de mudanças, ou de “transição para a pós-modernidade” como ele preferiu chamar, onde um contexto mais democrático e plural estaria possibilitando uma outra dimensão das identidades, onde a possibilidade de escolher e expor valores teria se tornado mais favorável. Essa, porém, é uma concepção diferente de ver a história da que estou

---

<sup>5</sup> Pour l’instant, elle constitue un axé de réflexion qui se fonde sur l’hypothèse que lês relations à l’extériorité et à l’altérité sont largement conditionnées par lês modifications qui surviennent dans les systèmes de signaux. Ces changements de signaux contraignent à des adaptations pour maintenir l’autonomie de la collectivité. ( RAFFESTIN, 1988, p. 276, texto original)

tratando. A questão a ser esclarecida é a relativização que deve haver quando se trata de falar sobre identidade ou cultura como construções que puramente respondem a um contexto histórico ou a fatores externos, pois a sociedade não responde simplesmente com o que acontece ao seu entorno e ao contexto histórico, e sim, dialoga com os efeitos externos. O indivíduo é um ser histórico, logo a história não é feita alheia a ele, mas com e através dele e, assim, como sofre com os efeitos de um contexto desfavorável, ele constrói ferramentas que intervêm nessa construção.

As intervenções visuais, de forma ilegal, no decorrer da história, intensificam-se quanto mais desfavorável se faz o contexto histórico, pois é em momentos de controle da expressão, supressão de espaços como o público, por exemplo, que elas se fazem mais presentes, como quem denuncia um falso momento de calma, ou acontecimentos e idéias que não possuem espaço nos meios de comunicação de maior alcance. Mas, apesar de esse autor possuir essa concepção sobre o processo histórico, ele ainda contribui com uma abertura na perspectiva do que se entende por território:

A abertura da sociedade põe em causa estas certezas fáceis: ela multiplica os contatos com o Outro e mostra a sua complexidade e a sua diversidade. Essa confrontação ampliada conduz com frequência a atitudes defensivas: a afirmação identitária torna-se explícita. Para enfatizá-la, multiplicam-se os signos e investem-se os elementos objetivos de diferenciação de um valor simbólico novo. (CLAVAL, 1999, p. 18 e 19)

Outros autores que somam com os estudos territoriais são Franck Guérit e Frédéric Tesson que, a partir de um estudo sobre a política das redes de cidades, instaurada no fim dos anos 80, pelo DATAR (Delegação para o Ordenamento Territorial e Ação Regional), levantam um conjunto de perguntas ligadas à temática geral da estruturação do espaço. O interessante é que, mesmo fazendo um estudo que parece específico a um conjunto de cidades da França, os autores discutem a concepção de território presente nas políticas públicas que se usam do discurso para justificar suas ações.

Apondo dois pontos de enorme colaboração nessa obra. Primeiro, a concepção histórica, diferente da de Paul Claval, que denuncia que as políticas públicas, ditas, na maioria das vezes, como em prol de um dito “desenvolvimento territorial”, tornaram-se um privilégio no desenvolvimento econômico em detrimento do espaço no contexto pós-fordista, como o trecho a seguir: “Este comportamento faz referência a novos valores que aparecem gradualmente em economia, nos modelos procedentes da crise do fordismo: cooperação,

parceria, interdependência, complementaridade, flexibilidade.” (GUÉRIT e TESSON, 1996, p. 166, tradução da autora)<sup>6</sup>. Assim, traz-nos o alerta de que, ao tratar de território, não se deve simplesmente excluir o sentido de limite inicialmente atribuído a esse conceito, pois ele ainda se faz presente como uma forma de controlar contingentes populacionais e hierarquizar regiões. Se os estudos avançaram, no sentido de agregar variáveis não tão explícitas na sociedade, faz-se da mesma forma importante que ela dialogue com as antigas formas de conceber território, pois elas ainda se fazem influentes como esse estudo das cidades francesas apresentou.

Dessa forma, os administradores, para ter aceitação das políticas territoriais aplicadas, eles difundem uma idéia de “fim dos territórios”, fim de fronteiras, o que daria lugar para uma nova construção territorial marcada pela inovação, rapidez e facilidades, que seria o segundo ponto a ser enfatizado, pois trata da relação de poder estabelecida no discurso. Logo, o território se resume, nesses casos, como um recurso de linguagem para cobrir o verdadeiro sentido que o desenvolvimento territorial possui, ou seja, a maximização dos lucros.

Giuseppe Dematteis trará o conceito de território numa dimensão relacional, em distintos lugares de vida e produção, evidenciando esse conceito enquanto um processo relacional, e a territorialidade como um fenômeno social, como se pode ver no trecho a seguir:

A cidade, por exemplo, como um sistema urbano, constitui um dos níveis territoriais de mediação. É um nível intermediário. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local com outros lugares do mundo e estão em relação com o ecossistema. O agir social é sempre local e territorial, articulado, em rede, mas significa territorialidade. (DEMATTEIS, 2005, p. 23)

O sociólogo francês Henri Lefebvre colaborou com a constituição da reflexão sobre território, não tanto por tratar de forma explícita o conceito, pois não é o caso, porém contribuiu na renovação do trato das relações de poder contemporâneo que dão subsídios para o que se entende por territorialização. O termo território aparece, em suas obras, na forma explícita, nos casos em que faz referência a uma dimensão material, como a seguir:

“O urbano define-se *também* como justaposição e superposições de *redes*, acúmulo e reunião dessas redes, constituídas umas em função do território, outras em função

---

<sup>6</sup> Ce comportement fait référence à de nouvelles valeurs qui apparaissent peu à peu em économie, dans les modeles issus de la crise du fordisme: coopération, partenariat, interdépendance, complémentarité, souplesse.” (GUÉRIT e TESSON, 1996, p. 166, texto original)

da indústria, outras ainda em função de outros centros no tecido urbano.” (LEFEBVRE, 1999, p. 114)

Mas, em outros momentos, na mesma obra, faz referência a um “espaço” produto do “trabalho social”, próximo de um conceito de território, a partir das relações de poder, mesmo não dando o nome de território. Assim, segundo Henri Lefebvre, em se tratando do espaço na contemporaneidade, diz:

“Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais-valia, é assim, e por esse caminho, que a produção torna-se social nos próprios marcos do neocapitalismo.” (LEFEBVRE, 1999, p. 142)

A forma como Henri Lefebvre entende por espaço, o que poderia se considerar como um espaço “usado”, pode-se comparar com o que Milton Santos chamou de “território usado”, para designar o que entende por território e, também, para renunciar uma longa discussão entre qual seria a forma mais correta para aplicar território ou espaço, como o próprio Milton Santos fala, ao responder, em uma entrevista, sobre a diferença entre território, lugar e espaço:

Na verdade, eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: “o espaço vem antes”, “não, o que vem antes é o território”. Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. (SANTOS, 2000, p. 26)

Assim, o diálogo proposto pelos autores Robert Sack (1988), Claude Raffestin (1988), Franck Guérit e Frédéric Tesson (1996), Paul Claval (1999), Henri Lefebvre (1999), Giuseppe Dematteis (2005) e Milton Santos (2000) ilustra um pouco dos debates teórico-metodológicos que têm o conceito de território como eixo principal. Um texto que expressasse toda a linha de tempo desse debate, para ser fiel à realidade, deveria remeter aos estudos de Friedrich Ratzel e vir até os dias de hoje, porém, em função do tempo disponível para esse trabalho, não foi possível, o que não impede que esses autores citados anteriormente se façam como uma espinha dorsal para estudos posteriores, pois eles demonstram bem o debate de diferentes pontos de vista.

Essa linha do tempo poderia ser constituída somente com uma parcela desses autores de uma postura ideológica única, porém foi exatamente essa diversidade de pontos de vista que, por vezes, constituíram um debate e, por vezes, uma interação de idéias que as renovações no pensamento geográfico se fizeram e ainda se refazem. Essa dialética entre debate e interações não fragiliza o pensamento geográfico e de áreas afins, e sim, fortalece as justificativas de estudos que abordem a questão territorial como central.

Esses debates promoveram não só avanços no pensamento geográfico, como também promoveram a reflexão de vários autores sobre o que entendiam por território. Robert Sack, Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis foram os pioneiros a dar centralidade nas suas obras ao conceito de território, o que não desmerece o trabalho de todos os outros que, indiretamente, colaboraram para a abertura de estudos nesse tema, nem que suas próprias teorias não tenham sofrido alterações no decorrer do tempo.

Robert Sack, Claude Raffestin e Giuseppe Dematteis tinham, até as obras de meados dos anos 1970 e 1980, uma abordagem mais centrada em aspectos políticos e econômicos. Essas obras, que expressam esse período, não foram citadas, pois, neste trabalho, só participaram as obras de uma segunda fase, pós décadas de 1970 e 1980, por caracterizarem uma fase de renovação do pensamento geográfico quanto às discussões sobre território. Essa renovação se caracteriza por uma mudança teórica onde essa dimensão política e econômica começa a dialogar com aspectos simbólicos, culturais e identitários no mesmo nível de importância.

Essa renovação não significa simplesmente uma adição de aspectos simbólicos e culturais às análises, pois nessa reflexão outras dimensões já tratadas de forma central, como política e economia, sofreram transformações pelos próprios autores que anteriormente tinham esses dois últimos aspectos como únicos a serem tratados, e a Geografia, a partir daí, deparou-se com muitos outros territórios para estudar.

Henri Lefebvre é uma referência que sustenta, em teoria e metodologia, a renovação do pensamento geográfico e, mesmo não tendo o conceito de território como um eixo em suas obras, a produção do espaço, como “espaço usado”, fruto do trabalho social, foi fundamental para o processo de reflexão sobre os aspectos que envolvem a territorialização.

Mas a renovação na Geografia, por efeito da reflexão do conceito de território, só foi possível nessas medidas que estou tratando, a partir de um desvendamento das relações de poder. A partir do momento em que as relações de poder foram vistas além dos limites do

Estado, que a ideologia deixou de ser um aspecto neutro e começou a ser tratada também como uma formadora de opinião, como foi tratado no início do capítulo com Marilena Chauí e, quando os efeitos da globalização começaram a ser debatidos, o significado de território começou a ser repensado no contexto atual.

Essa reflexão sobre as relações de poder contribuiu na discussão mais geral da Geografia e não somente na questão territorial, pois dela participam não só os autores já citados acima, como tantos outros das ciências humanas. Três autores que contribuem para esse momento mais amplo desse debate são Renato Ortiz, Néstor García Canclini e Zigmunt Bauman, como segue, de forma mais detalhada.

Renato Ortiz discute, na obra chamada *Um outro território*, os equívocos de chamar de globalização os processos atuais por que passaram as construções culturais, sua proposta é que os processos culturais devem ser considerados mundializados e não globalizados, para não considerar homogênea uma diversidade que ainda se mantém no domínio da cultura. Processos globalizantes se restringiriam ao que diz respeito à tecnologia e economia, que também constrói territórios, porém de caráter desterritorializado.

Essa é, também, uma outra forma de analisar o contexto histórico atual e a complexidade em que se encontram as suas instabilidades. Assim, ele comenta essa relação de poder:

Negociar, isto é, delimitar simbolicamente um território, é levar em consideração a multiplicidade dos atores em concorrência. No entanto, as identidades operam a partir de posicionamentos distintos. Algumas delas têm uma abrangência maior, porque se vinculam a instituições cujas “estratégias” as impelem sobre o território “dos outros”. Este é o caso das identidades nacionais, ou desterritorializadas. Elas atravessam a diversidade dos “locais”. Outras, porém, devem se conformar com a “tática”, ou seja, atuar submetidas à pressão constante de seus “opponentes”. Trata-se, portanto, de um jogo desigual. (ORTIZ, 2005, p. 92 e 93)

Néstor García Canclini, em seu livro *A globalização imaginada*, discute o sentido atribuído ao termo globalização e comenta, em uma passagem de seu livro, a estratégia usada pelas administrações que, por trás de discursos universalistas, colocam em prática ações restritas ao beneficiamento de um pequeno grupo. Ele comenta:

A vertigem e a incerteza provocada pela necessidade de pensar em escala global leva ao entrincheiramento dos países em alianças regionais e a delimitar – nos mercados, nas sociedades e em seus imaginários – territórios e circuitos que, para cada um, seriam a globalização palatável, com a qual podem lidar. (CANCLINI, 2003, p.11)

Todos esses autores tratados até esse momento estão dialogando sobre o conceito de território, mas, além disso, estão, de forma geral, buscando refletir sobre o que um conceito pode nos dizer de intencionalidades que, conforme a pessoa ou grupo, pode ter uma conotação muito diferenciada, assim como suas aplicações podem revelar intenções diferentes daquelas que são ditas. O mesmo pode-se dizer das intervenções visuais, pois o que está impresso pode revelar intenções muito diferentes, conforme a pessoa ou grupo que executa, necessitando, assim como no caso dos conceitos, uma decodificação.

Zigmunt Bauman, no livro *Comunidade*, revela um estudo sobre o sentido que o termo Comunidade foi tomando durante momentos históricos diferentes. Segundo ele, quando usado por grupos da elite, o termo comunidade significa um instrumento de reconhecimento de seus pares ou iguais, já dentre os grupos pobres, significaria um instrumento de reconhecimento das diversidades. Concluiria, dessa forma, que comunidade, num sentido inclusivo das diversidades e pluralidade, faria parte de um ideal ilusório, advindo da incoerência de buscar conciliar liberdade e segurança juntos, pois a busca por um implicaria na subestimação da outra.

Essa incoerência entre liberdade e justiça diz muito sobre uma “ideologia do medo” já que, em busca de segurança, a sociedade é capaz de castrar certas liberdades, a fim de buscar uma comunidade ideal, impossível de ser alcançada, segundo o autor. Assim:

“Ela também torna a vida em comum um conflito sem fim, pois a segurança sacrificada em nome da liberdade tende a ser a segurança dos outros; e a liberdade sacrificada em nome da segurança tende a ser a liberdade dos outros”.(BAUMAN, 2003, p. 24)

Essa contradição demonstra os conflitos presentes nas intervenções visuais, que não parece ser fácil de ser resolvido, porém a tomada de consciência de que ele existe é o primeiro passo para que seja discutido. Falar de liberdades, direitos humanos, possibilidades, quando os processos são de supressão de quem não consegue se manter numa sociedade de consumo é um conflito difícil de ser desfeito, como o próprio autor comenta:

O reconhecimento do “direito humano”, o direito de lutar pelo reconhecimento, não é o mesmo que assinar um cheque em branco e não implica uma aceitação a priori do modo de vida cujo reconhecimento foi ou está para ser pleiteado. O reconhecimento de tal direito é, isso sim, um convite para um diálogo no curso do qual méritos e deméritos da diferença em questão possam ser discutidos e (esperamos) acordados, e assim difere radicalmente não só do fundamentalismo universalista que se recusa a reconhecer a pluralidade de formas que a humanidade pode assumir, mas também do tipo de tolerância promovido por certas variedades de uma política dita “multiculturalista”, que supõe a natureza essencialista das diferenças e, portanto, também a futilidade da negociação entre diferentes modos de vida. (BAUMAN, 2003, p. 74)

Uma sociedade sem conflitos é ilusória, e as instabilidades entre grupos existirão, porém o convite ao diálogo, como disse Zigmund Bauman espera-se que seja o instrumento da superação dos conflitos, substituindo o encarceramento cada vez mais usado como recurso primeiro.

Esses últimos três autores ilustram reflexões que, como foi comentado anteriormente, colaboraram na reflexão mais ampla das relações de poder contemporâneas, o que atingiu o conceito de território. Nessa questão, dois autores que considero muito importantes na minha reflexão dos territórios contestatários das intervenções visuais foram Milton Santos e Rogério Haesbaert da Costa. Não que eles sejam mais importantes teórica e metodologicamente, mas foram, nesse estudo, de importância vital para a observação e reflexão desse tema.

O chamado “globalitarismo” que Milton Santos fala ao se referir à globalização como um sistema totalitário, junto com a “mutiterritorialidade” de Rogério Haesbaert da Costa, contrariando o “fim dos territórios”, foram vitais para a problematização e desenvolvimento de um estudo de territórios, assim considerados por mim como contestatários.

A seguir, a resposta de Milton Santos, ao ser perguntado sobre essa relação entre globalização e totalitarismo, em que explica melhor o sentido que “globalitarismo” possui para ele:

Estamos em um mundo que nos reclama obediência. Uma frase que se ouve com grande frequência, quando reclamamos de algo, é: “O senhor é o primeiro a reclamar”. Vocês nunca ouviram isso? Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não-intelectual, não é só na fábrica, que o totalitarismo está presente. Também no chamado setor de serviços. E a universidade é um exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir os regulamentos, as normas...Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo. Há, portanto, um novo totalitarismo que, todavia, se apresenta como um convite a fazer as coisas bem-feitas, ordenadas. É um ritmo infernal que se impõe. (SANTOS, 2000, p. 11)

E, ao invés daquele conceito de território trazido do dicionário no início do capítulo, para acompanhar uma postura contra o “globalitarismo”, vou trocar aquele significado de território atrelado a termos estanques como “terreno”, “porção”, “jurisdição” e “área” por sistemas e processos, frutos das relações de poder ou, como diz Rogério Haesbaert da Costa: “O território, assim, não é apenas “coisa”, conjunto de objetos, mas, sobretudo, ação, ritmo, movimento que se repete.” (2006, p. 281)

Quanto à contestação, aquele significado que remete a “contradizer”, “impor” e “negar” continua fazendo sentido para este trabalho, ou como Henri Lefebvre fala:

“A contestação é a recusa global, inteira, das alienações pressentidas ou ressentidas. É a vontade de não-recuperação. O movimento, nascido no negativo e na negação é radical por excelência.” (LEFEBVRE, 1968, p. 111)

Acrescento, porém, que contestar não é somente teoria, como também é prática, pois, mesmo com uma dependendo totalmente da outra, o que acontece é um desatrelamento de teoria e prática no ato de contestação, que compromete todo o seu significado. Uma contradição tal que, quando identificada, deve também sofrer contestação, embora o processo entre numa contínua contestação da contestação, que dá significado ao território enquanto processo e na prática da intervenção visual enquanto contestatória.

A burocratização de muitos movimentos contestatórios, atrelados a todo o tipo de interesse econômico e político, está espalhada pelas cidades para exemplificar essa contradição entre teoria e prática do ato de contestar.

Não poderia deixar de comentar sobre Marcos Aurélio Saquet que, através de sua obra *Abordagens e concepções de território*, mostra o leque de possibilidades para os estudiosos que se aventuram pelo universo territorializante. Espero que o diálogo entre autores que nem sempre estão em movimento de interação, mas sim, de debate tenha instigado uma reflexão mais profunda, sem esquecer que o processo de territorialização é histórico em prática e teoria. Através desse capítulo, pode-se ver uma breve demonstração de como o universo teórico é vasto historicamente, tanto quanto na prática, como será visto no próximo capítulo, é vasto em possibilidades ou, como fala Marcos Aurélio Saquet sobre essa relação processual do território:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as reterritorialidades. (SAQUET, 2007, p. 127)

Enfim, esse é o compêndio anunciado, no início deste capítulo, para aqui ser tratado, mas não poderia deixar de fora a minha concepção do território que começará a ser tratado, de forma mais específica, no resultado de um misto de estudos teóricos e de observação das práticas territorializantes das intervenções visuais.

O território contestatório das intervenções visuais se constitui nas cidades como um sistema fruto das relações de poder, que nega o processo globalizante como única ideologia dominante, coloca-se como alternativa e como instrumento de uso de quem se sentir motivado para atuar na ilegalidade, independente das consequências e julgamentos, pois, como instrumento, coloca-se a serviço de quem a usa, para somente e, acima de tudo, lutar por desejos reprimidos na cidade.

Um território efêmero que desaparece e reaparece como as deterritorializações e reterritorializações acontecem e, pelo movimento, processo e manutenção de instrumentos de recusa se mantêm durante o tempo. Independente das apologias ou criminalizações que podem ser feitas com relação a essa prática, enquanto território, ele continuará existindo, resta saber se a sociedade irá cegar-se com relação a ela. Os indícios desse embate estão territorializados por toda a parte, como na foto a seguir, no alambrado que separa a fachada de quem tentar subir nela:



Figura 18 – Rua Bento Gonçalves. Fonte: Rosiéle Silva, dez/2008.

Nem sempre essa relação de poder entre interventores e proprietários de estabelecimentos não residenciais se dá de forma tão explícita com o uso de alambrados para a proteção de suas fachadas. Ou com o uso de câmeras de vigilância para inibir a ação dos interventores. Uma tática muito usada, atualmente, pelos comerciantes é o uso de uma fachada que se aproxime da forma como as intervenções visuais aparecem nas ruas, de forma que o interventor não tenha espaço para o seu risco, ou mesmo, que se sinta desconfortável por “atropelar”, como alguns chamam, um trabalho de outro interventor, mesmo que esse esteja comercializando essa prática. Essa postura, pode-se visualizar na fotografia que mostra uma lavanderia que usa essa tática e obtém resultado, como se vê a seguir, assim como do interventor que coloca seu número para contato a fim de vender esse estilo.



Figura 19 – Rua Gen. Lima e Silva, entre República e Luis Afonso

Fonte: Rosiéle Silva, jan/2009.

Nota-se que nenhuma intervenção fora da que foi colocada em função da lavanderia aparece, mostrando como realmente essa tática inibe as intervenções feitas de forma livre e sem controle de seu conteúdo, que são as de que trato neste trabalho. Essa prática é comum no bairro Cidade Baixa, área de estudo escolhida para ser tratada de forma mais detalhada, e

acontece em grande parte com bares. Assim, essas tintas escondem mais atores e idéias do que se imagina num primeiro olhar, como tratarei no próximo tópico e no próximo capítulo.

### 2.3. TERRITÓRIOS DAS INTERVENÇÕES:

Fazer uma linha do tempo que seja fiel aos primeiros indícios e contemple todos os autores das intervenções visuais na cidade de Porto Alegre e do país é muito difícil, pois se encontram muito poucos registros dessa atividade, assim como trabalhos que contemplem essa prática. Há, porém, o registro de algumas referências que podem apontar para o começo dos estudos nas intervenções visuais.

A primeira referência conhecida, no Brasil, de intervenção visual na cidade de forma não permitida, é a do arquiteto e artista visual Flávio de Carvalho (1899- 1973) que atuou, principalmente, entre as décadas de 1930 e 1950. Em 7 de junho de 1931, ele atuou na procissão de Corpus Christi, entrando no contra-fluxo dos fiéis, vestindo um chapéu verde musgo na cabeça e, em 1956, caminhava pelas ruas da cidade de São Paulo com o que chamou de “New Look”, que era uma camisa verde, saia rosa plissada, meia arrastão e sandália de couro. Mesmo sem usar ainda as tintas, ele foi uma referência nas intervenções visuais, por ter objetivos comuns as intervenções visuais de maneira geral, pois queria desestabilizar uma pretensa normalidade que as grandes cidades não possuíam na sua vida prática.

Quanto às tintas, pode-se datar a década de 1970 como uma referência de um volume de intervenções visuais que começavam a tomar corpo e a serem noticiadas. Um grupo que ficou conhecido, nesse momento, foi o então chamado 3NOS3. Esse grupo, formado por Hudinilson Jr. (1957), Mario Ramiro (1957) e Rafael França (1957-1991), reuniu-se, em abril de 1979, para promover intervenções visuais de caráter contestatório. O grupo atuou até 1982 e promoveu atividades como o ensacamento da cabeça de monumentos com sacos de lixo e uma operação chamada X-Galeria, que consistiu no fechamento de várias galerias de arte com um adesivo em forma de “X” e com um recado que dizia: “o que está dentro fica, o que está fora se expande”(3NOS3, 1979).

Foi nessa mesma década, de 1970, que Hudinilson Jr. conheceu Alex Vallauri e começaram a sair pelas ruas de São Paulo para intervir com as tintas. Alex Vallauri tinha como símbolo o desenho de uma bota que espalhava pelos muros e comunicava com os que

andavam pelos caminhos por que passava. Hudinilson Jr. tinha como símbolo a frase: “Ah, beija-me!” que, na companhia de Alex, espalhava pelos mesmos percursos.

Alex Vallauri nasceu em Asmara, (na época, essa cidade pertencia à Etiópia e hoje pertence à Eritreia) e se tornou uma forte influência, não só para Hudinilson Jr., como para muitos anônimos que saíam às ruas para intervir com as tintas, como o Hudinilson Jr. diz: “No fundo, todos nós temos alguma coisa do Vallauri, ficou forte demais.” (Hudinilson Jr., entrevista realizada pela jornalista Maia Prado, 23 de agosto de 2005, em <http://www.stencilbrasil.com.br/home.htm>)

Essas referências fazem parte do contexto brasileiro, mas se for levar em conta o contexto histórico mais amplo, ou seja, o desenvolvimento da humanidade, pode-se considerar as inscrições rupestres como os primeiros indícios do desejo e/ou necessidade de intervir visualmente. A erupção do vulcão Vesúvio, em agosto de 79 d.C., cobriu de lava por mais de 1.700 anos toda a cidade de Pompéia, o que preservou vários registros que eram feitos nas paredes com carvão e revelou o latim vulgar, diferente do que registravam os registros e livros oficiais. O que se registrava, nas paredes de Pompéia, eram frases de caráter político, informativo, assim como inscrições de ironia que expressavam a liberdade de expressão vivenciada nesse momento histórico.

Mas essa referência, num contexto mais amplo, só é possível se for entendido como pressuposto que as intervenções visuais são todos os tipos de intervenção livre, onde os desejos são colocados em prática sem nenhuma restrição, desde os desenhos rupestres, passando pelas intervenções no Brasil, a partir da década de 1970, até as intervenções atuais, que chegam, inclusive, às paredes dos lavabos ou, como Ivana Maria Nicola Lopes:

“Los graffiti transforma el espacio en amoroso y poético. Reflejando como un espejo las emociones y sentimientos. Es el imaginário que se torna real y acaba compartido con los demás.” (LOPES, 1996, p. 185)

Note-se que a autora Ivana Maria Nicola Lopes usa o termo graffiti para designar as intervenções visuais, como já foi comentado anteriormente, para lembrar da origem do termo e da incoerência em classificar, a partir disso, as intervenções entre grafite e pichação. O termo graffiti, de origem italiana, deriva do latim *graphium*, que significa um estilete de ferro ou bronze utilizado para escrever sobre tábuas de cera, ou seja, seu significado é muito amplo para se reduzir às poucas intervenções em todo esse universo de contextos que foi citado acima. Por coincidência ou não, a palavra geografia deriva do étimo grego *graphein* que

significa escrever ou riscar. Teria, então, por essa proximidade, a geografia um papel a cumprir com as intervenções visuais na influência da formação e transformação das cidades?

Esses aspectos temporais e espaciais diferenciados das intervenções é importante mostrar, pois eles não são processos tão recentes e indiferentes a quem as pratica como querem atestar os meios de comunicação. Existem alguns pontos históricos essenciais na análise da prática das intervenções visuais.

O contexto em que se construíram as intervenções visuais na América Latina, é diferente do contexto dos Estados Unidos ou da Europa, mesmo os meios de comunicação insistindo em uni-los todos em uma só linha do tempo como causa e efeito de forma simplista. O que acontecia com as intervenções visuais na América Latina, na década de 1980, é diferente do que acontecia, na mesma época, com as intervenções visuais nos Estados Unidos ou em Paris, por exemplo.

Não quero dizer que essa prática seja resultado direto do contexto histórico, porém dialoga com ele e não pode ser tratado de forma separada. Armando Silva, no seu livro “Imaginários Urbanos”, demonstra essa preocupação em trazer o contexto histórico nesse assunto, como ele demonstra a seguir:

Durante toda a década de 1980, o grafite se expandia pela América Central pela mesma razão das lutas de libertação; na Colômbia ou no Peru e, em particular, do Equador, por tradição guerrilheira e pelos novos ares de renovação estilístico-plástica em movimentos políticos e universitários no México e na Venezuela, com novos interesses artísticos contemporâneos (do qual se fizeram notáveis e grandes exposições que se estendiam à cidade ou da cidade-capital ao resto do país; na Argentina, Brasil ou Uruguai, por seus governos verticais, ou no Chile, sob um fustigamento sócio-militar. (SILVA, 2001, p. 04)

E, assim como o contexto temporal é essencial para o entendimento das intervenções visuais, os aspectos espaciais não podem ser suprimidos. A reflexão sobre o contexto espaço-temporal não é somente importante para desvelar as relações que se escondem por trás dela, mas, nesse caso de estudo, para entender por que pode ser considerado como um território, pois território, enquanto ação humana, como foi tratado anteriormente, só pode ser assim tratado se houver um contexto espaço-tempo que o explique. E como esse trabalho trata de reflexões advindas de um contexto específico, que é a cidade de Porto Alegre, nada mais coerente que tratar de algumas referências e peculiaridades dessa localidade.

### 3. O CASO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE



Figura 20 – Avenida André da Rocha, entre a rua Gen. Lima e Silva e a rua 24 de maio

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

### 3.1. UMA CIDADE ÀS AVESSAS

A cidade de Porto Alegre está submetida à Constituição Federal que trata, em específico na lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Segundo o seu artigo 65, “pichar, grafitar ou por meio conspurcar edificação ou monumento urbano” é crime, sob pena de detenção de três meses a um ano e multa. E, segundo o parágrafo único, “se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de seis meses a um ano de detenção e multa”. Não há um consenso, porém, sobre o que seja pichar e o que o diferencia do ato de grafitar e mesmo o que pode significar a coisa tombada, o que abre precedentes para uma interpretação livre dessa prática na cidade.

As intervenções visuais são atos contra a lei, que além de serem crime ambiental, também respondem ao de dano. Segundo o artigo 163, parágrafo único, inciso III do Código Penal Brasileiro, exceto se for cedida permissão por uma pessoa jurídica, física ou órgão governamental. Mas o interessante é que a publicidade comercial ou política, quando transgredir os limites legislativos, não possui a mesma atenção da opinião pública e é tratada pela mídia com um discurso muito mais sutil se comparado ao que trata das intervenções visuais. Logo, existe não um repúdio à poluição visual, e sim, uma intolerância a uma prática em específico que diz mais do que uma concepção de “belo”. Herdamos uma política higienista que repele as intervenções visuais, mas admite a propaganda em excesso, repele o acúmulo de lixo nas ruas, assim como os moradores de rua. Em resumo, isso significa retirar do alcance do olhar os problemas por que passa a cidade e não um esforço para solucioná-los.

Na cidade de Porto Alegre, funciona desde o dia 25 de maio de 2006, uma central chamada “Disk Pichação”, que atende denúncias de “pichações” na cidade, a qual é composta por quatro equipes, de três a quatro pessoas cada uma, também dispõe de 16 viaturas no turno do dia e 13 viaturas no turno da noite para o atendimento das ocorrências de pichações, mas que fazem parte, na verdade, da guarda municipal e são usados por esse novo serviço. Segundo informações do próprio Subcomandante da Guarda Municipal, fazendo um balanço das chamadas já atendidas por esse serviço, até a data de 17 de fevereiro de 2010, aproximadamente 70% delas são para atender intervenções em espaços privados. Assim, do total de 1164 denúncias feitas ao Disk Pichação, no período de 25 de maio de 2006 a 17 de

fevereiro de 2010, às 14:30, 812 denúncias foram feitas de ações ao patrimônio particular e 341 denúncias de ações ao patrimônio público, segundo informações cedidas pelo Subcomandante da Guarda Municipal no Disk Pichação no dia 10 de novembro de 2009.

Portanto, um serviço foi criado na cidade e é mantido com rendas públicas para atender, majoritariamente, à dimensão privada da cidade, revelando um privilégio, enquanto diversos espaços públicos são suprimidos, como assim comenta Ângelo Serpa:

Na verdade, são as classes médias cultivadas os “clientes” privilegiados dos equipamentos socioculturais, concebidos por elas e para elas, que são, ao mesmo tempo, os criadores, os gestores e os usuários dos espaços públicos urbanos, definindo e garantindo, através da apropriação social e espacial, sua identidade e seu poder. (SERPA, 2007, p. 115)

No total de denúncias do ano de 2005 até 2006, houve uma diminuição, que não se pode atribuir simplesmente à repressão feita pelo Disk Pichação, mas a algumas mudanças no contexto da cidade de Porto Alegre as quais devem ser melhor investigadas para não se fazer uma análise errônea. No ano de 2006, que compreende um período menor, pois vai de 25 de maio até 31 de dezembro, foram computadas, segundo o Disk Pichação, 200 denúncias; já no ano inteiro de 2007, foram 463, no ano de 2008, foram 370, em 2009, foi um total de 131 e, no ano de 2010 até 17 de fevereiro, haviam sido computadas somente 8 denúncias, o que se explica, talvez, pelo período de férias quando muitas pessoas saem da cidade, tanto quem denuncia, como quem intervém.

É importante lembrar que denúncias não querem dizer necessariamente detenções, pois somente com a denúncia feita é que os guardas municipais podem se deslocar até o local e tentar fazer a detenção dos interventores. Do total de 1164 denúncias feitas, somente 240 detenções se efetivaram, ou seja, 21% do total das denúncias terminam em detenções. Dessas detenções, pode-se extrair um perfil aproximado dos interventores da cidade de Porto Alegre.

Das 240 detenções feitas entre 2006 e 2010, 156 eram adolescentes e variavam entre 15 e 17 anos e 84 eram adultos, ou seja, maiores de 18 anos. Assim, 65% das detenções foram feitas com adolescentes e 35% com adultos. Segundo ainda o Disk Pichação, a maior parte desses adolescentes que intervêm em maior número na cidade de Porto Alegre são oriundos da periferia, fora alguns poucos casos já conhecidos da guarda municipal oriundos do bairro Bom Fim. Em maior parte, também são homens, mesmo havendo algumas mulheres que começam a invadir esse universo das intervenções visuais.

E para tratar do contexto não só atual, como histórico das intervenções visuais na cidade de Porto Alegre, não se poderia deixar de tratar de TONIOLO, pois, de todos esses adolescentes e adultos detidos, assim como dos entrevistados, não conheci algum que desconhecesse e não se inspirasse, de alguma forma, na figura desse interventor da cidade de Porto Alegre, que atuou, principalmente, na década de 1970 e 1980. E mesmo não estando mais ativo, promovendo intervenções visuais nas ruas, é impossível uma caminhada pelas ruas de Porto Alegre sem se deparar com algum TONIOLO assinado pelas paredes e muros.

### 3.2. TONIOLO

Apesar de muitas entrevistas em revistas, jornais e televisão, poucas pessoas conhecem a identidade desse homem que ainda hoje passa pelas ruas da cidade despercebido. Admito que fiquei um pouco desconfiada quando obtive em mãos o telefone de Toniolo, conseguido com a ajuda de uma amiga. Liguei, marquei uma entrevista, que prontamente aceitou. E lá estava eu, no bairro Petrópolis, no dia 04 de dezembro de 2009, para então conhecer aquele interventor e fazer uma entrevista. No horário marcado, chegou aquele senhor na frente de sua residência me convidando para entrar. Seu verdadeiro nome é Sergio José Toniollo e, além de real, ainda reside no bairro Petrópolis no mesmo lugar onde nasceu.

Sergio José Toniolo hoje tem 65 anos, é escrivão de polícia aposentado por problemas psiquiátricos desde os 42 anos, e é protagonista de uma história muito singular. Ele acaba revelando uma outra história da cidade de Porto Alegre, ao mesmo tempo, em que se confunde com ela, a história das ruas, das atividades ilegais que alega terem ficado no passado e de muitas intervenções visuais.

Ele foi o primeiro a intervir com hora marcada e a assumir sua identidade assinando em suas intervenções o próprio nome. Era conhecido nas seções de “carta do leitor” dos jornais em circulação na década de 1980, com mais de 1500 cartas publicadas na imprensa, segundo o próprio Toniolo, que guarda todas com muito orgulho nos seus arquivos pessoais. Dentre elas, uma que julga muito importante, a carta que enviou ao “Jornal de Brasília”, em 20 de dezembro de 1983, reiterando uma denúncia de que o coronel Átila Rohrsetzer coordenou a operação de sequestro de Lílian Celiberti e Universindo Diaz, quando dirigia o Departamento Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública, em 1978, com o envolvimento do DOI-CODI do III Exército. No dia 22 de dezembro de 1983, os jornais já

anunciavam o pedido de exoneração do coronel Átila Rohrsetzer da função de chefe do Serviço Centralizado de Informações.

Toniolo solicitou ao TER/RS a sua candidatura como deputado estadual pelo PMDB, que tinha se fundido com o Partido Popular de Tancredo Neves, do qual tinha recebido um telegrama, em 12 de maio de 1982, oferecendo apoio à candidatura que Toniolo preferisse, mas sua candidatura foi barrada.

Mas o que mais foi marcante em sua trajetória de prisões e ameaças foram as suas intervenções, que ele prefere chamar de pichações e que contabiliza por volta de 70 mil com seu nome. Ele não usava somente sprays para suas intervenções, em entrevista concedida, no dia 04 de dezembro de 2009, contou que já usou também pandorgas construídas com seu nome as quais chamava de “TONIOLO VOADOR” e soltava do terraço de sua casa ou das arquibancadas dos estágios em dias de jogo. Segundo ele, quando a polícia identificava suas pandorgas, ele cortava o fio, deixava a pandorga cair enquanto fugia.

Dentre suas histórias, o que mais chamava a atenção dos jornais de circulação da época eram as suas intervenções com aviso prévio. Ele marcava data, hora e local de sua intervenção, anunciava em jornais, rádio ou todo o meio de comunicação que lhe dava espaço e completava a ação no dia e hora marcados. Nesse tipo de intervenção, a mais conhecida foi a intervenção no Palácio do Piratini, em 1984.

Em janeiro de 1984, ele anunciou no programa “Guaíba Revista”, que era apresentado por Lasier Martins, na Radio Guaíba AM, a seguinte ação: “No dia 17 deste mês, às cinco da tarde, vou pichar o Palácio Piratini.” (TONIOLO, em entrevista concedida em 04 de dezembro de 2009). Segundo Toniolo, ele escolheu essa data porque é seu dia da sorte e sabia que ia ser difícil o feito. O dia 17 e a hora marcada, às 17 horas, combinavam com sua data de aniversário, o dia 17 de outubro. E assim, no dia 17 de janeiro de 1984, Toniolo foi “pichar” o Palácio do Piratini em Porto Alegre.

A notícia se espalhou e, no dia e hora marcados, lá estavam dezenas de policiais na frente no Palácio do Piratini, esperando a chegada de Toniolo. Como forma de os policiais o identificarem, havia com eles uma 3X4 para quando se aproximasse, foto obtida nos arquivos da polícia civil, onde trabalhou por 17 anos. Só que eles não contavam com a possibilidade de que a foto estivesse defasada nem com a hipótese de que ele iria cortar o cabelo, pois na foto ainda tinha cabelos longos.

Então, no dia e hora marcados, aquele homem calvo chegou na sede do Piratini, munido de seus sprays escondidos em uma sacola, passou pelos policiais militares e, sem ser identificado, começou a intervenção. Ele escreveu o “T”, o “O”, o “N”, o “I”, o “O” e, quando já terminava o “L”, os policiais se deram conta de quem se tratava aquele homem calvo: Toniolo!

Desfeito o engano, ele foi detido e encaminhado à delegacia. No mesmo dia, foi encaminhado também ao Hospital Psiquiátrico São Pedro para avaliação. Toniolo, porém, também se preparou para esse segundo momento. Ele já conhecia os plantonistas do Hospital São Pedro, pois, segundo ele, já havia levado muitas pessoas para lá quando trabalhou na polícia civil. Assim, ele se antecipou à chegada dos policiais que iriam acompanhá-lo na avaliação e disse aos plantonistas do Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre que iria trazer dois homens, como de costume, porém que eles tinham “mania de serem policiais”. Disse que iria até a viatura buscar os documentos dos dois “loucos”, aproveitou para fugir, enquanto os dois policiais tentavam desfazer o engano com os plantonistas. E, quando o engano foi desfeito, era tarde demais, Toniolo já havia fugido. Essa história tomou tanta repercussão que foi noticiada nos jornais de maior circulação da época, como se mostra a seguir:



Figura 21 – Reportagem no Jornal Zero Hora, 1984.

Fonte: Zero Hora. Porto Alegre, 18 jan. 1984, p.37 – Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

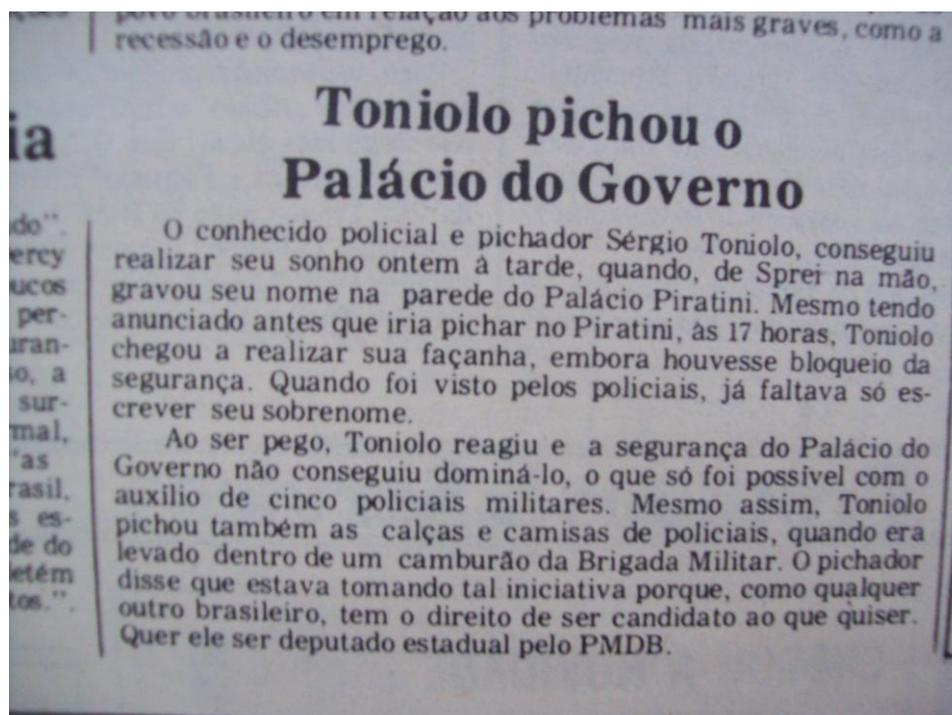


Figura 22 – Reportagem do Jornal do Comércio, 1984.

Fonte: Jornal do Comércio. Porto Alere, 18 de jan. de 1984, p.13 – Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

Página 19  
Foto: Barú Dantas



**l a**  
**o**

00. Em supermer-  
miliares — centro:  
x: 146; total: 147;  
ância: Cr\$  
a. Em bares e  
s — centro: 2; pe-  
total: 59; impor-  
3.262.600,00. Em  
e clínicas — cen-  
eria: 27; total: 29;  
: Cr\$ 2.609.356,00.  
e similares —  
eriferia: 8; total:  
rtância: Cr\$  
Em outros esta-  
s comerciais —  
eriferia: 303; to-  
portância: Cr\$  
Roubos cometi-  
a novembro de  
to Alegre: táxi:  
; periferia: 491;  
importância: Cr\$  
ficulares — cen-  
eria: 343; total:  
rtância: Cr\$  
Onibus — cen-  
2.252.068,00. Car-  
centro: 0; perife-  
: 4; importância  
00,00. Carros-de-  
centro: 2; perife-  
: 119; importân-  
731.582,00. Outros  
centro: 0; perife-  
: 5; importância:  
0,00. Média diária  
0,64; periferia:  
12,59; importân-  
olvida: Cr\$

**Toniolo tentou resistir aos PMs**

**Toniolo cumpre ameaça de pichar o Piratini**

Tendo anunciado com antecedência no programa Guaíba Revista, de Lasier Martins, que iria pichar a parede externa do Palácio Piratini, o escrivão de Polícia aposentado por debilidade mental, Sérgio José Toniolo, de 38 anos, furou o esquema de segurança e, exatamente na hora marcada, 17h de ontem, conseguiu escrever seu nome com tinta spray vermelha na parede do Palácio. Em seguida, em meio ao alvoroço, foi detido por policiais militares que fazem a guarda do Palácio Piratini. O escrivão, que se diz ligado ao PMDB e que será candidato a deputado estadual daquele partido nas eleições de 1986, declarou na Polícia que seu ato foi em protesto às inúmeras pichações do pleito de 1982 ainda existentes, e pela não designação de locais próprios para esse tipo de propaganda eleitoral. A sugestão de Toniolo, cujo nome está inscrito em diversos locais da Ca-

pital e do interior do Estado, é a de que as calçadas sejam liberadas para a pichação. O delegado Clóvis Edmundo Trein da Área Judiciária registrou a ocorrência número 0288/84 de encaminhamento de demente. Após ouvir Toniolo, determinou que ele fosse encaminhado para exame de avaliação no Hospital Psiquiátrico São Pedro, para onde remeteu um dossiê sobre o policial aposentado, realizado pela Polícia, para servir de subsídio aos médicos daquele hospital.

**FUGA**

No entanto, Toniolo conseguiu, mais uma vez, burlar a vigilância de seus captores. Ao chegar no Hospital São Pedro, Toniolo disse na recepção que estava conduzindo um demente e que ia até a viatura apanhar um papel que esquecera. Quando os policiais que o acompanhavam se deram conta, ele já estava muito longe...

**LIDADE**

Figura 23 – Reportagem do Jornal Correio do Povo, 1984.

Fonte: Correio do Povo. Porto Alegre, 18 de jan. de 1984.

p. 19 – Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

Tantas foram as investidas nos muros e paredes da cidade de Porto Alegre que, em 1986, um laudo da perícia médica do Estado o tornou incapacitado, sendo internado, desde então, em uma clínica psiquiátrica na cidade de Porto Alegre.

Uma vez por semana, ele sai para seus “passeios” na cidade de Porto Alegre, volta também ao mesmo apartamento no bairro Petrópolis, onde se encontram todos os arquivos de sua vida e dos acontecimentos, em pastas muito organizadas e que comprovam cada história que ele conta. E daquelas pastas cheias de papéis, reportagens que o retravavam e as infundáveis “cartas ao leitor” que exhibe com muito orgulho, Toniolo deixa mostrar muitas lembranças, histórias que vão surgindo e que ele vai contando com detalhes, como se as vivesse ainda. Fala de muitos parceiros de intervenção na rua, sendo que a maior parte deles já faleceu. Magali, César, Rosita, Manoel, Tubo Loco e tantos outros são personagens que vão surgindo numa conversa informal com José Sérgio Toniolo e deixam escapar muitos detalhes da história da cidade de Porto Alegre pouco encontrados em livros convencionais. Assim como lembra Ivana Maria Nicola Lopes sobre esse aspecto da história contada pelas intervenções visuais:

Sin embargo, la ciudad también es soporte de outro tipo de escritura como la de los graffiti que sobrevivieron al margen de la historia escrita, por los bordes del pensamiento de papel.” (LOPES, 1996, p. 127)

Toniolo foi uma personalidade muito conhecida na cidade de Porto Alegre, assim como Alex Vallauri que estava atuando na mesma época do primeiro, só que na cidade de São Paulo. Muitos outros são os homens e mulheres que fazem parte da história das intervenções visuais e, em Porto Alegre, não seria diferente. Por isso, fez-se necessário entrar em contato com esse universo de anônimos, e uma forma encontrada por mim foi fazer entrevistas.

### 3.3. UM UNIVERSO DE INTERVENTORES

Inicialmente, o mais difícil nem era entrar em contato com os interventores visuais, mas conseguir com que eles respondessem a entrevista. Muitos foram os contatos e debates em fóruns dos sites de relacionamento via internet, o que não quer dizer que não tenham validade, pois essas discussões e conversas informais foram essenciais para eu entrar em

contato com o universo das intervenções em Porto Alegre. A entrega das entrevistas, porém, foi difícil, e as poucas que consegui foram com muita insistência.

A questão principal, quando se faz uma investigação com um universo de pessoas que agem ilegalmente, é o tempo que existe entre o primeiro contato e o momento até chegar a uma conversa sistematizada, pois, inicialmente, o indivíduo quer ter a certeza de que o entrevistador não está ligado a nenhum órgão repressor, depois, a garantia de que sua fala não vai ser vinculada de forma indevida pelo autor, para, enfim, pensar na possibilidade de responder uma entrevista.

Nas entrevistas, não era pedido nenhum tipo de identificação ou nome, grande parte dos entrevistados não aceitou um encontro pessoalmente para a efetuação da entrevista e para mais conversas e, assim, fiquei em longas esperas via e-mail, esperando respostas ou um simples sinal de confiança para conversar. Certamente, com o tempo, as entrevistas iriam aumentar em número, já que esse trabalho de contato exige tempo, porém, em função da entrega do trabalho, resolvi trabalhar a partir das que já havia recebido. Logo, elas não necessariamente expressam o universo real de maior parte dos interventores visuais, mas só dessa parcela com que entrei em contato.

Da parcela que recebi as entrevistas formalmente, como tinha proposto, a maior parte deles pertence a algum grupo que usa as intervenções visuais como instrumento de manifestação de idéias e posições políticas, e eles tiveram interesse em participar desse debate. A outra parcela estacionou nas conversas e bate-papos informais, o que não invalida o processo, embora as entrevistas com as mesmas perguntas sejam mais funcionais para a comparação da diversidade de perfis.

Um primeiro aspecto a ressaltar, na análise das entrevistas, é que a maior parte deles possui medo de se identificar como um interventor que sai nas madrugadas para intervir em paredes e muros da cidade, porque possuem uma vida formal durante o dia e precisam manter discrição sobre isso, ou seja, a maior parte deles, durante o dia, são estudantes ou possuem empregos formais e tem medo de comprometer sua renda, ou aqueles que nem entraram ainda no campo de trabalho, têm medo de comprometer um futuro emprego. Outros alegam a relação com alguns amigos e familiares que poderia ser comprometida se soubessem de suas atividades na madrugada.

É importante ressaltar isso porque a maioria das pessoas não reflete sobre o fato de que os autores das intervenções visuais são em grande parte feitas por pessoas comuns, com

vidas e empregos tão comuns como os seus e, talvez, o estigma construído em torno dos “pichadores”, difundido pela mídia, impede a população de pensar que os autores da escrita das ruas não são simplesmente vândalos demarcando territórios de forma aleatória na cidade.

Os interventores são somente pessoas como quaisquer outras que, por algum motivo, que não saberia precisar exatamente qual é, pois acredito ser um conjunto de fatores que variam muito de pessoa para pessoa, não conseguem viver com a realidade de uma cidade impositiva. Uma cidade que pressiona todos a estarem de acordo com um código de ética de que a maior parte não participou de sua construção, que vai desde a forma de se vestir à forma de se comportar nas ruas e que, ainda insatisfeito com a obediência civil, vende pelos outdoors e propagandas espalhados pelas cidades novos modos de vida a serem consumidos todos os dias. Sem falar em toda a arquitetura que pressiona ao rendimento máximo de cada ser humano em gerar capital, em aumentar velocidades, diminuir o ócio ao máximo e tornar as relações humanas cada vez mais indiferentes. A sociedade hoje está como esses prédios que são revestidos por fora por vidros, onde se observa, de fora, todos trabalhando sem parar, ordenadamente e, quem olha de dentro, não se comunica nem com os da rua e, tampouco, com o colega da sala ao lado.

Mas, falando de forma mais específica sobre as entrevistas realizadas, existem alguns aspectos interessantes que colaboram para se entender mais o universo dos interventores na cidade de Porto Alegre. A entrevista era composta por seis perguntas que vou citando uma a uma e tratando dos pontos mais relevantes para esse estudo. A primeira, perguntava qual era o tag ou marca que a pessoa costumava usar e, como a maior parte dos que responderam a entrevista fazem parte do universo de grupos que usam as intervenções para manifestar idéias, poucos assumiram uma marca constante em suas intervenções. Diferente do perfil daqueles adolescentes que fazem parte da estatística de detidos, pois, esses sim, possuem uma marca ou tag, como eles costumam chamar, pelo qual assinam seus desenhos, frases, ou deixam sua marca pura e simplesmente pelas ruas.

A segunda pergunta questionava qual área era a preferida para intervir e por que. As respostas, em quase maioria, falam de lugares de grande fluxo e visibilidade, como no trecho de uma entrevista a seguir (para ver entrevista completa acessar ANEXO 01):

Pixamos áreas onde existe maior chance de a população ver a intervenção, especialmente na região do centro de Porto Alegre e paradas de ônibus das vias de acesso. Às vezes, fazemos intervenções em outros municípios da Grande Porto Alegre. A segurança na hora de pixar também conta, pois existem lugares muito difíceis devido à presença de câmeras, taxistas, seguranças privados ou policiais. (anônimo(a) 01, entrevista concedida em 08 de setembro de 2009).

Uma minoria dos entrevistados ligou a escolha do lugar para intervir com a relação estética do local, como a seguir (para ver a entrevista completa acessar ANEXO 02):

Nos últimos anos, minha ação nas ruas é observar. Pinto muito pouco se falando de intervenções. Meu alvo sempre foi o abandono, terrenos ou muros que percebo que tá sem vida. Pintar na rua é um ato libertário e só quem pinta sabe como é a reação do povo. É tudo muito imprevisível, pois me deparo com muitas situações do tipo: pessoas que querem pintar junto, ou pedem pra pôr o nome deles, ou simplesmente uma opinião sugerindo cores ou tema. (anônimo(a) 02, entrevista concedida em 16 de outubro de 2009)

A terceira pergunta era quanto à relação do entrevistado ou do grupo no qual participava de intervenções com outros indivíduos ou grupos interventores. Os entrevistados não citaram nenhum tipo de enfrentamento entre pichadores. É claro que existe em Porto Alegre, já conhecido, principalmente, para quem frequenta os sites de relacionamentos da Internet, o enfrentamento entre “bondes”, que são grupos que disputam áreas de influência na cidade, que também usam as intervenções visuais como instrumento de divulgação do grupo, ou até de provocação para outros “bondes”, porém o motivo do enfrentamento não é a atividade de intervir visualmente na cidade, e sim, faz parte de outra relação de poder.

A quarta pergunta era sobre a importância que o entrevistado acreditava ter a sua prática. A maior parte falou do papel político que as intervenções cumpririam, por enfrentar os meios de comunicação de massa e por promover debates e reflexões na sociedade, como diz um entrevistado a seguir (para ver a entrevista completa, acessar ANEXO 03):

Expressão popular. Já estamos “carecas de saber” que nenhum meio de comunicação revela nem apóia a luta dos trabalhadores. Que todos os meios de comunicação que mais conhecemos são tendenciosos e manipuladores. Que boicotam todas as lutas sociais e emburrecem e imbecilizam quem os lê ou assiste. (anônimo(a) 03, entrevista concedida no dia 05 de outubro de 2009)

Alguns, porém, ainda apontaram para a importância em desestabilizar a racionalização promovida na paisagem da cidade, como a seguir (para ver entrevista completa acessar ANEXO 04):

Além de ter uma importância pessoal, pois é muito prazeroso pra mim pintar. Acredito que é necessário intervir e mudar a paisagem da nossa cidade. Pra mim, é uma coisa muito mais profunda do que apenas divulgação, busco fazer as pessoas refletirem e pararem um pouco com suas rotinas apressadas e observarem algo bonito, que tenham um momento de paz e percebam as coisas ao seu redor. Hoje em dia as coisas passam muito batido para todos, a pobreza, a sujeira, as desigualdades, as próprias pessoas por quem passamos todos os dias, ninguém dá muita atenção ao que acontece em volta, estão todos preocupados com o individual e em irem cada vez mais depressa. E toda essa pressa não lhes deixa perceber a beleza de pequenas coisas, de pequenas situações, de uma simples pintura no canto de uma parede suja. E quero que elas parem, olhem, imaginem e reflitam. (anônimo(a) 04, entrevista concedida em 16 de outubro de 2009)

Já a quinta questão perguntava ao entrevistado a que motivos ele atribuía a criminalização das intervenções visuais. A maior parte alegou o teor político e contestatório das intervenções, por ameaçar a ordem estabelecida e, assim, contrapor a cidade impositiva, como um entrevistado alega a seguir (para ver a entrevista completa acessar o ANEXO 01):

A pixação é reprimida porque toda forma de manifestação que foge à compra e venda, que foge às concepções de mundo de um grupo muito pequeno e favorecido da sociedade sempre é vista como um grande perigo. Pixação pode ser propaganda de forma invertida, pode ser marketing de forma invertida, por isso é um risco à ordem. Mesmo nos casos em que o pixo não carrega conotações políticas, ele é uma forma de contestação, já que sempre será uma maneira de atacar a propriedade privada. Por isso o pixo é resistência. Quando pintamos uma parede, um muro, uma casa, estamos demarcando nosso direito sobre ela, indo contra a posse individual do espaço urbano. (anônimo(a) 01, entrevista concedida em 08 de setembro de 2009)

E, enfim, a última questão era um espaço livre para que o entrevistado deixasse o que quisesse expressar. E todos usaram esse espaço de forma a trazer mais subsídios para mudar o estigma que existe em torno de sua prática, mostrando um outro lado que, raras vezes, tem espaço nos meios de comunicação, como o exemplo a seguir (para ver a entrevista completa acessar o ANEXO 02):

A prática de pintar nas ruas é um fenômeno mundial. Temos que olhar em volta, procurar refletir e analisar os desejos de quem faz. Por hora é anônimo, marginal, mas, por outro lado, transforma e dá uma bela direção pra quem vive e sobrevive nas ruas. (anônimo(a) 02, entrevista concedida em 26 de outubro de 2009)

Assim, esses são aspectos do território das intervenções visuais, que surgem nas falas de anônimos, de Toniolo, como pelos escritos de tantos outros na cidade de Porto Alegre para contar uma outra história, diversa da oficial, uma história de descontentes, inconformados e que acreditam que a cidade pode e deve ser mais resultado de intervenção humana do que de máquinas e de capital. E, como nos disse Milton Santos sobre território, ele só se constrói

enquanto conceito enquanto usado, enquanto resultado da ação humana, essa foi uma amostra desses humanos que contam uma outra realidade que começa quando todos vão dormir. Como afirma Milton Santos:

O território não é uma categoria de análise, a categoria de análise é o território usado. Ou seja, para que o território se torne uma categoria de análise dentro das ciências sociais e com vistas à política, com “P” maiúsculo, deve-se tomá-lo como território usado. (SANTOS, 1999 p. 18)

Mas, por enquanto, nos meios de comunicação, a forma com que as intervenções visuais aparecem para a discussão é como “vandalismo”. Dentre as várias notícias que ocorreram nesses dois últimos anos, um exemplo é uma notícia no Jornal Zero Hora, de 18 de fevereiro de 2010, a qual ganhava o seguinte título: “VANDALISMO. LAÇADOR É PICHADO PELA SEGUNDA VEZ”. E a reportagem ainda vinha com o orgulho de o monumento já ter recebido a tinta anti-pichação.

A tinta anti-pichação é 25% mais cara do que a tinta comum e produz uma película que isola e protege a pintura original. Ela não impede o risco com tinta ou spray, mas basta água e sabão, ou algum tipo de solvente para removê-la. A prefeitura fez uma licitação para adquirir a tinta anti-pichação a fim de aplicar nas pontes do Arroio Dilúvio e nos viadutos da capital. Esse projeto tem dois anos de andamento e já noticiava, no dia dessa reportagem, o décimo segundo viaduto a receber o material pela equipe do DMLU (Departamento Municipal de Limpeza Urbana).

#### 3.4. OS ALAMBRADOS E CERCAS VÃO SEGURAR PORTO ALEGRE?

Analisando os jornais da década de 1980, percebi não serem muito comuns reportagens sobre intervenções visuais como essa do Jornal Zero Hora, exceto aquele caso da intervenção de Toniolo no Palácio do Piratini que foi noticiado, e o que se percebe é que essa prática invadiu os meios de comunicação com muita força. Isso não quer dizer que houve também um aumento de ocorrências de intervenções, mas o assunto se tornou pauta, e esse é um momento importante para ampliar o debate sobre a cidade que se quer viver de modo geral.

Nos últimos anos, também têm ocorrido várias intervenções de grande divulgação como foi a do Palácio do Piratini por Toniolo, na década de 1980, e talvez isso tenha estimulado os meios de comunicação a explorar o tema. No dia 26 de outubro de 2008, quarenta pessoas fizeram uma intervenção no prédio da Bienal no Parque Ibirapuera, em São Paulo, e isso promoveu uma enorme repercussão por parte da mídia. Nela se falou por vários dias em intervenções, território, cotidiano e arte das mais diferentes formas, porém, em comum, possuíam o repúdio a esse ato. Raros foram os pronunciamentos favoráveis sobre suas influências e efeitos nas ruas das cidades, mas o mais importante foi a introdução da discussão, chamando a atenção para as intervenções visuais nas mais diversas cidades.

Durante esses dois anos de desenvolvimento do trabalho, ocorreram duas exposições voltadas de forma específica para o tema das intervenções visuais. Uma chamada “TRANFER”, que ocorreu de junho a setembro de 2009, no Santander Cultural, e contava com uma mostra com mais de 300 obras de mais de 100 artistas ligados à cultura urbana do Brasil e do mundo. E uma outra chamada “USINA URBANA”, com uma programação de julho a agosto de 2009, e que, além da exposição de intervenções urbanas, contava com as tintas, diversos cursos, oficinas e vídeos. Tais eventos tinham entrada franca, porém versavam sobre uma intervenção urbana autorizada, elaborada com a intenção de se diferenciar de qualquer tipo de atividade ilegal, o que acaba por colaborar com a formação do estigma sem promover a democratização da arte urbana.

Poucos meios de comunicação apresentaram uma postura contrária a esses estigmas firmados pela mídia e reafirmados por essas exposições seletivas de alguns artistas que alcançaram um status dentro do universo da arte. Se a arte é de rua, acredito que ela deve ficar na rua e promover exposições a céu aberto e não em galerias de arte que, mesmo sendo gratuitas, selecionam o público, pois nem todos se sentem à vontade em um espaço que causa estranhamento como a galeria de arte. Certamente, uma minoria da população brasileira visita galerias de arte e, assim, o espaço por si só se construiu como um lugar inalcançável para muitos, logo levar essa arte da rua para a galeria e achar que está democratizando o espaço, na minha opinião, é um equívoco. Não concordo que as pessoas devam continuar sem estímulos para ir à galeria de arte, mas acredito que a inclusão terá de ser feita de outra maneira.

Um exemplo de mídia que trouxe a discussão das intervenções visuais por um outro ângulo foi a *Le Monde Diplomatique*, que, na edição de dezembro de 2009, trouxe uma reportagem falando das intervenções visuais. Mesmo trazendo no título a palavra pichação,

dizendo “Pichação, a marca da desigualdade”, a reportagem apontou para outro caminho de ver essa prática. Fala do caráter de manifestação da periferia e trata do uso das tintas como um instrumento dos jovens e pobres. O tema continua sendo tratado por dois vieses, um chamado grafite, e outro chamado pichação, porém a reportagem que, na verdade, é em formato de entrevista, onde os irmãos e fotógrafos João Wainer e Roberto T. Oliveira respondem questionamentos sobre essa prática, traz pontos de vista diferentes do que se tem na maioria dos meios de comunicação, como se pode perceber no trecho a seguir, de João Wainer: “É a adrenalina deles. Enquanto o playboy vai pegar onda em Maresias, os moleques sobem em um prédio no centro de São Paulo. É a mesma adrenalina de pegar uma onda grande. Todo mundo precisa disso. Não sei nem se é um direito, mas é uma necessidade.” (WAINER, in *Le Monde Diplomatique*, p. 37, 2009) E assim a discussão não acaba, só conquista mais espaços na história que vai se revelando, como se pode ver no caso brasileiro e no da cidade de Porto Alegre, mais especificadamente, e nos mais diversos meios de comunicação.

Munida de algumas informações sobre o universo das intervenções visuais, acredito que já se pode responder a um questionamento, feito ainda no início do trabalho, sobre se o território das intervenções visuais possui uma lógica própria ou se é somente um aspecto da diversidade de relações de poder. Não deixa de ser um aspecto da diversidade das relações de poder, pois é graças ao entendimento da existência dessa diversidade que se pode perceber esse território. Contudo, a partir do contexto histórico e pessoal do território das intervenções visuais que foi comentado anteriormente, pode-se chegar à conclusão que sim, ele é um território individualizado, com uma lógica própria e não responde somente ao contexto globalizante. Contrapõem a ordem estabelecida a partir de um código de ética próprio, construído de forma previamente pensada, durante sua história e não de forma aleatória. Uma prática que ultrapassa os alambrados e cercas dessa cidade e de muitas outras.

### 3.5. UMA CARTOGRAFIA DAS INTERVENÇÕES VISUAIS:

A cidade está repleta de signos que, aparentemente, parecem indecifráveis, porém traduzem a forma como a humanidade se relaciona com o seu habitat. Esses signos expressam uma dialética entre presente e formas passadas de vivências e se materializam na dimensão do visível. O geógrafo deve decodificar esses signos como quem decifra um mapa, a fim de

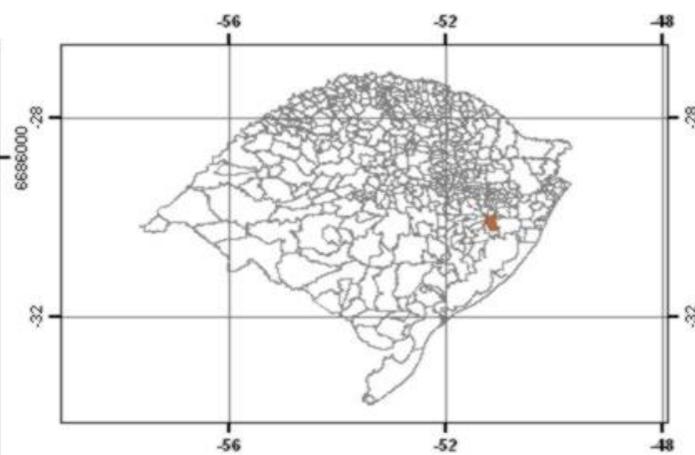
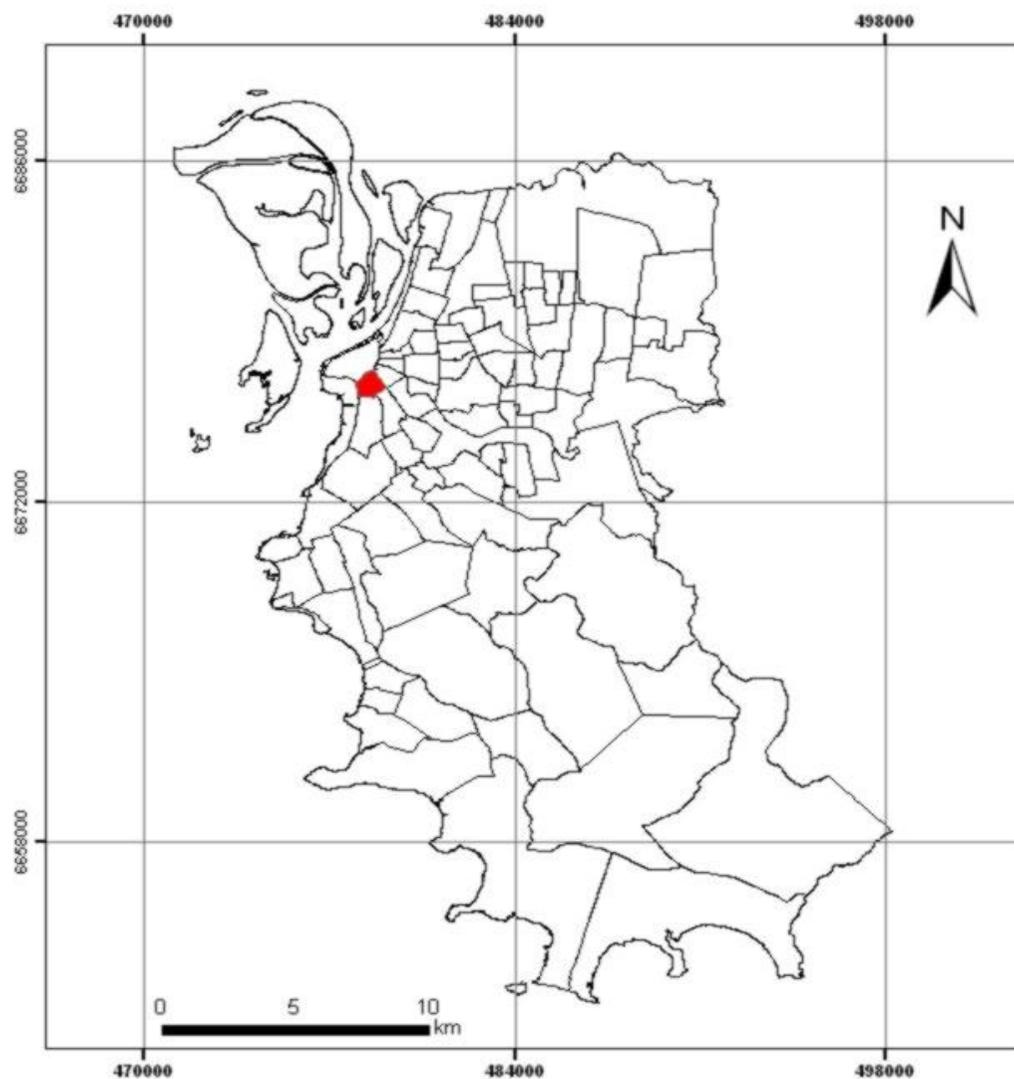
instrumentalizar a sociedade de estratégias que explorem as possibilidades de intervenção no curso de sua própria história.

As intervenções visuais, no entanto, não são uma prática de fácil delimitação, com fronteiras visíveis e intransponíveis, mas uma prática disseminada e diluída na malha urbana, sendo que o que se pode representar são algumas concentrações dessa prática. Logo, o que o mapa vai mostrar, a seguir, não é a delimitação exata da prática das intervenções em Porto Alegre, e sim, os pontos de maior concentração no bairro Cidade Baixa onde ocorreu um acompanhamento durante o desenvolvimento desse trabalho.

O termo cartografia deriva do grego *chartis*, que significa mapa e de *graphein*, que significa escrita. Levando em conta que a escrita, no caso da cartografia, expresse linguagem, a pergunta é como encontrar uma linguagem que, ao mesmo tempo em que se expresse em formato de mapa, não acabe por representar de uma forma estática uma prática que é dinâmica, múltipla e de uma diversidade de intencionalidades. A saída encontrada, neste trabalho, foi considerar a cartografia como um instrumento e não um fim dentre os objetivos finais.

A cartografia, porém, não é um instrumento qualquer, sua importância é vital nesse diálogo entre os níveis de percepção dos territórios e de suas relações de poder nas paisagens urbanas. Para quem possui as intervenções visuais como um de seus focos na observação dos caminhos que faz pelo bairro Cidade Baixa, o mapa a seguir não irá representar nenhuma novidade. Mas, para aqueles que permitiam que essa prática passasse despercebida, é possível que, mesmo já tendo vivenciado essa área da cidade de Porto Alegre, se surpreendam com as áreas de maior concentração dessa prática.

Assim, a expressão cartográfica que se segue, além de expressar uma escrita da cidade, vale-se da escrita geográfica, que é o mapa, para demonstrar, de forma geral, como ela se concentra na área em que foi estudada. O primeiro mapa expressa a dimensão do território acompanhado, se comparado com o território da cidade de Porto Alegre, e o segundo mapa expressa, de forma mais detalhada, como a prática das intervenções visuais se concentra no território do bairro Cidade Baixa.



Localização do município de Porto Alegre no RS.

**Legenda**

- Bairro Cidade baixa
- Bairros de Porto Alegre

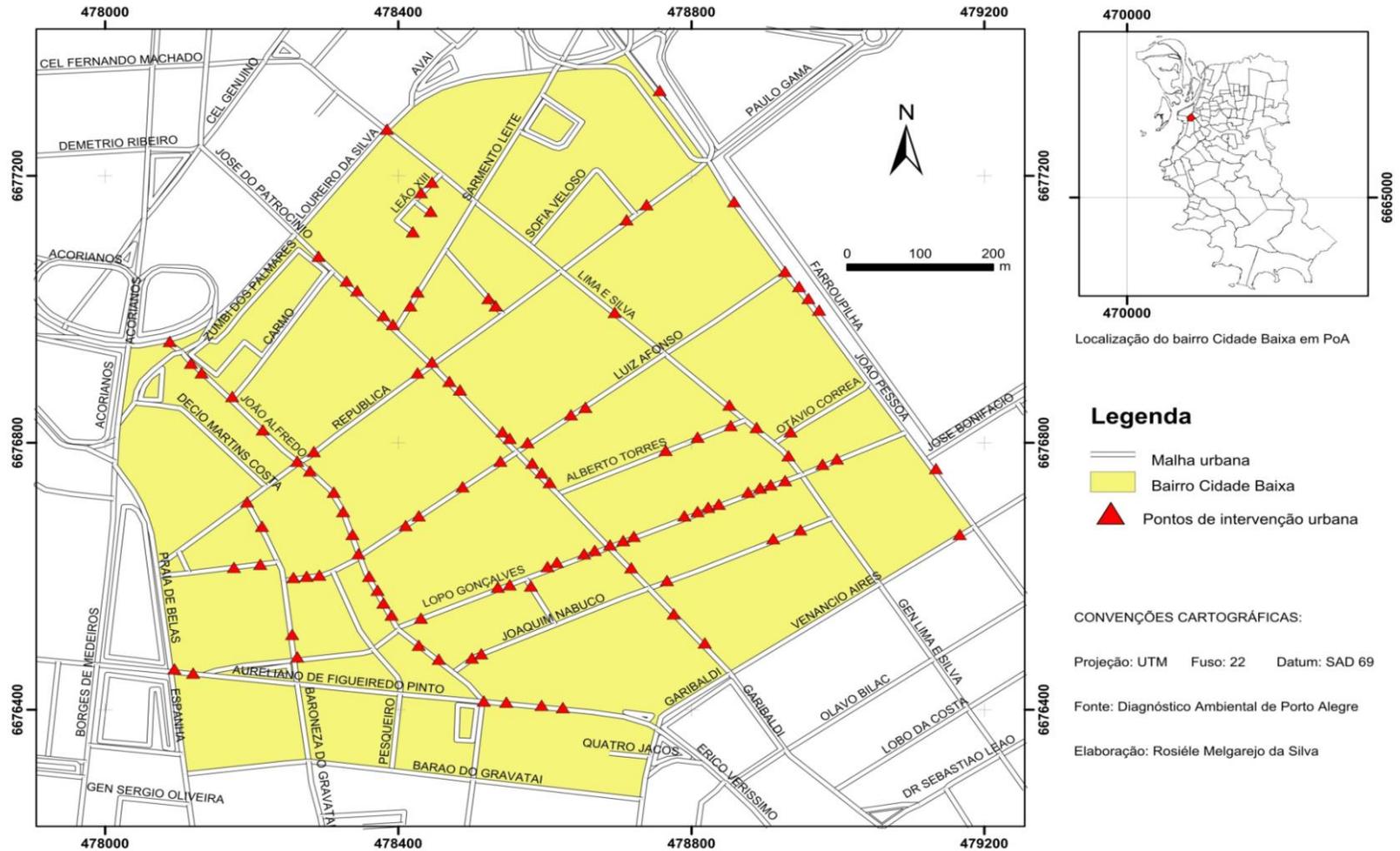
CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS:

Projeção: UTM Fuso:22 Datum: SAD 69

Fonte: Diagnóstico Ambiental de Porto Alegre

Elaboração: Rosiéle Melgarejo da Silva

Mapa de localização do bairro Cidade Baixa no município de Porto Alegre



Mapa de localização das intervenções visuais no bairro Cidade Baixa, PoA.

Ao mesmo tempo em que o bairro Cidade Baixa é o local onde se encontra a sede do Disk Pichação, também é o bairro onde existe uma das maiores concentrações de intervenções visuais na cidade, assim como um dos maiores índices de denúncias dessa prática.

A primeira relação que se faz quando se fala de uma prática ilegal como essa, é a de que ela ocorra em áreas de menor vigilância, no entanto, isso não é o que acontece nessa área estudada. É claro que as intervenções visuais agem durante a noite e em momentos de pouca vigilância, porém os locais escolhidos para a ação são aqueles em que o enfrentamento entre a repressão dessa prática e os interventores tem maior chance de ocorrer. Isso acontece porque esses mesmos lugares são os que possuem maior trânsito de pessoas, ou seja, maior visualização e porque a adrenalina sentida pelos interventores no momento da ação é maior, já que a qualquer momento a guarda municipal pode ser acionada por algum morador.

No mapa em que se visualizam as áreas de maior concentração das intervenções visuais, pode-se perceber que as ruas preferidas pelos interventores são a rua João Alfredo e a rua Lopo Gonçalves, sendo que a primeira é a rua onde se encontra a sede do Disk Pichação. Esse dado das áreas de maior concentração da ação dos interventores nesse bairro foi essencial para uma conclusão importante no estudo territorial, que é a de que o enfrentamento e a fuga convivem na construção de territórios ilegais ou contestatórios.

Inicialmente, eu pensava encontrar as áreas de maior concentração nas ruas mais afastadas da sede do Disk Pichação, porém a cada nova saída a campo, fotografando e localizando as intervenções encontradas, fui percebendo a relação de enfrentamento que se delineia, assim como de fuga, pois a rua Lopo Gonçalves é uma das ruas que possui menos vigilância no bairro, ao mesmo tempo em que possui um grande trânsito de pessoas, principalmente, à noite.

Assim, o medo e a coragem que parecem consumir um ao outro numa relação de força em que prevalece o mais forte, nesse caso do território das intervenções, convivem impulsionados pelo desejo de consumir a cidade. Esse desejo não é de consumir a cidade por si só, mas de consumir uma versão dela, que é o seu lado ordeiro, limpo e, aparentemente, submisso, dando-lhe voz, tornando-o ativo. Essa voz é como um espelho que reflete de volta para cidade o seu lado instável e imprevisível. A cidade e o seu reflexo entram em confronto num diálogo cheio de sinais e códigos que podem ser percebidos por quem observa mais atentamente a paisagem.

## 4. AS SOMBRAS: PAISAGENS



Figura 24 – Travessa entre Sarmiento Leite e rua República

Fonte: Rosiéle Silva, dez/2009.

#### 4.1. O QUE SÃO OS VULTOS NAS PAISAGENS?

Este trabalho, por tratar de um tema que tem como um ponto forte interferir no campo visual da cidade, poderia ter começado explorando o assunto através do conceito de paisagem, porém, como já foi comentado, o caminho adotado foi outro. Isso porque a sociedade, em sua maioria, já possui uma opinião sobre as intervenções visuais, a mesma explorada pela maior parte dos meios de comunicação e repleta de preconceitos. Não digo preconceitos no sentido de que as pessoas deveriam concordar com a ação das intervenções, mas porque possuem uma opinião fruto da influência externa e ideológica, sem conhecer a prática pessoalmente, ou seja, um conceito formulado previamente a um conhecimento mais concreto dessas ações.

A exploração do tema através do seu caráter territorial promove um contato mais aprofundado com essa prática concreta, assim como, o conhecimento de aspectos que não estão nas paredes e muros da cidade, algumas razões que levam os interventores a tal prática, de onde vem e qual realidade encontram na madrugada até concluir a intervenção. O risco puramente na parede não revela a complexidade, o que colabora para a construção de estigmas com relação a essa prática.

Ao mesmo tempo em que a cidade esconde, ela revela numa relação dialética sem fim. No caminhar por uma grande cidade é forte a presença de prédios altos, centros comerciais, áreas onde a preservação da arquitetura de tempos passados é maior e outras extremamente modernas no nosso observar. São fortes, também, os lugares de grande significação, como o bar da esquina em que se encontram os amigos para o bate papo. E existem aquelas paisagens que naturalizamos, porém não perderam ainda totalmente significado, por exemplo, os moradores de rua e os andarilhos de modo geral, que vagam pela cidade buscando sobreviver a cada dia e que, como um espelho, mostram a realidade do desenvolvimento desigual das cidades.

Assim, ao mesmo tempo em que a cidade revela, numa arquitetura que não para de se transformar, um universo de novidades, de aparentes mudanças, ela esconde a verdadeira face desse desenvolvimento desigual que é todo o tipo de vida que fica renegada, num segundo plano dessa forma de produção do espaço.

Estudar as relações de poder e os múltiplos territórios que se escondem por trás da dinâmica diária da cidade é revelar esses aspectos que se parecem com as sombras no fundo

da caverna, que se conhece, mas pouco se tem conhecimentos sobre o que elas significam realmente. E essa reflexão, feita a partir desses territórios, transforma o olhar, muda a postura ao voltar para as ruas e liberta um outro universo aos olhos que, anteriormente, ficava oculto no “caos”, ou na aparente “ordem”.

Isso explica porque tratar do tema através do conceito de território, para primeiro munir esse olhar de mais informações, de entrar em contato com uma realidade que, apesar de parecer estática na escrita, é cheia de movimento.

Enquanto aquele centro cresce verticalmente, assim como bairros de classe alta ou políticas de planejamento que removem bairros inteiros para a valorização e consequente reprodução do sistema capitalista, acontece um outro movimento. E esse outro movimento não só é representado pelos movimentos sociais, que organizados requerem o direito à cidade, mas por todos aqueles que, mesmo individualmente, sobrevivendo como os moradores de rua, ou se manifestando como os interventores visuais, revelam uma outra cidade, contrária, o que revela o caráter contraditório do uso do solo.

Esse processo está posto a olho nu na paisagem, mas o processo de desvelar não é simples, porque inclui um processo de retirada das pessoas de um estágio de cegueira que as impede de perceber possibilidades. Esse processo de cegueira foi o mesmo que naturalizou a cidade impositiva como única alternativa de vida em sociedade.

Assim, não é mais somente um olhar mais apurado que as pessoas precisam para refletir sobre as contradições do sistema capitalista. É preciso sair do estágio de cegueira que compromete todo o observar, que não deixa, em todos os percursos feitos pelos indivíduos, pensar se realmente as relações da cidade, obrigatoriamente, deveriam estar na situação em que se encontram, se não existiram alternativas que foram negadas e mesmo se existe ainda alguma outra possibilidade que não o curso normal dessas contradições.

Portanto, esse novo olhar que está se propondo para as ruas vai se concentrar em dois aspectos, na sua dimensão concreta, para refletir sobre a forma desse olhar, e outro com relação à dimensão temporal, para refletir sobre o que oprime no cotidiano na dimensão da vida, ou seja, espaço-tempo. Esses são dois elementos fundamentais para tratar de paisagem, para Ana Fani Alessandri Carlos, como ela comenta a seguir:

Da observação da paisagem urbana, depreendem-se dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao “espaço construído”, imobilizado nas construções; o segundo diz respeito ao movimento da vida (CARLOS, 2007, p. 40)

Nessa primeira dimensão do olhar, existem algumas reflexões a se fazer antes de partir para os aspectos do cotidiano. Quanto ao olhar, esse é o momento do texto em que mais se pode fazer a relação com o “mito da caverna de Platão” que se tratou no início do trabalho e num diálogo entre os títulos dos capítulos. As relações sociais estão cada vez mais se aproximando das relações existentes no “mito da caverna de Platão”, onde pessoas presas observam sombras e acreditam que as poucas sombras que veem são expressão da realidade, quando não passam de uma perda de foco do que realmente existe para além da caverna, que são as relações de poder veladas por diversos processos alienantes, como os estigmas presentes contra as intervenções visuais.

Essas sombras podem ser comparadas com as imagens que dialogam cotidianamente e formam a paisagem. Foi falado, anteriormente, em olhar e estar cego, mas essa dicotomia não resolve a questão, pois ela não é simples. Ela não é uma questão física e nem tampouco construída por acaso, pois existem várias formas de ver, e o importante é sempre se levar em conta quem vê, o que vê e como vê. Isso inclui o quanto se vê nas entrelinhas, assim como o poder de abstração das imagens.

Dessa forma, detalhando um pouco mais o que significa esse olhar de que estou tratando, seria possível dizer que o deficiente visual não vê? Não! A paisagem, a partir dessa idéia de que o olhar é relativo, mostra que todos veem, mas de diferentes formas, e isso deve ser levado em conta. O deficiente visual dialoga com a cidade, possui cartografias mentais a partir de seus percursos, assim ele possui uma leitura e, conseqüentemente, um conceito de paisagem tão válido quanto o de quem não possui essa deficiência. Isso tudo, porque, acima de tudo, olhar é interpretar.

E, partindo do pressuposto de que olhar é interpretar, falou-se em cegueira, pois se eu olho e não interpreto, não reflito, nem investigo sobre as imagens que me acompanham, eu me encontro num estágio de cegueira. Uma cegueira que não impede de usar os sensores físicos, mas impede de dialogar com a paisagem.

Ainda assim, a paisagem não vai deixar de existir, mas ela está livre para ser usada como um instrumento de poder por algum grupo, pois as pessoas se divorciaram da possibilidade de construir uma paisagem legítima. A prova disso é a quantidade de signos,

como de bustos e estátuas que não possuem significado nenhum para o caminhante e, várias vezes, nesse mesmo dia, frente a uma estátua, pouco se preocupa com que significado ela tem, pois ela está cega a partir de um processo de naturalização da imposição de imagens. Massimo Canevacci, em “A cidade polifônica”, fala dessa relação, como a seguir:

Não existe mais relacionamento algum entre significante e significado. Por isso, as alegorias que sobreviveram até os dias de hoje estão reduzidas a inertes significantes. Ninguém mais está interessado em saber porque estão lá e o que significam. (CANEVACCI, 1993, p. 158)

A partir dessas múltiplas paisagens é que se constrói a do deficiente visual, ou de pessoas que possuem outras deficiências físicas como a do cadeirante, por exemplo, e se percebe que tratar de paisagem não é simples. Não é possível falar de uma única paisagem, porque ela é múltipla e, dependendo de quem vê e de como vê, ou seja, o quanto revela o que está oculto nela, constrói a sua relação com a paisagem. Isso não seria uma dificuldade no processo de dialogar sobre paisagem, se a sociedade não estivesse avançando num sentido contrário que é, ao invés de descobrir cada vez mais paisagens, estar sendo castrada desse múltiplo olhar num caminho de cegueira. E esse caminho a deixa vulnerável para todo o tipo de manipulação e imposição.

Cobrar que a população olhe mais, observe mais não faz mais sentido, pois é necessário fazer com que esse processo de castração da interpretação da realidade posta em imagens seja revertido. Acredito que uma saída possível seria munir as pessoas, cada vez mais, de informações e não daquele emaranhado de informações que a comunicação envia, diariamente, às pessoas, sem nenhum critério. Essas informações sobre sua realidade imposta fariam entender de onde vem e como vem essa cidade a ser consumida. Informações que a fazem mais confiante a ponto de intervir nas relações sociais, manifestar-se e saber exigir o que entende por legítimo.

Essa relação sobre um estágio de cegueira é tratada por diferentes autores. Henri Lefebvre, em “A revolução urbana”, fala sobre essa cegueira da seguinte forma:

Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo – o urbano –, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, *redutor* da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos; impedimo-la de nascer e de se desenvolver. (LEFEBVRE, 1999, p. 38)

E mesmo autores que possuem uma relação teórica diferenciada ao tratar da cidade, aproximam-se ao falar desse afastamento da sociedade urbana com os signos na paisagem. Michel Foucault é um exemplo disso, porém, ao invés de cegueira, ele chama de “logofobia” para designar um estado mórbido caracterizado pela aversão a leituras e discursos. Assim, Michel Foucault descreve esse estado de “logofobia”:

Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras, mas segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, o surgir de todos esses enunciados, de tudo o que passa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso. (FOUCAULT, 1996, p. 50)

Porém, para que esse estágio de logofobia, ou de cegueira, que impede a construção de espaços de diálogos na cidade seja eliminado, é preciso optar não por verdades, mas pelas dúvidas, pela observação, sem a intenção de qualificar em ação “boa ou má”, pois isso é que colabora para que projetos como os de criminalização das intervenções visuais transcorram com maior naturalidade.

O ideal de cidade que se vende e se consome, cotidianamente, através da paisagem, é construído historicamente através de vários instrumentos. Um exemplo desse ideal de cidade, que não condiz com a realidade, é a imagem da cidade que é vendida em cartões postais, onde são retirados todos os elementos que demonstram as contradições da cidade capitalista em troca de imagens que distorcem a realidade.

Nas figuras a seguir, a fotografia de número 25 é um cartão postal do Largo dos Açorianos da cidade de Porto Alegre, e a de número 26 uma fotografia tirada pela autora do Largo dos Açorianos. O que se pode observar são as intervenções visuais nesse local, o que é comum, ou seja, a cidade real, que é marcada por intervenções visuais. No entanto, a cidade ideal, a do cartão postal, tenta passar não só para o turista, como para o morador que a observa nas bancas de jornal, uma cidade estranha a quem vive nela, livre das intervenções visuais, além de outros símbolos que podem ser discutidos na comparação de cartões postais e fotografias dos locais, que não vou me deter aqui, mas que indicam uma cidade ideal limpa,

ordeira, que colabora para construir um imaginário de uma cidade ideal e que por esses padrões estaria descontextualizada dos conflitos que a cercam.



Figura 25 – Cartão Postal da Ponte de Pedra do Largo dos Açorianos.

Fonte: Renato de Mattos.



Figura 26 – Ponte de Pedra do Largo dos Açorianos.

Fonte: Rosiéle Silva, maio/2009.

Certamente, a intenção dos cartões postais é atrair turistas e, por isso, vai sempre velar aspectos de conflito da cidade a fim de torná-la mais atrativa para visitação. Assim, vende para ser consumida pelos turistas uma imagem de cidade que, afinal, não existe, pois a realidade está muito longe dos cartões postais. Esse jogo de imagens feito nos cartões postais, que “higieniza” as fotos com a ajuda de programas de computador, inclusive, não   direcionado somente ao consumo dos turistas, já que faz parte de um conjunto de a es que trabalha com a venda de uma imagem de cidade e de um modo de vida que está espalhado em outdoors através da propaganda. O que se vende não são simples produtos, mas um conjunto de questões, de comportamentos e de idéias que, subjetivamente, vão sendo absorvidos pela sociedade e influenciando sua postura nas rela es sociais.

Mas esse jogo de imagens feito pela propaganda não acontece de uma forma totalmente aceita, pois sempre existe o contraponto. Nesse caso das paisagens urbanas, o que está mais presente, como contraponto, são as interven es visuais. Elas são acusadas de poluir visualmente a paisagem urbana, porém não possui livre o espaço que a propaganda comercial ocupa, ou a propaganda político partidária em épocas de elei es. Enquanto a propaganda polui e se torna um instrumento ideológico, as interven es vêm como um parêntese, um ponto de interroga o, um questionamento para quem passa e, talvez, não aceita a cidade impositiva de uma maneira tranquila. Um exemplo desse contraponto na paisagem urbana   visto na foto a seguir, uma imagem comum para a cidade de Porto Alegre, mas que demonstra o grande conflito existente na paisagem urbana.



Figura 27 – Rua João Alfredo, entre a rua República e rua Luis Afonso  
Fonte: Rosiéle Silva, nov./2010.

#### 4.2. AS DIVERSAS PAISAGENS QUE SE DESCOBRE DOS VULTOS:

No curso da história, muitos foram os geógrafos que discutiram paisagem, porém um autor que marcou por buscar um método que caracterizasse a geografia frente a outras ciências e por ter uma preocupação nos métodos de leitura e decodificação da paisagem foi Pierre Monbeig. A institucionalização da geografia enquanto disciplina universitária se deu por volta de 1970, mas o contexto de chegada de Pierre Monbeig vai se dar com o surgimento da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, quando alguns professores franceses virão para o Brasil a convite e irão influenciar a construção da geografia como disciplina. Esse foi o contexto da chegada de Pierre Monbeig que se torna um símbolo de tantos outros que iriam chegar ao Brasil. Monbeig chegou por volta de 1930 e colocou em pauta no campo metodológico a busca pelo particular e único, e essa era uma grande preocupação dos autores na época, um método que caracterizasse a geografia.

E tendo um método bem definido, seria atribuição da geografia produzir uma monografia urbana, onde o geógrafo deveria contribuir em gerar um material que colaborasse em dar uma idéia o mais próximo da realidade possível dos processos urbanos do momento histórico. Esse guia geográfico é um dos grandes legados, pois além de dar um grande avanço na bibliografia urbana brasileira, gerando materiais que serviriam para consultas em outros momentos históricos, provoca grandes discussões que se seguem sobre método e teoria em geografia, assim como de estudos das paisagens em áreas urbanas. Porém, sem diferenciar entre paisagens urbanas ou não, e de forma complexa, a seguir esse autor expressa em uma conferência, pronunciada em 1939, um pouco da complexidade de como percebia a paisagem:

Ver como a paisagem é o reflexo da civilização, tal é uma das principais tarefas do geógrafo; é um trabalho de análise que ele precisa fazer para distinguir o que provém do solo, do clima e também da técnica agrícola, da organização social. A análise da paisagem apresenta-se como um jogo de quebra-cabeça; mas, enquanto o jogo se torna logo fastidioso, é apaixonante o estudo da paisagem: apaixonante porque nos põe em contacto com a humilde tarefa quotidiana e milenar das sociedades humanas; ela mostra o homem lutando sem cessar para aperfeiçoar-se. E no momento preciso em que nos sentiríamos ao desespero, dá coragem e confiança nos destinos da humanidade. (MONBEIG, 2005, p. 127)

E já que Pierre Mongeib primou pela produção geográfica a fim de refletir sobre essa ciência, vou explorar a seguir alguns trabalhos que versam sobre métodos e formas de analisar a multiplicidade com que se apresenta a paisagem.

A leitura da paisagem não é um exercício impossível de ser feito por um “estrangeiro”, e isso ocorre porque compartilhamos uma história com o espaço, e ele não só comporta formas passadas junto com as do presente no sentido explícito, na forma de estátuas e arquiteturas, como o nosso olhar também mantém essas formas passadas através da recordação, pois se damos sentido ao que observamos é porque encarnamos na paisagem presente as vivências passadas. Como assim comenta David Lowenthal:

Temos sempre necessidade do passado para compreender as paisagens atuais. Percebemos seletivamente que temos o hábito de ver; damos um sentido ao aspecto e às formas das paisagens porque compartilhamos a sua história. (LOWENTHAL, 2008, p. 159, tradução da autora)<sup>7</sup>

Identificamos, dessa forma, as paisagens vistas porque já existe uma intimidade entre o próprio passado, ou mesmo com o que é visto nos livros, revistas e em imagens difundidas nos meios de comunicação. Esse sentido que é dado entre a paisagem e quem observa é uma identificação que se constrói culturalmente, pois faz parte da representação que imprimimos no espaço. E se a paisagem é imbuída de cultura e simbolismos, outro autor que colabora para esse estudo sobre os métodos de leitura dos sinais impressos nas paisagens será Denis Cosgrove, pois ele dirá que é expressão das relações de poder.

Denis Cosgrove discute como a geografia, na Inglaterra, até a década de 1970, primou por uma forma racional de ler a paisagem, o que excluiu desses estudos as perspectivas culturais e simbólicas. O autor compreende paisagem como uma “maneira de ver” e de perceber a unidade visual, porém entende que a subjetividade que está implicada nela nos faz pensar como a “geografia está em toda a parte”, por agregar o maior número de perspectivas, sejam explícitas ou implícitas, diferenciando do conceito de lugar que referencia ao ponto em que o sujeito se encontra na natureza, ou ao meio ambiente e espaço que discute através da perspectiva da razão e da consciência os diversos usos da técnica. Para esse autor: “Paisagem, de fato é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo e uma “cena”, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p. 98)

---

<sup>7</sup> Nous avons toujours besoin du passé pour comprendre les paysages actuels. Nous percevons sélectivement ce que nous avons l'habitude de voir; nous donnons un sens à l'aspect et à la forme des paysages parce que nous partageons leur histoire. (LOWENTHAL, 2008, p. 159, texto original)

Toda paisagem possui uma linguagem, segundo a visão de Denis Cosgrove, que pode ser decodificada pelo observador para que se compreenda a própria relação de poder de que são construídos culturalmente, esses símbolos podem tanto ser materiais como imateriais, assim como de paredes pichadas a comportamentos e condutas. O método de análise depende, primordialmente, de “uma vontade de olhar” e que, mesmo explorando instrumentos como a saída de campo e a produção de mapas, deve estar aberto a outros recursos como poemas, romances, contos populares, música, filmes e canções, por exemplo. E, assim, ele comenta sobre esse método de análise:

É importante compreender que o que é propósito aqui não se pressupõe conhecimento profundo ou especializado, apenas vontade de olhar, de fazer a pergunta inesperada e estar aberto a desafios a suposições tomadas como certas. (COSGROVE, 1998, p. 109)

Para decodificar as paisagens simbólicas, o autor usa alguns exemplos para a sua proposta de abordagem de um estudo geográfico da “paisagem humana”, partindo da perspectiva de cultura como construção das relações de poder. Um exemplo seria o que chamou de “paisagens da cultura dominante”, e essas seriam construídas por um grupo ou classe que, por deter o excedente, constrói paisagens, seja na cidade ou no campo, onde inscrevem seus valores para que sejam aceitos enquanto imagem e idéias de forma natural. É um uso da paisagem como instrumento e expressão de dominação ideológica.

Um segundo exemplo que viria para contrapor esse seriam as “paisagens alternativas”, chamadas assim por ir de encontro a uma dominante, porém, dependendo da escala de análise, podem também exercer domínio sobre outras e, por isso, o autor subdivide em: residuais, emergentes e excluídas. Residuais são paisagens que têm pouco de seu significado original, pois são símbolos do passado que possuíam um significado de culturas dominantes, mas que, na contemporaneidade, podem revelar culturas alternativas o que foi objeto de análise de David Lowenthal comentado anteriormente. Já as culturas emergentes revelariam um outro tipo de paisagem com um impacto relativamente pequeno, mas de grande significado a mostrar uma cultura alternativa à dominante, pois constroem paisagens de aspecto futurista e utópico. E, por fim, as culturas excluídas são aquelas que não são mencionadas pelos estudos geográficos e pouco se expressam na coletividade por estarem restritas em pequenos espaços, por opção ou mesmo reprimidas pelas culturas dominantes, que seriam de maior interesse

desse trabalho por revelar uma paisagem que se parece muito com as paisagens das intervenções visuais.

Não é comum encontrar estudos que reflitam sobre as paisagens na construção de territórios, porque os trabalhos se limitam a discutir somente o conceito de maior interesse, suprimindo o caráter de multiplicidade da realidade e dos próprios conceitos. Mas, para desfazer esse problema que persiste nos estudos geográficos, Maria Geralda de Almeida construiu um trabalho intitulado: “Paisagens urbanas e a construção de territorialidades em Fortaleza” (2000). Ela dialoga sem problemas e sem privilegiar nenhuma das categorias geográficas. Esse trabalho é trazido a título de exemplificação e não diz respeito ao primeiro ou maior trabalho desse caráter, mas colabora junto com todo o contexto de trabalhos trazidos até o momento para discutir o diálogo entre categorias geográficas. E ultrapassando aquela concepção de que paisagem tenha somente um caráter de primeira natureza, ela comenta a seguir:

Ruas, avenidas, praças, jardins, calçadas, construções verticais e horizontais são elaboradas pela sociedade, denotadas das diferentes apropriações do espaço pelo homem e produzem as paisagens urbanas. São também paisagens urbanas o movimento, os adensamentos humanos, os transportes, o barulho, o tráfego, a vida agitada construindo uma atmosfera que assinala, fundamentalmente, um modo de vida urbano. (ALMEIDA, 2000, p. 10)

Outra questão que a autora aborda é a relação do discurso com a paisagem, que influencia na forma como se vê a paisagem antes mesmo de conhecer, que é o caso da visão que os turistas possuem da paisagem de Fortaleza sem conhecer pessoalmente o local. De certa forma, é o que ocorre com as intervenções visuais por parte de pessoas que nunca possuíram um contado com alguém que as executa, ou mesmo de não saber explicar os motivos pelo qual recrimina a prática. Ambas as situações apontam para uma questão: que é até que ponto os meios de comunicação influenciam na nossa forma de perceber a paisagem, ou seja, até que ponto a perspectiva da qual analisamos as paisagens a nosso redor é influenciada por agentes externos e até onde é expressão de nossas intencionalidades. Uma reflexão que já foi feita, mas ainda é pertinente, no caso dessa autora, é a dos cartões postais, do quanto expressam a paisagem real. O cartão postal é um dos símbolos dessa paisagem de cidade que se deseja vender, porém, por não ser real, impõe-se como um ideal de cidade.

Essas formas de perceber as paisagens que os autores tratados trouxeram e construíram durante a história, não só na área geográfica, apontam para a dimensão (i)material e para a

multiplicidade que esse tema aborda. Alguns estudos como, por exemplo, a Ecologia de Paisagem, que se desenvolve como uma área da ecologia, busca um método de estudar as diferentes inter-relações entre o sistema natural e humano que transformam continuamente a paisagem. Essa é uma proposta bastante pretensiosa e, talvez, a que proponha agregar o maior número de possibilidades de todos os estudos até aqui apontados, porém a amplitude do estudo também provoca questionamentos, pois agregar variantes a fim de alcançar a maior escala de observação não é o mais relevante, e sim, uma “vontade de olhar”, como chamou Denis Cosgrove, que amplia a dimensão da reflexão e não necessariamente da escala de alcance.

Assim, o método mais eficaz, principalmente para o caso desse trabalho, tem como base o “olhar”, não somente no sentido físico e nas imagens explícitas que ele capta, mas o que está por trás de uma primeira impressão, uma postura sem preconceitos que conceba a cidade como um conjunto de signos impressos nas paisagens expressando intencionalidades, desejos, que nem os próprios interventores visuais sabem explicar de uma maneira simples.

Enfim, imagens que podem passar despercebidas, mas não sem significado para o geógrafo proposto a investigar os símbolos que a cidade apresenta. E como quem percorre as ruas como Marco Pólo, na obra de Ítalo Calvino, ao descrever a cidade de Tâmara, descrito a seguir, descobriremos as cidades através de suas paisagens:

O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tâmara, não faz nada além de registrar nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes. (CALVINO, 1990, p. 18)

Essa construção humana espalhada pelos muros da cidade é prática e não somente símbolos, pois é resultado de vários diálogos construídos historicamente por quem faz, por quem interpreta e até por quem reprime. A cidade, dessa forma, não é totalmente feita de símbolos e nem somente uma construção material, são ambos por ser construção humana, assim vive em função de necessidades materiais, mas também simbólicas. Ler os símbolos pura e simplesmente sem identificar os personagens e intencionalidades não é o caminho para se conhecer uma cidade.

Mas, para ler, precisa-se viver na cidade, conhecê-la, saber entender os diferentes percursos, dialogar com as imagens, mas, acima de tudo, estar aberto a tudo que pode

acontecer nessa leitura, sem barreiras, estigmas ou limites. Aqui se propõe a leitura da “escrita da cidade” como Henri Lefebvre chama e como descreve a seguir:

Finalmente, existe a *escrita da cidade*: aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no seu encadeamento, em suma, o *emprego do tempo* na cidade pelos habitantes dessa cidade.” (LEFEBVRE, 2001, p. 64)

Mas essa escrita não se apresenta sozinha, nem isolada, ela dialoga o tempo todo e se transforma na velocidade da construção humana que se expressa no cotidiano.

#### 4.3. NA CAVERNA: O COTIDIANO

Já foi tratado do olhar como uma forma de interpretar a cidade, porém o que se vê? A cidade por inteiro o tempo todo? Não! Vê-se o que os percursos feitos permitem. Cada percurso vai responder a um tipo de interpretação? Não, pois já foi falado que a interpretação é múltipla, mesmo sofrendo influências externas que tentem massificá-la.

Esse processo de quebra do cotidiano que as intervenções visuais promovem possui dois momentos. O primeiro vivenciado na madrugada, que é o cotidiano dos interventores e um segundo, no dia, que é o do resultado ao dialogar com o caminhante.

No primeiro momento, acontece o processo revolucionário, de quebra da norma e do cotidiano da rua, que inclui desde a preparação para ir para rua até uma possível fuga da polícia. No segundo momento, acontece o diálogo de repulsa, curiosidade ou apoio. O resultado desse diálogo não importa para o interventor, o processo revolucionário consiste na quebra do cotidiano que está nas normas, a fim de questionar, provocar, simplesmente, para desnaturalizar com a exceção dos interventores ligados a algum movimento social que possuem uma preocupação de como vai se dar essa relação do observador com o que está posto na intervenção.

É claro que se reestabelece um outro cotidiano após a quebra, que é o do próprio interventor, sempre atento aos lugares interessantes para a intervenção e da própria vida na madrugada. Lucenira Luciane Kessler, no seu trabalho etnográfico com interventores visuais, comenta essa relação com o cotidiano a partir de suas entrevistas:

Fiquei pensando se, para além da questão do ibope, da visibilidade, isso que se colocou de um jeito muito simples, mas também muito preciso, fala da relação das pessoas com a cidade. Talvez eles queiram imprimir alguma novidade, alguma diferença justamente nesse espaço-tempo: a cidade de todo o dia, cotidiana, naturalizada em nossas existências, palco privilegiado da agência desses atores sociais. (KESSELER, 2008, p. 69)

O estudo dos territórios no cotidiano é um grande instrumento que possibilita ver as ambiguidades da vida em sociedade. As intervenções visuais constroem territórios no cotidiano exatamente para chamar a atenção para essas ambiguidades e para provocar a possibilidade de ação. É no cotidiano que se visualiza indivíduo e coletivo, e uma reflexão integrada dessas dimensões possibilita uma noção mais real das possibilidades de ação. Assim, o cotidiano da rua é o terreno mais fértil para a ação dos interventores visuais e não se faria igual em uma galeria de arte ou em espaços determinados especificamente para essa ação, pois a provocação é o ponto fundamental para a quebra do que é natural e estável no cotidiano.

Dessa forma, a ação prevalece sobre a mensagem, mesmo havendo grupos com essa preocupação, o que é elogiável, mas não desmerece quem simplesmente percorre a cidade deixando uma marca, ou seja, um TAG, sem uma mensagem explícita. E mesmo com uma vida curta, as intervenções continuam a acontecer, como se elas acompanhassem o ritmo do dia-a-dia de todos. Como assim comenta Ivana Maria Nicola Lopes: “Su corta duraciónm comprueba que su mayor valor se encuentra en su gesto (más que en su lenguaje), en su creación que desborda el deseo.” (1996, p. 160)

A dimensão macro das questões que envolvem território é importante, porém somente uma análise em grande escala se torna incompleta se não dialogar com uma pequena escala. É na dimensão do cotidiano que as possibilidades de ação se tornam mais visíveis, pois é abarcando as esferas do real, da cidade real, como foi comentada anteriormente, que se vai permitir perceber a complexidade das relações espaciais e suas ambiguidades, como assim comenta Jorge Alberto Soares Barcellos:

Território do cotidiano compõe assim um par teórico cujos desdobramentos – ainda em construção – abrem possibilidades concretas à compreensão das formas de sociabilidade contemporâneas. Este novo lugar privilegiado do social emerge não para indicar que a crença no futuro realizador dos projetos da modernidade deixou de existir, mas para apontar que talvez estejam mais próximos de nós os instrumentos e mudança das condições de vida, do que pensamos. (BARCELLOS, 1995, p. 47)

Explorando o espaço da rua através do cotidiano do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre, durante o desenvolvimento desse estudo, focando a atenção nas intervenções visuais, o que inicialmente parecia ainda uniforme e simples começou a se revelar na paisagem, através de conversas e entrevistas que redescobriram um universo de vários tipos de intervenção urbana.

Essa redescoberta mostra que as intervenções não somente se dividem entre as que possuem uma mensagem de reflexão sobre as relações sociais ou as de simples demarcação como contraponto ao uso dos lugares, como também divulga outros meios de expressão, como os blogs e sites, que se pode ver na foto de número 28, por exemplo.



Figura 28 – Rua João Alfredo, entre

Luis Afonso e Lopo Gonçalves.

Fonte: Rosiéle Silva, nov./2009.

As intervenções revelam uma segunda relação de poder que é interna entre interventores, como na fotografia 29, que mostra uma intervenção feita no muro da Escola de Teatro Terreira da Tribo, chamada de atropelo, como é chamada entre alguns interventores, outra intervenção em cima, criticando a primeira pelo recebimento de investimentos do grupo empresarial Votorantim. E, na fotografia 30, o que parece uma intervenção comum e não autorizada, na verdade, faz parte de um acordo entre o proprietário do estabelecimento e o

interventor, ou seja, é uma intervenção autorizada, justificada pela maior parte dos proprietários desses estabelecimentos como uma forma de terminar com as intervenções livres.



Figura 29 – Rua João Alfredo, entre Joaquim Nabuco e Aureliano de Figueiredo Pinto.

Fonte: Rosiéle Silva, dez./2009.



Figura 30 – Rua Gen. Lima e Silva, esquina com a Lopo Gonçalves.

Fonte: Rosiéle Silva, out./2009.

A intervenção da fotografia número 30 é uma grande expressão das contradições nas relações de poder dentro da própria prática da intervenção que vem se tornando cada vez mais comum, que é a intervenção como forma de prevenção de outras intervenções. Os donos dos

estabelecimentos que optam por essa atitude acreditam que, ao permitir uma intervenção no seu estabelecimento, outros interventores deixam de agir no local por haver um código de ética entre a maior parte dos interventores de não sobrepor uma intervenção sobre a outra. Mas, como em toda a relação de poder existem os conflitos, mesmo assim, isso vem a ocorrer, como expresso na foto 29. Sobre o chamado atropelo, Lucenira Luciane Kessler explica:

O atropelo, intervir visualmente em alguma apropriação visual, significa um desrespeito, que pode ser cometido por inexperiência ou por alguma rivalidade entre os praticantes de apropriações visuais (...).(KESSLER, 2008, p.56)

Assim, as entrevistas e conversas informais me muniram de informações para desvelar essas relações de poder para compreender que o que está em disputa é o espaço da rua e do cotidiano. Essa relação de poder está impressa em imagens, mas elas, por si só, não revelam essas relações de poder, pois é a perspectiva territorial que vai revelar de forma mais ampla essas relações nem sempre esperadas ou visualizadas.

Mesmo com o ritmo acelerado que as grandes cidades impõem aos seus caminhantes, no dia-a-dia, a complexidade dos processos que acontecem entre caminhante e paisagem visualizada não se perde, mas se transforma conforme o momento histórico.

Um autor que discute essas relações da rua e do cotidiano através da dialética do pedestre é Michel de Certeau, um espaço-tempo que, mesmo efêmero, revela diversas relações nos poucos momentos de duração. Assim se constroem o que ele vai chamar de “não-lugares”, ou seja, a ausência da singularidade que qualifica enquanto lugar histórico. E, quanto às possibilidades construídas pela dialética do pedestre, ele diz:

Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza alguma delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. (CERTEAU, 1996, p. 177 e 178)

Marc Auge, em “Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade”, dialoga com Michel de Certeau nessa questão do não-lugar, porém com algumas diferenças. Enquanto Michel de Certeau fala em ausência e qualidade negativa que qualifica o lugar em não-lugar, Marc Auge fala da produção na supermodernidade de lugares que possuem como

qualidades a similitude e a homogeneidade, sendo que o não-lugar não se realiza totalmente, assim como os lugares não excluem aspectos de não-lugar.

O não-lugar é onde a racionalidade arquitetônica capitalista se realiza, o provisório, o efêmero, lugares de passagem e onde as relações sócio-espaciais são desprivilegiadas, ou seja, onde a individualidade predomina. Como assim ele define:

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese produtora de não-lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integra os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam aí um lugar circunscrito e específico. (AUGÈ, 1994, p. 73)

Enfim, o caminhar deve ser repensado e não somente com uma atenção maior, mas com informações sobre os processos velados na paisagem que se buscou refletir, primeiramente, com a análise territorial, depois voltando para a paisagem no cotidiano para perceber como esse velar da realidade acontece dia-a-dia.

A cidade impositiva reúne todas as condições para que a o controle das relações sociais seja máximo, mas não é isso que acontece, pois, ao mesmo tempo em que os signos são comprados e vendidos para influenciar os modos de vida na cidade, existem grupos subvertendo os mesmos signos. São pessoas e grupos fazendo o papel de “agente duplo”. De dia empregados, estudantes, à noite, interventores.

Uma postura contestatória não é feita de eventos esporádicos, ela acontece no dia-a-dia, logo, para se propor uma cultura contestatória coerente é necessário uma prática de contestação na cultura do cotidiano.

A vida cotidiana é repleta de expressões de preconceitos, estigmas e conservadorismos, que também foram construídos culturalmente, eles precisam sofrer um processo de quebra para deixar de se realizar e ser passado de geração em geração. Algumas expressões culturais são cooptadas pelo consumo de forma a não oferecerem perigo à ordem estabelecida, outras ainda se mantêm como instrumento de contestação. Assim acontece com as intervenções que, ao mesmo tempo em que viraram mercadoria nas galerias de arte, continuam na rua oferecendo a possibilidade dessas quebras de ordem através da provocação e reflexão. Enquanto esse “agente duplo” continuar ativo, ainda se pode contar com o imprevisto na história.

## 5.0 DESVELAR DAS SOMBRAS: CONFLITO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO



Figura 31 – Rua República esquina com a rua José do Patrocínio

Fonte: Rosiéle Silva, dez./2009.

### 5.1. O DESVELAR OU A CONSTRUÇÃO DE NOVAS SOMBRAS?

Até o presente momento, no trabalho, tratou-se das relações de poder constitutivas da prática das intervenções visuais, de como essa relação de poder revela um território e de como se materializa na paisagem da cidade. Mas o que essas imagens, frutos dessa relação de poder podem revelar sobre os usos dos espaços públicos?

Já foi tratado do quanto revela uma relação entre o caminhante e os seus percursos urbanos, da relação dos interventores visuais com a cidade e dos instrumentos que as políticas públicas usam como aparato repressor contra a difusão dessa prática. Do que as intervenções visuais revelam sobre a relação entre a dimensão pública e a dimensão privada na cidade, tratar-se-á a seguir.

O espaço da rua, enquanto espaço público, deveria representar a multiplicidade da sociedade por ser usado cotidianamente por ela. Porém, a rua se tornou instrumento de reprodução do sistema capitalista, na medida em que incentiva o consumo e revalorização do solo. Assim, a sociedade foi desapropriada do espaço da rua, a partir do conceito de propriedade de Henri Lefebvre, que entende propriedade além da dimensão concreta, já que ele observa também a dimensão abstrata da cidade.

Essa desapropriação abstrata é tão importante quanto a desapropriação material por que passa a sociedade, pois a classe dominante não exerce poder somente pela força, mas também através de uma relação de poder abstrata, que não está explícita, como a pobreza visualizada no número de moradores de rua destituídos de moradia, por exemplo.

Essa relação de dominação se dá através da persuasão, nem sempre direta, que faz com que a classe subordinada comece a ver sentido nas ações dos governantes, de acordo com interesses da classe empresarial e aprenda a ver o espaço da rua através do prisma dos interesses privados. Como já foi dito, esse ver pode ser considerado como um processo de cegueira, já que não se relaciona com esse espaço a partir de suas necessidades, e sim, das necessidades da cidade impositiva de consumo. Richard Sennett, na obra “O declínio do homem público”, é um autor que, ao explorar a vida pública como tema, fala que a tirania não necessariamente é um processo explícito de coerção, como a seguir:

Esse governo de uma multiplicidade de hábitos e de ações pela autoridade soberana de uma fonte única não precisa ser originada por coerção brutal; pode igualmente surgir por sedução, de tal modo que as pessoas queiram ser governadas por uma autoridade única que se coloque acima delas todas. Esta sedução tampouco precisa envolver uma pessoa enquanto tirano. Uma instituição pode dominar como uma fonte única de autoridade; uma crença pode servir como padrão único para enfrentar a realidade. (SENNETT, 1988, p. 412)

Esse caminhante que entende a cidade através de um olhar alheio ao seu, torna-se passivo frente a tudo que é decidido. Engana-se de estar participando dela, porque esse processo de controle é implícito e garantido pela maioria dos meios de comunicação. E, como disse Ângelo Serpa, ao tratar dos espaços públicos: “O homem só percebe o espaço em que vive quando participa ativamente da sua concepção.” (2007, p. 134)

O espaço público que deixa de ser público no momento que se torna instrumento para atender a interesses privados, mas contrapõe a dimensão privada ao mesmo tempo, quando sofre a intervenção visual para trazer à tona a reflexão do uso da cidade, negada no processo de cegueira, torna-se múltiplo. E enquanto múltiplo, preserva uma possibilidade de contraponto ao processo dominante, mesmo que na esfera ilegal, mas presente nos meios de comunicação que não consegue velar uma prática expressiva.

O espaço público da rua, enquanto espaço livre e de uso coletivo, era para ser um lugar da ação política, porém é visível que as políticas públicas dirigem-se somente para aqueles lugares de aspiração privada, incentivando o consumo de quem pode pagar por eles. As intervenções, mesmo elegendo alguns lugares superam esse processo de segregação, cortam essas diretrizes do privilégio do uso do solo e ultrapassam essas fronteiras, intervindo em lugares de privilégio e outros de abandono das políticas públicas.

As administrações locais, junto com parceiros empresariais, requalificam áreas numa estratégia de segregar outras. Os interventores visuais, porém, diferente do que é passado pela maioria dos meios de comunicação, veem-se como membros ativos da sociedade, concepção visualizada através das entrevistas, sentem necessidade de contrapor esse processo. Muitos entrevistados fazem isso de forma implícita por intervir fazendo símbolos, letras pouco legíveis, ou com a impressão somente do tag pela cidade. Numa conversa, no entanto, percebe-se que a intenção é exatamente essa, acima de tudo, provocar a atenção de quem passa.

Então, se o caminhante dialoga nos seus percursos com forças de coerção que comercializam um modo de vida e, por outro lado, ainda dialoga com interventores que contrapõem essas forças, até que ponto a rua seria pública? Até que ponto o que se chama de público não vela outras relações de poder e novos territórios?

## 5.2. A RUA É PÚBLICA?

A idéia do que é considerado público e privado foi construída historicamente. O termo “público”, em suas primeiras ocorrências, identificava o “bem comum da sociedade” (SENNET, 1988). E o termo “privado” começou a ser aplicado referente aos privilégios. A partir do século XVII, esses termos tomaram uma conotação mais próxima da atual, sendo o público identificado como o lugar que reservava a possibilidade de ser observado por qualquer pessoa, e o privado como um local privado, de proteção, que tinha como grande referência o espaço da família.

Durante o século XVIII, os significados do que era público e privado se ampliaram. Os burgueses de Londres e Paris começavam a ocupar mais o espaço comum, ou seja, o público de uma forma mais despreocupada, pois grupos muito diversos estavam entrando em contato, o que influenciou a mudança de comportamento e a forma de ver os espaços públicos e privados. Assim, esse espaço público renovado fazia referência a um lugar em que era permitido o uso comum, como o lugar onde a diversidade entrava em contato.

Essa entrada mais despreocupada para o espaço público transformou os comportamentos. As expressões de sentimentos, de concepções e de valores deixam de ser exclusividade do espaço privado da família e começa a aparecer nas ruas. E o espaço público deixa de ser exclusivamente espaço de representação para os outros, de sua condição, para um comportamento um pouco mais revelador do caminhante. Richard Sennet acredita que:

“(...) produz-se uma geografia pública segundo dois critérios de “publicismo”: o mundo exterior ao ambiente imediato e as lealdades pessoais se torna conscientemente definido, e a movimentação através das diversas circunstâncias sociais e grupos de estranhos, com o auxílio desse código comum, torna-se mais cômoda. (SENNET, 1988, p.58)

Essa concepção do público como um local do encontro dos diferentes, deu-se, principalmente, pelo inchaço nas grandes cidades, como Londres e Paris, advinda do êxodo

das pessoas que saíam do campo e invadiam a cidade entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Logo, o que se entende por público não foi uma construção meramente sentimental, foi histórica e possui sua origem atrelada ao de privado. Como diz Richard Sennet: “No entanto, o público é também uma geografia; ele existe em relação com um outro domínio: o privado.” (1988, p. 116)

Porém, como essa construção da idéia do que é público e privado chegou hoje com os aspectos de controle das posturas públicas? Essa construção foi a expressão de maior liberdade? A resposta está nos estudos de Charles Robert Darwin (1809-1882), que tratavam da expressão dos sentimentos ligados a estímulos biológicos.

Esses estudos de Darwin influenciaram Sigmund Schlomo Freud (1856-1939), no início de seus estudos que, conseqüentemente, causaram efeitos na sociedade da época. Sua influência advinha de estudos em que Freud acreditava que os sentimentos, ansiedades e desejos sexuais seriam expressos pelo corpo de forma involuntária. Logo, se as pessoas possuíam menos controle da expressão de seus sentimentos e vontades, o medo de que o corpo expressasse os seus desejos mais íntimos no século XIX, principalmente na segunda metade desse século, fez com que os espaços públicos esvaziassem.

Os espaços públicos esvaziados, ou cheios de temores quando visitados, influenciaram numa mudança de postura importante. Foi nesse processo que se adotaram roupas mais discretas que as do Antigo Regime, fazendo uma comparação, roupas de cores opacas foram adotadas e as mulheres adotavam o espartilho extremamente apertado, de maneira a formar um padrão de corpo feminino no espaço público por medo que seu corpo revelasse seus “segredos”.

Esse processo de coerção, pouco explícito, mas mais inteligível quando se trata da construção do que se entende por espaço público e privado na rua, foi o que Richard Sennet chamou de “tirania da intimidade”. A tirania assim, como já foi comentada, não necessariamente é feita de uma forma explícita e é feita em função da forma de ver a cidade, ou de não ver, no caso da “cegueira”, com o intuito não de controlar a sociedade fisicamente, mas mentalmente, quando faz com que todos vejam os espaços públicos e privados sob o prisma do Estado e dos interesses privados.

A repressão não precisa ser ligada à coerção de uma pessoa, a uma forma de poder, ou a de uma única fonte de poder, ela vem atualmente de várias instâncias juntas de interesses privados e em formato de crença. É imposto crer que as possibilidades de ação na realidade

são mínimas, tendo os meios de comunicação como instrumento de renovação dessa crença.

Como assim comenta Richard Sennet:

A intimidade é uma tirania, na vida diária, dessa última espécie. Não é a criação forçada, mas o aparecimento de uma crença num padrão de verdade para se medir as complexidades da realidade social. É a maneira de se enfrentar a sociedade em termos psicológicos. E, na medida em que essa tirania sedutora for bem-sucedida, a própria sociedade será deformada. (SENNET, 1988, p. 412)

Assim, o espaço público, cada vez mais vem sendo oprimido pelas forças dos interesses privados a fim de coibir que, na prática, aquele sentido primeiro de público que foi colocado, o do espaço comum, seja eliminado. Mas, na forma dialética com que se está tratando as dinâmicas do espaço público da rua, ele não se reduz às forças de opressão, pois sempre haverá forças de resistência, de diversas formas e intensidades e sempre presentes. A história da humanidade mostra que, em momentos de maior controle social, há, paralelo a isso, forças de contraposição, pois a conformidade total nunca ocorreu. Não estou dizendo que os grupos que agem como contraponto ao que é imposto como um ideal de realidade proponham um projeto de sociedade ideal, até porque as propostas são as mais variadas possíveis, porém, somente o fato de preservar essa diversidade e a possibilidade de o indivíduo escolher qual mais lhe agrada, já os torna essenciais.

Assim, a relação entre público e privado é complexa, sendo difícil delimitar as fronteiras de um e de outro, pois eles dialogam em todos os espaços da cidade de maneira concomitante. No entanto, para entender onde um prevalece sobre o outro, basta observar o quanto as forças de opressão ou de resistência estão agindo no local e o quanto o processo de segregação evolui ou retrocede nos espaços públicos. E para responder o questionamento do tópico, se a rua é pública ou não, a resposta é sim para todos os locais onde o contraponto e a dúvida são postos frente ao padrão que se quer impor de realidade.

### 5.3. OS PROCESSOS SEGREGACIONISTAS

Já se tornou comum em noticiários e discussões sobre os mais diferentes grupos sociais o uso do termo segregação. De forma genérica, ele aparece no sentido de explicar um processo de separação na dinâmica dos grupos sociais, porém, na realidade, a sociedade

funciona a partir de um conjunto de processos bem mais complexos do que movimentos separatistas. Da mesma forma, é a classificação entre segregações voluntárias (enclave) ou involuntárias (gueto), pois até que ponto um ato voluntário não é direcionado por fatores externos para ser realizado, ou mesmo até que ponto os movimentos involuntários não reservam uma liberdade de ação que não parece de forma explícita num primeiro olhar?

A maioria dos estudos sobre o tema se resume aos processos de segregação residencial, porém a complexidade e variedade dos processos segregacionistas são muito maiores e ultrapassam a forma clássica, que tem como único critério os vários níveis de acesso à residência. A construção das reflexões sobre as formas de segregação, não só na geografia, como em outras ciências, percorre já alguns anos e, a seguir, serão trazidos alguns autores, de diferentes contextos espaço-temporais, a fim de agregar alguns métodos diferenciados de abordagem, seguidos de reflexão sobre serem ou não apropriados para práticas como das intervenções visuais, que serão tratadas como uma forma de segregação voluntária e involuntária.

Os primeiros autores a serem trazidos para a discussão são da corrente chamada Ecologia Humana e se caracterizam por tratar do tema da segregação de forma naturalizada, pois ela se distribuiria segundo as vocações das populações.

Essa corrente se organiza em duas fases: na primeira, a Escola de Chicago, caracterizada por refletir os padrões espaciais através de fatores sociobiogênicos e behavioristas; e, em uma segunda fase, caracterizar-se-ia por um enfoque na visão sistêmica da relação da sociedade e do meio ambiente. Essa divisão não se dá de uma forma sistemática, pois os autores produzem tanto numa como noutra fase, assim, a divisão é uma forma de marcar algumas mudanças e não de encerrá-las nessas características que ocorrem nessa construção contextualizada pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Os primeiros defensores dessa escola foram Robert Ezra Park, Ernest Watson Burgess e Roderick Mckenzie. Em suma, essa primeira fase defendia a eficácia dos fatores biológicos, o comportamento humano regido por princípios darwinianos e as relações simbólicas como relegadas ao secundário na organização social do urbano. E suas críticas foram direcionadas exatamente para a consideração, em segundo plano, dos fatores simbólicos e culturais em prol dos econômicos, mas deixou como legado o modelo da zona concêntrica criada por Burgess, que foi a primeira tentativa de relacionar organização social e espaço, que se tornou muito importante para geografia urbana, mas que deve ser usado de forma crítica pelos

pesquisadores, já que possui uma base ideológica que concebe a cidade de uma forma reducionista e a segregação como uma patologia a ser expurgada, como se pode observar na concepção de Ernest Burgess, a seguir:

Esta diferenciación en agrupamientos naturales, económicos y culturales, conforma y caracteriza la ciudad. Pues la segregación, en efecto, asigna al grupo, y, por ende, a los individuos componentes del grupo, un lugar y un papel en la organización global de la vida ciudadana. La segregación limita el desarrollo en determinadas direcciones, pero le da cauce libre en otras. Estas áreas tienden a acentuar determinadas rasgos, a atraerse y desarrollar sus tipos de individuo, a hacerse, por tanto, cada vez más diferenciadas. (BURGEES, 1974, p. 75 e 76)

A Ecologia Urbana que se instaurou no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), semelhante a do primeiro período, substitui relações estáticas por um dinamismo na construção dos padrões urbanos, admitindo agora a sociedade urbana em constante mudança, com outros fatores que geram instabilidade na cidade, o que vai ser uma evolução no pensamento geográfico e sociológico sobre os estudos de segregação, como se pode observar no estudo de Harvey Zoubaugh:

Un nuevo fator de complicación lo introduce el hecho de ser las áreas naturales de una ciudad solo relativamente estables, ya sea respecto a valores, ya sea respecto a la segregación cultural que se da sobre ellas. (ZOUBAUGH, 1974, p. 88)

Assim se caracterizam os estudos da chamada Ecologia Humana, com suas limitações, pois não admitem uma sociedade dividida em classes, nem relações como de status e poder, principalmente, no campo simbólico. Todavia, a crítica não descarta toda a sua produção e, mesmo direcionadas aos conceitos deterministas, estas teorias tiveram seu valor para a crítica que dialogou e formulou as suas próprias teorias, pois os problemas principais se encontravam nas restrições de se trabalhar nessa perspectiva frente à complexidade e a gama de relações que, de forma sistêmica, resultam na estrutura espacial da cidade. Logo, a cidade foi encarada como cenário estático, não dando espaço para a formação de territórios através de relações conflituosas, já que a livre competição mediava as formas de interação.

A segregação, a partir dessa corrente, é empregada como a forma de concentração populacional, conforme os fatores econômicos somente, e da combinação dela com as forças de seleção. Assim como não se concebiam as contradições próprias do sistema capitalista, muito menos se pensaria aqui que essas relações seriam construtoras de territórios, como o

das intervenções visuais. Como Roderick Mckenzie expressa a seguir, quando fala sobre segregação:

A segregação econômica descreve em grau de homogeneidade à proporção que ascendemos na escala econômica; tanto mais baixo é o nível econômico de uma área, quanto mais uniforme é a situação econômica dos habitantes, por serem mais limitadas as possibilidades de escolha. Mas à proporção que ascendemos na escala econômica, cada nível permite maior escolha e, portanto, há maior homogeneidade cultural. (MCKENZIE, 1926, p. 352)

Então, tratar de temas como as intervenções visuais a partir desses parâmetros, é praticamente inviável, mas é importante trazê-los para visualizar o quanto os estudos sobre segregação se diversificaram. Dessa forma, seguem alguns estudos contemporâneos sobre os estudos de segregação.

O indivíduo não passa seus dias somente em sua residência, ele vai ao trabalho, para momentos de lazer, muda seus percursos e, assim, apropria-se da cidade numa dimensão bem maior que da sua moradia. Por conseguinte, se a vida na cidade diz respeito a vários momentos e a vários locais usados por esses sujeitos, os processos de segregação também não devem ser tomados somente na dimensão da residência. O contexto da sociedade capitalista reprime os espaços públicos em prol do privado e torna cada vez mais seletivos os espaços, logo, nesses outros lugares de que o sujeito se apropria para ir ao trabalho, por exemplo, assim como no próprio local de trabalho, reproduzir-se-ão outras formas de segregação. Não se está propondo que a forma clássica de segregação está superada, como diz Renata Bichir, na passagem a seguir, ela continua, porém, mais complexa e dialogando com outras formas de segregação:

Essa caracterização das áreas periféricas como locais marcados homogeneamente por faltas, ausências e precariedades, já foi, até certo ponto, superada com a consideração dos conteúdos concretos das mesmas e a verificação de inúmeras melhorias que lá se processaram nas últimas décadas, devido, especialmente, ao papel dos movimentos sociais e a alterações nos investimentos públicos e na atuação estatal de um modo geral. (BICHIR, 2005, p. 01)

Zigmunt Bauman é um autor que trata da sociedade na contemporaneidade e possui a sua visão sobre os processos segregacionistas. Ele introduz um conceito chamado “mixofobia”, ou seja, medo das diferenças, e acredita ser esse o cerne dos processos segregacionistas, e assim, diferente de outros autores que tratam das contradições, ele aponta

o acirramento, ou do contato de um número muito maior de diferenças na sociedade, como um intensificador dos processos segregacionistas, como ele descreve a seguir:

À medida que a polivocalidade e a variedade cultural do ambiente urbano na era da globalização se estabelecem, com a probabilidade de se intensificarem, e não se atenuarem, com o decorrer do tempo, as tensões nascidas da perturbadora/confusa/irritante estranheza do ambiente, provavelmente, continuarão estimulando impulsos segregacionistas. (BAUMAN, 2007, p. 92)

Os processos segregacionistas foram construídos historicamente, e esse medo de participar, de convivência frente a grande diversidade, que cada vez mais pressiona por espaços de participação, não é inerente a esse contexto como Zigmunt Bauman trata. As complexidades dessa radicalização das diferenças não provêm do caos, são usadas ideologicamente como provindas de processos incompreensíveis por quem possui o poder, o que só faz as instabilidades se acirrem mais por a sociedade não ter consciência dos processos no qual está envolvida. Essa tomada de consciência pode ser adquirida através de uma reflexão de processos combinados e não desconexos, como comumente ocorre, e tratar de problemas no campo da política, por exemplo, não usando instrumentos que advém somente desse campo, como atrelando a outros do campo cultural e econômico a fim de construir alternativas que realmente surtam efeito. Um exemplo disso é quando Jorge Rodriguez Vignoli, ao tratar da segregação residencial, no trecho a seguir, demonstra a complexidade que essa questão envolve e não somente políticas pontuais e específicas:

Para sistematizar, profundizar y conectar todos esos procesos cabe combinar la demografia (la base cuantitativa y el factor casual inmediato de los cambios urbanos y de la localización intraurbana), la sociología (las consecuencias de la segregación y la importancia de los espacios alternativos de “mezcla” social) y el análisis histórico, este último tanto en términos culturales (la sensibilidades, las miradas entre los extraños, las identidades) como más institucionales (políticas, estructuras de organización, manifestaciones, revueltas y protestas, etc.). (VIGNOLI, 2000, p. 250)

Pode-se notar que tratar de segregação em uma sociedade cada vez mais seletiva não é uma tarefa fácil. Por isso, são importantes os estudos nas mais diversas perspectivas, pois a construção de processos segregacionistas através dos mais diversos temas talvez seja um caminho para se ter uma visão ampla, mas não generalizante, das possibilidades e alternativas para os grupos segregados. Um exercício pode ser feito com a prática das intervenções visuais nesse sentido, pois se ela se faz como uma prática que possui uma linguagem própria, muitas

vezes inteligível somente para quem pertence ao grupo, mantendo-se no anonimato, pode-se dizer que os grupos que promovem as intervenções visuais segregam-se de forma voluntária, sem um espaço determinado onde somente eles habitem, mesmo levando em conta que as ruas, na madrugada, em alguns locais, tornam-se um território onde somente eles circulam, assim como os arranha-céus. Mas até que ponto essa segregação é voluntária e não possui efeitos externos, que intensifica a manutenção do grupo, assim como faz outros sujeitos tomarem a iniciativa de se aderir a eles é uma reflexão a ser feita. A política com projetos anti-pichação, a criminalização, as condições econômicas, educacionais, a supressão de espaços de expressão, de espaços públicos e até o sentimento de não conseguirem intervir como sujeitos históricos conforme gostariam são fatores que podem influenciar na manutenção e expansão desses grupos. Logo, as intervenções visuais mostram várias faces para os problemas pelo qual a cidade vem passando e mostram uma cidade que necessita de mais que lugares de moradia, sem diminuir a importância que este último possui, como assim demonstra Peter Marcuse:

Necesitamos ciudades que quieran ser condiciones de vida, de vidas completas libres y no fragmentadas, no ciudades de discreción y dominación; necesitamos muros que acojan y cobijen, no muros que excluyan y opriman. (MARCUSE, 2004, p. 89)

Dois sociólogos que tratam do tema da segregação de uma forma mais ampliada são Yves Grafmeyer e Raymond Ledrut. Apesar de a base de discussão ser a segregação residencial, eles ampliam o sentido desses processos no momento, colocam outras perspectivas de tratar o tema e vão colaborar enormemente nesses estudos. As distâncias sócio-espaciais ganham menos importância para a entrada de outras dimensões da vida urbana que são tratadas com o mesmo status da dinâmica residencial. Raymond Ledrut trata da transição da forma como se constrói a coletividade dos bairros por volta de 1970, na Europa e nos Estados Unidos, comparando com os bairros. Ele entende que a falência nas relações coletivas, assim como os problemas de atomização e perda da organização, como um efeito do aumento populacional, o que é discutível, mas trazem grandes colaborações sobre outros espaços de convivência que não somente a casa e o trabalho, a fim de mostrar que existem espaços pelos quais o processo de segregação vai se reproduzir, como ele mostra a seguir:

A forma de composição de uma coletividade territorial cessa de ser simples e homogênea quando, entre o lar e a coletividade, entre a família e o agrupamento dessas famílias, se interpõe unidades coletivas intermediárias. (LEDROUT, 1971, p. 101)

Esses estudos mostram a evolução no trato de segregação desses para os da Escola de Chicago, com uso excessivo de modelos e dados estatísticos, o que faz com que se percam processos e dados que estão implícitos na sociedade e necessitam de um olhar mais aprofundado e crítico do cientista social, como Yves Grafmeyer comenta:

O que isto quer dizer é que, por ponderarmos excessivamente em variáveis que são artificialmente isoladas pelos tratamentos estatísticos, arricamo-nos a perder de vista as próprias populações, cujos modos de localização no espaço urbano se encontram na encruzilhada de várias determinadas e de múltiplos processos. (GRAFMEYER, 1995, p. 43)

Desse modo, esses autores mostraram, através da evolução de percepção da sociedade, o quanto complexa deve ser a percepção para que se tenha uma visão holística e não compartimentada da multiplicidade com que se apresenta a cidade. A partir disso, segregação não deve ser tratada somente através do tema residencial, mas se abrir para os tantos territórios que constroem e destroem muros diariamente, como é o caso das intervenções visuais. Uma concepção que se construa como multiescalar, transdisciplinar e (i) material dos processos segregacionistas é a proposta, e que abra as possibilidades do imprevisto para o campo teórico, assim como fazem nas ruas.

Enquanto os processos segregacionistas (re)constroem muros, barreiras e fronteiras diariamente, através de processos de dominação, territórios insubordinados revelam o risco, a possibilidade e a vida antes escondida, e a proposta deste trabalho foi, antes de tudo, trazer a tona o que se insiste em não ver.

## PARA FINALIZAR: VIDA AO POLÊMICO

Tratar de um tema que é recriminado por grande parte da sociedade não é tarefa simples. Talvez porque a maioria das pessoas espera encontrar em um trabalho desse tipo mais subsídios para justificar seu repúdio por essa prática. E esse não foi o objetivo desse trabalho.

A idéia principal também não era simplesmente legitimar todo e qualquer uso que é feito com as intervenções visuais, e tampouco ficar neutra com relação a esse assunto. Mas sim, questionar os motivos pelo qual eles são recriminados. Mostrar o quando a mídia vem deformando essa prática e o conceito de território, já que ele aparece nos diálogos como mera demarcação de área. Sendo que essa prática e o conceito de território revelam uma complexidade omitida na maior parte das vezes em que esse caso é tratado.

O contato feito através de entrevistas ou conversas informais com diversos interventores mostrou-me que o spray em mãos de interventores visuais é puro instrumento para as mais diversas práticas e intencionalidades. Sendo que estas possuem, em comum, a tentativa de desestabilizar a ordem imposta nas cidades. Ordem que, pelos mais diversos motivos, eles também não veem sentido de existir.

E é nesse ponto que me uno aos interventores para provocar, discutir e questionar uma ordem, um código de conduta nas cidades que é posto de forma natural, quando se sabe que esse código foi construído historicamente.

A cidade não é um livro em branco, onde os autores agem conforme desejam. Ela é fruto de relações de poder travadas cotidianamente através das relações territoriais. E por essa territorialização ser múltipla é que parece difusa e sem foco na observação, porém um estudo que venha a tratar dessas relações, mesmo que de forma específica, de um aspecto nesse processo, colabora para tornar mais claro o mosaico de informações que a paisagem da cidade oferece.

Inicialmente, no primeiro capítulo dessa pesquisa, busquei uma aproximação com o universo da intervenção visual, para esclarecer alguns mitos e exageros que são feitos por maior parte da mídia. Uma aproximação com mais detalhes, que não tem a função de convencer do contrário quem é contra as intervenções visuais, porém de munir uma melhor argumentação, mesmo que desfavorável à prática em questão. Esse seria um primeiro olhar

para os caminhos percorridos pelo caminhante e que passa despercebido no seu cotidiano pelas investidas das intervenções visuais.

Num segundo momento, e mais decisivo teoricamente, no trabalho, busquei tratar da multiplicidade das relações de poder que se estabelecem na cidade, da qual as intervenções visuais fazem parte. E, como aquela “mosca na sopa”, a intervenção insiste, persiste, incomoda e desestabiliza a aparente ordem dessas relações. Essa relação territorial dos interventores com a cidade não é uma relação recente e, sempre que necessária, em momentos históricos de maior repressão, mostrou-se como um importante instrumento de expressão e comunicação. Essa prática, em específico, abre um universo de territórios, assim chamados por mim de territórios contestatórios, que questionam sobre qual seria sua importância nas relações de poder e como a geografia vem tratando esse assunto.

No terceiro capítulo, foi reunido todo o material que orientou minha observação da cidade de Porto Alegre e, de forma mais específica, do bairro Cidade Baixa, comendo, assim, um acervo de fotografias, entrevistas, dados, saídas acompanhando grupos e conversas informais que me permitiram ampliar argumentos e possibilidades de questionamento ao que é dito e feito com relação a essa prática. Conhecer os interventores, suas vidas de “agente duplo” que, de dia, trabalham e passam despercebidos e, à noite, são perseguidos, mostrou-me que esse tema possui muito mais questões a serem exploradas.

O quarto capítulo foi essencial para completar a dialética do caminhante, que observa, analisa as relações territoriais implícitas na paisagem e retorna com o olhar modificado frente ao que antes nem notava ou ao que tinha repúdio. Refletir sobre o quê e como se vê o entorno é importante para um olhar mais apurado, questionador, desconfiado do que está posto de forma muito óbvia. Então, provavelmente, torna-se menos passível de manipulação um caminhante que assume um papel ativo nas relações territoriais.

O quinto e último capítulo introduz uma reflexão, que poderia ter uma pesquisa especialmente para ela, mas que, neste momento, dialogou no sentido de que, quando se considera as relações de poder um processo de caráter múltiplo, toda a análise que é feita a partir dela se torna mais complexa. No caso desse capítulo, questiona-se até que ponto pode-se delimitar de uma forma fácil o que é público e o que é privado na cidade, o quanto a rua é pública e o quanto os processos segregacionistas assumem faces mais sutis e têm se ampliado.

Assim, desenvolvi esse trabalho que recorta um aspecto da paisagem que são as intervenções visuais, discute as relações territoriais que constroem/destroem essa paisagem,

para que ela venha, num segundo momento, tornar-se mais clara, menos difusa e que abra um caminho para a reflexão sobre ela, conseqüentemente, sobre a cidade também.

A história que foi contada aqui foi a história dos descontentes, daqueles que se manifestam, que vivem na madrugada e dormem ao nascer do sol, de pessoas sem interesses econômicos, mas que se sentem, de alguma maneira, ativamente fazendo parte da construção da história de uma cidade. Mesmo tendo seus cartazes arrancados e tintas apagadas, contentam-se em ser a “mosca na sopa”, ou o “agente duplo” de que ninguém desconfia, só para promover a quebra dos caminhos mais prováveis. Esses constroem, destroem e são os próprios territórios das intervenções visuais da cidade. Se a reforma das cidades for realmente uma reforma urbana, serão eles o estopim, pois a reforma urbana tem como base a informação, o conhecimento do que acontece para além das bancas de jornal e só poderá se usar de instrumentos que promovam essa informação e discussão “ilegal” para de fato ocorrer.

Nesse terceiro momento, espero, então, que o leitor, munido de uma opinião formada por ele, menos alienado sobre o assunto, construa passagens entre o que está no interior e o que está para além da caverna. Que esse leitor construa caminhos desconhecidos, mesmo que percorra os mesmos trajetos na cidade, para acessar uma relação mais crítica e participante com o seu contexto. Espero que esse novo caminho, mais colorido, cheio de formas, desenhos, idéias, reclames e desejos se misture com os seu e torne o cotidiano, numa cidade como Porto Alegre, menos asfixiante. Desejo boas descobertas em seus trajetos urbanos que são vivos por serem polêmicos e polêmicos por serem vivos nas intervenções visuais!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação.** Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Paisagens e a construção de territorialidades em Fortaleza.** Revista da Casa de Geografia de Sobral, Volume 2/3, nº 1, 2000.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas: Papirus, 1994.

BARCELLOS, Jorge Alberto Soares. **Território e cotidiano: introdução a uma abordagem contemporânea.** In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade de Santa Cruz do Sul, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Fora de alcance juntos.** In: Tempos Líquidos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BICHIR, R. **Uma nova visão sobre a segregação urbana.** DIVERSIDADE – Revista do Centro de Estudos da metrópole. nº 6 – jul/ago/set 2005.

BURGESS, E. **El crecimiento de la ciudad: introducción a un proyecto de investigación.** In: Theodorson G>A. (org.) Estudios de Ecología Humana. Barcelona: Labor, 1974, vol I.

CALVINO, Ítalo. **As cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, N.G. **A globalização imaginada.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

CANEVACCI, M. A. **A cidade Polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana.** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana.** São Paulo: Contexto, 2001.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 2 ed. Tradução: E. F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **O que é a ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade.** In: Geographia, 1999.

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda a parte: Cultura e simbolismo nas Paisagens Humanas.** In: Paisagem, Tempo e Cultura. (org.) Corrêa, R. L. et al. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DEMATTEIS, Giuseppe. **Geografia democrática, território e desenvolvimento local.** In: Formação: geografia contemporânea. n. 12, v.2. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRAFMEYER, Y. **Diferenciações, divisões, distâncias.** In: Sociologia Urbana. Martins: Publicações Europa-América, 1995.

INDIJ, Guido. **1000 stencil.** Argentina graffiti. 1ª ed. Buenos Aires: La Marca Editora, 2007.

KESSELER, Lucenira L. **Diálogo de Traços: Etnografia dos praticantes de apropriações visuais do espaço urbano em Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social, 2008.

LEDRUT, R. A. **Diferenciação do Espaço Social**. In: Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Ed. Documentos LTDA, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **A lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Ivana Maria Nicola. **Los Graffiti: un saber alternativo**. Tese de doutorado, Depto. de Historia del arte, Facultad de Geografía y Historia, 1996.

LOWENTHAL, David. **Les temps du passe, le lieu du présent: paysage et mémoire**. In: LOWENTHAL, David. Passage du temps sur le paysage. Gollion: Infolio, 2008.

MARCUSE, P. **No caos, sino muros: el postmodernismo y la ciudad compartimentada**. Martín Ramos, A. (coord.) Lo urbano en 20 autores contemporâneos. Barcelona: Edicions UPC, 2004.

MCKENZE, Roderick D. **O âmbito da ecologia humana**. Cidades. Presidente Prudente, v.2, n.4, jul-dez, 2005 [original de 1926]

MONBEIG, P. **A paisagem, espelho de uma civilização**. In: DANTAS, A. Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MONBEIG, Pierre. **O estudo geográfico das cidades**. Cidades. Presidente, v.1, n.2, jul-dez, 1941. [original de 1926]

ORTIZ, Renato. **Um outro território**. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

PARK, Robert Ezra. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. [original de 1916]

RAFFESTIN, Claude. **Répères pour une théorie de la territorialité humaine**. In: DUPUY, Gabriel et alli. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

SACK, Robert. **Human territoriality**. Theory and History. Cambridge: Cambridge University, 1980.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. In: *Cadernos IPPUR*, ano XIII, nº2, ago-dez, 1999.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Tradução Lygia Araújo Wantanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, Bogotá, 2001.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, O. G. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

TESSON F., GUERIT F. **Discours politique ou renouveau territorial, le réseau de villes Pau-Tarbes-Lourdes**. In: DI MEO, G. (org.). Les territoires du quotidien. Paris: L'Harmattan, 1996.

VIGNOLI, J. R. **Segregación Residencial: un acercamiento sociohistórico**. Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História. nº 14. Porto Alegre, UFRGS, dezembro de 2000.

ZORBAUGH, H. W. **Las áreas naturales de la ciudad**. In: Theodorson, G. A. (org.). Estudios de Ecología Humana. Barcelona: Labor, 1974.

## **ENDEREÇOS ELETRÔNICOS VISITADOS**

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DE PORTO ALEGRE. Disponível via Internet em <http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/diagnostico.php>. Acesso em 05 de janeiro de 2009.

GRAFFITI. Disponível via Internet em <http://www.graffiti76.com/guia.html>. Acesso em 10 de março de 2010.

MICHAELIS. Disponível via Internet em <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em 23 de outubro de 2009.

## **MATÉRIAS DE JORNAL**

JOÃO WAINER/ROBERTO T. OLIVEIRA. Pichação, a marca da desigualdade. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, ano 3, número 29, dezembro de 2009. p. 36.

ZERO HORA. Vandalismo: Laçador é pichado pela segunda vez. Porto Alegre, 18 de fevereiro. 2010. Geral. p. 33

## ENTREVISTAS

Subcomandante da Guarda Municipal. Entrevista concedida no dia 10 de novembro de 2009.

Toniolo. Entrevista concedida no dia 04 de dezembro de 2009.

## ANEXO 1

1. Qual é o teu tag/marca que costumás usar?

Não tenho uma marca específica. O que dá unidade à nossa intervenção é a intenção política da ação, ou seja, o tipo de mensagem que tentamos passar.

2. Em qual área da cidade tu costumás pichar? Por quê?

Pixamos áreas onde existe maior chance de a população ver a intervenção, especialmente, na região do centro de Porto Alegre em paradas de ônibus das vias de acesso. Às vezes, fazemos intervenções em outros municípios da Grande Porto Alegre. A segurança na hora de pixar também conta, pois existem lugares muito difíceis devido à presença de câmeras, taxistas, seguranças privados ou policiais.

3. Como é a tua relação ou a do teu grupo com a de outros pichadores?

Não tenho muita relação com outros grupos de pixadores. De qualquer modo, o mais importante é o respeito à intervenção dos outros grupos na rua. O maior cuidado que temos é o de não pixar em cima da intervenção dos outros.

4. Qual é a importância que acreditas ter tua prática?

Para nós, o pixo é uma intervenção tanto artística, quanto política. Ele tem uma intencionalidade, busca transmitir uma mensagem a quem passa. Se olharmos pela cidade, quantos outdoors encontraremos com propagandas de todo tipo? Por que, então, pixar é considerado crime ambiental? Porque é uma contracultura, uma manifestação de resistência frente à transformação do espaço urbano em mercadoria posta à venda. O pixo, ou qualquer outra forma de intervenção visual livre no meio urbano, demarca a cidade como espaço público e democrático, onde a manifestação ainda é possível, apesar de toda a repressão. Consideramos também que ele é uma ferramenta que pode ser potencializada para fazer as pessoas pensarem, e não se reduzir a uma simples marca de identificação de um pequeno grupo.

5. Na tua opinião, por que essa prática é reprimida?

A pixação é reprimida porque toda forma de manifestação que foge à compra e venda, que foge às concepções de mundo de um grupo muito pequeno e favorecido da sociedade sempre é vista como um grande perigo. Pixação pode ser propaganda de forma invertida, pode ser marketing de forma invertida, por isso é um risco à ordem. Mesmo nos casos em que o pixo não carrega conotações políticas, ele é uma forma de contestação, já que sempre será uma maneira de atacar a propriedade privada. Por isso o pixo é resistência. Quando pintamos uma parede, um muro, uma casa, estamos demarcando nosso direito sobre ela, indo contra a posse individual do espaço urbano.

6. Gostarias de deixar um recado ou uma mensagem que achas importante com relação a essa prática?

Sim. Muitas pessoas acham que o pixo é um tipo de poluição visual na cidade, que é feio. Seria interessante, então, as pessoas pararem para olhar o quanto a nossa cidade é impregnada e poluída de propaganda de produtos fúteis, de bancos, lojas, produtos, marcas, de cimento e aço etc. A estética dessas propagandas passa valores às pessoas. Por exemplo, um comercial do Zaffari mostra sempre pessoas bem vestidas, bem alimentadas, com uma família onde existe mãe, pai e filhos, felizes, e “bem sucedidos”. A propaganda não pretende vender somente produtos, vende também sonhos para as pessoas. O pixo, ao contrário, mostra uma realidade diferente daquela que a classe média está acostumada a ver, por isso é repudiado pela maioria das pessoas. De qualquer forma, independentemente de gostos e seja qual for a estética que o inspira, o pixo sempre será mais democrático que o outdoor, porque ele não está à venda. Nos casos em que está, deixou de ser pixo.

## ANEXO 2

1. Qual é o teu tag/marca que costumavas usar?

Assino trampo, pois é um nome que além de ser minha marca pessoal, é um apelido que me acompanha por muito tempo, desde 1986.

2. Em qual área da cidade tu costumavas intervir? Por quê?

Nos últimos anos, minha ação nas ruas é observar. Pinto muito pouco em se falando de intervenções. Meu alvo sempre foi o abandono, terrenos ou muros que percebo que estão sem vida. Pintar na rua é um ato libertário e só quem pinta sabe como é a reação do povo. É tudo muito imprevisível, pois me deparo com muitas situações do tipo: pessoas que querem pintar junto, ou pedem para pôr o nome delas, ou simplesmente dão uma opinião sugerindo cores ou tema.

3. Como é a tua relação ou a do teu grupo com a de outros interventores?

Na rua, a relação com outros interventores se dá de uma forma bem caótica, pois, muitas vezes, se conversa em grupo, marcando encontros e, em outros momentos, é para competição de estilo, temas, suporte e ideais. Acredito que essa competição é natural e promove uma guerra de cores e estilos das mais variadas. Mas fora esse lado de "combate", sugerimos sempre a paz e procuramos não misturar o pessoal com o desempenho profissional do ato de intervir nas ruas.

4. Qual é a importância que acreditas ter tua prática?

Acredito no que estou fazendo pelo simples fato de transmitir algo positivo pra cidade, meu principal motivo é me libertar. Acreditar que minha pintura pode, aos poucos, ser um alívio para o olhar de quem vive nas ruas. Quero me comunicar com a sociedade usando traço, conceito, cores e sentimentos.

5. Na tua opinião, por que essa prática é reprimida?

Acredito que o comportamento como um todo ainda assusta a sociedade. Mas, na minha opinião, tem manifestos e comportamentos que vão ser sempre reprimidos. E o que vai mudar tal opinião é o tempo e a evolução do ato de intervir

nas ruas. O que temos que perceber e analisar nesse comportamento é o desejo da juventude. O graffiti e a pixação são a arte que está pulsando dentro deles. Temos que rever e analisar conceitos de arte para poder entender e, quem sabe, consumir tal manifesto.

6. Gostarias de deixar um recado ou uma mensagem que tu achas importante com relação a essa prática?

A prática de pintar nas ruas é um fenômeno mundial. Temos que olhar em volta, procurar refletir e analisar os desejos de quem faz. Por hora, é anônimo, marginal, mas, por outro lado, transforma e dá uma bela direção pra quem vive e sobrevive nas ruas.

### ANEXO 3

1. Qual é o teu tag/marca que costumavas usar?

Não existe um específico, são stencil e, às vezes, pichações.

2. Em qual área da cidade tu costumavas intervir? Por quê?

Qualquer lugar onde cruzem pessoas, pois a moral é pôr na parede coisas que provoquem reflexão e revolta.

3. Como é a tua relação ou a do teu grupo com a de outros interventores?

Desconheço outros grupos.

4. Qual é a importância que acreditas ter tua prática?

Expressão popular. Já temos "carecas de saber" que nenhum meio de comunicação revela nem apóia a luta dos trabalhadores. Que todos os meios de comunicação que mais conhecemos são tendenciosos e manipuladores. Que boicotam todas as lutas sociais e emburrecem e imbecilizam quem os lê ou assiste.

5. Na tua opinião, por que essa prática é reprimida?

Para calar as ruas, calar as massas, calar o povo. Além dessa estética horrorosa que tentam estabelecer para as cidades. Essa coisa opaca e sem vida, cara, feia e insustentável. Li numa parede uma frase que responde a essa pergunta: Muro branco, povo calado.

6. Gostarias de deixar um recado ou uma mensagem que achas importante com relação a essa prática?

Muita gente que se diz libertária, de esquerda ou sei lá qual autodefinição se dão, se enchem de moral e conservadorismo em relação às pichações. O que escrevo aqui não é nenhuma mensagem ou recado, é uma manifestação adversa à moral, à criminalização da arte de rua e ao conservadorismo.

### ANEXO 4

1. Qual é o teu tag/marca que costumavas usar?

Meu tag e atual assinatura é LAD, vem do meu antigo apelido: LADINO. Atualmente uso o lad para dar uma simplificada ao tag e para fugir do sentido que tinha anteriormente, que era utilizado em minhas pixações, as quais, inclusive, abandonei.

2. Em qual área da cidade tu costumavas intervir? Por quê?

Prefiro lugares os mais peculiares possíveis, mas acabo pintando em muros, em lugares comuns, onde há bastantes pessoas, para que o máximo de pessoas possam observar, e quem dera, admirar meus graffites. Acho importante e busco a intervenção em lugares improváveis e que modifiquem a paisagem cinza que vemos em nossa cidade.

3. Como é a tua relação ou a do teu grupo com a de outros interventores?

Sempre busco novas parcerias para pintar, acho a união muito importante quanto se trata de graffiti, acho que diferentes artistas reúnem mais criatividade e podem sair ótimas pinturas. Costumo respeitar e admirar o trabalho de outros e acho muito importante a humildade e a parceria.

4. Qual é a importância que acreditas ter tua prática?

Além de ter uma importância pessoal, pois é muito prazeroso, pra mim, pintar. Acredito que é necessário intervir e mudar a paisagem da nossa cidade. Pra mim, é uma coisa muito mais profunda do que apenas divulgação, busco fazer as pessoas refletirem, pararem um pouco com suas rotinas apressadas e observarem algo bonito, que tenham um momento de paz e percebam as coisas ao seu redor. Hoje em dia, as coisas passam muito batido para todos, a pobreza, a sujeira, as desigualdades, as próprias pessoas por quem passamos todos os dias, ninguém dá muita atenção ao que acontece em volta, estão todos preocupados com o individual e em irem cada vez mais depressa. E toda essa pressa não lhes deixa perceber a beleza de pequenas coisas, de pequenas situações, de uma simples pintura no canto de uma parede suja. E quero que elas parem, olhem, imaginem e reflitam.

5. Na tua opinião, por que essa prática é reprimida?

Pois as pessoas ainda associam o graffiti ao lance da pixação, veem um spray e já enxergam um marginal, é ruim pra quem realmente quer pintar ao invés de vandalizar. A sociedade deveria buscar se informar mais e perceber a diferença entre o graffiti e o vandalismo. E reconhecer o graffiti como a arte que é. Ela é reprimida porque quem pinta e desenha nas ruas ainda é associado aos pixadores e, normalmente, as pessoas veem o artista e o pixador como parte do mesmo grupo e não distinguem um do outro.

6. Gostarias de deixar um recado ou uma mensagem que achas importante com relação a essa prática?

O graffiti é a expressão pessoal de cada artista, é como uma pintura em tela, deve ser observada e admirada. Observada com calma e analisada, cada artista quer passar uma mensagem e cada pintura tem um objetivo, é interessante que as pessoas parem e percebam essa intenção do artista e verão que o graffiti está cheio de reflexões e boas idéias. Viva a arte!